



Coleção  
Documentos

84

# A RUPTURA E O REATAMENTO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO-LUSITANO: REPERCUSSÕES

CENTRO DE  
LITERATURAS  
E CULTURAS  
LUSÓFONAS  
E EUROPEIAS  
**CLEPUL**  
Faculdade de Letras da  
Universidade de Lisboa

**FCT**

Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia



BIBLIOTECA  
RIO-GRANDENSE

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



A RUPTURA E O REATAMENTO  
DIPLOMÁTICO BRASILEIRO-  
LUSITANO: REPERCUSSÕES





## Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)

José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Virgínia Camilotti (UNIMEP)

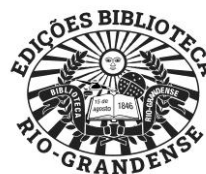
# A RUPTURA E O REATAMENTO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO- LUSITANO: REPERCUSSÕES



- 84 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande  
2023

## Ficha Técnica

Título: A ruptura e o reatamento diplomático brasileiro-lusitano: repercussões

Autor: Francisco das Neves Alves

Coleção Documentos, 84

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 28 mar. 1895. A. 1. N. 9. p. 4-5.

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Dezembro de 2023

ISBN – 978-65-89557-57-9

## O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

# ÍNDICE

A Revolta da Armada e a ruptura diplomática Brasil – Portugal / 9

A cisão luso-brasileira e o parlamento do Brasil / 33

O rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal a partir da imprensa portuguesa / 53

A reaproximação luso-brasileira e a imprensa ilustrada e humorística carioca / 195





A REVOLTA DA ARMADA E A  
RUPTURA DIPLOMÁTICA BRASIL –  
PORTUGAL

A gênese da forma de governo republicana no Brasil passou por uma série de sobressaltos de ordem política, originados a partir da disputa pelo poder e consequente controle da máquina burocrático-administrativa e/ou por discrepâncias quanto aos rumos que deveria seguir o “regime” recém-instaurado. Os mais graves, dentre esses conflitos, redundaram em diversos focos revolucionários que abalaram a estabilidade da incipiente República Brasileira.

A Revolta da Armada, marcante dentre aqueles movimentos, iniciada em 6 de setembro de 1893, teve sua origem ligada às pretensões presidenciais de seu líder, o almirante Custódio de Mello, bem como às rivalidades entre o Exército e a Marinha, as quais ficaram ainda mais agudas após a proclamação da República, sendo o objetivo central da revolta a derrubada do marechal Floriano Peixoto da presidência do país.

Concentrada na Baía da Guanabara, onde passaria à liderança do almirante Saldanha da Gama, a 9 de dezembro de 1893, permanecendo aí isolada em constantes e mútuas ameaças de bombardeio entre revoltosos e governistas, a Revolta da Armada avançaria rumo ao sul do país, em direção à Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, desenvolvendo-se uma aliança com o outro foco rebelde de então, a Revolução Federalista. Os primeiros meses de 1894 seriam decisivos para a derrota revolucionária, notadamente após o asilo de Saldanha da Gama e suas forças, em março, resultando em grande número de rebeldes refugiados no Prata e, em menor quantidade, em Portugal; e da derrota

dos comandados de Custódio de Mello, no litoral rio-grandense, restando também o refúgio na região platina.

Um dos elementos constitutivos mais importantes da Revolta da Armada foi a intervenção de nações estrangeiras, que se fizeram representar por suas embarcações presentes no Rio de Janeiro durante o desenrolar do processo revolucionário. Essa intervenção acabaria por interferir diretamente no resultado do conflito, contribuindo em larga escala para o seu desenlace final, representado pelo asilo dos rebeldes de Saldanha da Gama nos navios de guerra portugueses surtos na Baía da Guanabara. Desse evento resultaria o rompimento de relações diplomáticas do Brasil para com Portugal, constituindo esse episódio o objeto de estudo do presente trabalho.

## Os novos rumos da política exterior brasileira: a “americanização” republicana

Com a Proclamação da República, os novos detentores do poder levaram em frente uma postura de romper com uma série de tradições inerentes aos tempos do Império, buscando corrigir os males e distorções que os mesmos imputavam como advindos da forma monárquica de governo. Uma dessas convicções referia-se à posição do Brasil no contexto internacional, considerando-se que o país deixaria de ser uma nódoa monárquica, dentre os seus vizinhos republicanos, que estaria de costas para a América e mais voltado para o concerto europeu. Essa noção de uma política externa direcionada para o continente americano acompanhou a evolução do pensamento republicano

brasileiro, já se fazendo presente à época do Manifesto de 1870, quando, solenemente, se declarava: “Somos da América e queremos ser americanos”<sup>1</sup>.

Do plano programático, essa tendência de uma americanização do Brasil passou à prática, com a nova forma de governo. Nesse quadro, “para os homens que assumiram o poder a 15 de novembro de 1889” essa americanização representava “o fim da herança colonial, a industrialização, o progresso da democracia”<sup>2</sup>. Esse processo, no entanto, encontrou uma série de limitações de ordem prática, pois o país não estava preparado para implementar um projeto pan-americano, e “não obstante tal sentimento fosse sintetizado numa frase bem construída”, acabava por demonstrar “um romantismo apoiado na falta de conhecimento das dificuldades e do intrincado jogo de interesses inerentes ao sistema internacional, tanto no contexto sub-regional quanto em nível mundial”. Assim, o “americanismo marcou a República nascente como que por antinomia ao europeísmo com o qual se identificara a Monarquia”<sup>3</sup>.

Essa nova postura norteadora da política exterior do Brasil Republicano refletia também uma série de interesses vinculados à economia agroexportadora brasileira. Nesse sentido, a americanização ainda significava uma aproximação cada vez mais íntima com a ascendente potência comercial

---

<sup>1</sup> PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro (org.). *A ideia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1973. p. 60.

<sup>2</sup> BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 133.

<sup>3</sup> CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo, Ática, 1992. p. 149.

de então, os Estados Unidos. Mesmo que a posição do Brasil no contexto do capitalismo internacional ainda não fosse de vínculo ao país norte-americano, engendraram-se os primeiros passos nessa direção, tornando-se os Estados Unidos um dos grandes compradores de produtos brasileiros, como bem traduziu o Acordo Aduaneiro de 31 de janeiro de 1891<sup>4</sup>.

A aproximação do Brasil com a República Norte-Americana também traria reflexos no episódio da intervenção estrangeira na Revolta da Armada, pois, mesmo que, num primeiro momento, tenha sido empreendida a partir de um convênio multinacional, o papel da potência estadunidense foi fundamental na decisão dos rumos daquele evento.

### A intervenção estrangeira na Revolta da Armada

Uma vez deflagrada a Revolta da Armada, começaram as tratativas tendo em vista o estabelecimento de princípios que limitassem as atividades bélicas no estratégico ponto marítimo representado pela Baía da Guanabara. Para a definição desses limites, exerceram papel fundamental as nações cujas embarcações se faziam presentes no Rio de Janeiro, as quais agiram sob o argumento da defesa dos interesses de seus cidadãos residentes no Brasil. Solicitados a intervir junto ao almirante revoltoso, no intuito de evitar o

---

<sup>4</sup> Sobre o ascendente papel dos Estados Unidos na economia brasileira, observar: SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira - o Brasil Republicano*. 2.ed. São Paulo, Difel, 1977. t. 3. v. 1. p. 371-377.

bombardamento da capital brasileira, aceitaram essa incumbência, após consulta a seus representantes diplomáticos, os comandantes dos navios de nacionalidade inglesa, portuguesa, italiana, norte-americana e francesa.

O governo brasileiro aceitou de bom grado a essa intervenção, iniciando os preparativos para uma contraofensiva, diante do que o líder rebelde, almirante Custódio de Mello, entabulou uma reclamação perante os comandantes estrangeiros. Mais uma vez, os representantes diplomáticos de Inglaterra, Portugal, Itália, Estados Unidos e França, sediados em Petrópolis, e após consulta a seus respectivos governos, intermediaram a situação e manifestaram sua estranheza quanto à continuidade da ampliação do armamento no litoral brasileiro empreendido pelas forças governistas.

Obtida a garantia formal por parte do Governo Brasileiro da suspensão das atividades bélicas, ficou estabelecida a *Entente du 5 Octobre*<sup>5</sup>, pela qual, em nome da manutenção da “proteção e segurança dos seus nacionais respectivos e dos interesses superiores da humanidade”<sup>6</sup>, os comandantes das embarcações inglesas, portuguesas, italianas, norte-americanas e francesas, através de contantes consultas a seus representantes diplomáticos, seriam verdadeiros mediadores entre as forças em conflito, bem

---

<sup>5</sup> CARVALHO, Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1959. p. 175.

<sup>6</sup> Nota dos agentes diplomáticos da Inglaterra, Portugal, Itália, Estados Unidos da América e França ao Governo Brasileiro, 2/10/1893. In: NASCIMENTO, Alexandre Cassiano do. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1894. p. 4.

como representariam a garantia quanto à efetivação dos ditames daquele convênio.

Apesar de uma série de queixas e reclamações de parte a parte, a intervenção estrangeira conseguiu garantir uma certa estabilidade na zona de conflito. A grande vantagem dessa interventoria coube ao Governo que, nesse período de interregno nos combates, buscou organizar os meios de reagir à revolta; a esquadra rebelde, por sua vez, ficou praticamente paralisada e desgastando seu potencial humano e material, perdendo seu grande poder de pressão sobre os governistas que era a ameaça de bombardeio sobre o Rio de Janeiro.

A função de algodão entre os cristais foi levada a bom termo pelas forças multinacionais até a virada de 1893 para 1894, quando, diante do evidente reaparelhamento bélico empreendido pelas forças governistas junto ao litoral do Rio de Janeiro, o novo comandante da Revolta, Saldanha da Gama, ameaçou novamente com a possibilidade de bombardear a cidade. Mais uma vez os representantes estrangeiros tentaram intermediar a situação, nesse momento, no entanto, o governo brasileiro, já preparado para o enfrentamento, decidiu não permitir que “os insurgentes prosseguissem livremente na sua criminosa empresa”<sup>7</sup>, fincando pé na reação contra a revolta. Com isso, encerrava-se, em janeiro de 1894, a validade dos princípios estabelecidos na *Entente du 5 Octobre*.

---

<sup>7</sup> Nota dos agentes consulares estrangeiros, 9/1/1894. In: NASCIMENTO. p. 41.

Decisivo para a vitória governista na Baía da Guanabara foi o apoio obtido de parte dos Estados Unidos. Ainda à época dos primórdios da intervenção estrangeira, o governo brasileiro considerava fundamental uma manifestação favorável dos norte-americanos quanto a essa interventoria, argumentando que “se tal se desse, a maioria, se não a totalidade, das nações da Europa, acompanharia o proceder dos Estados Unidos e a paz seria restabelecida no Brasil”<sup>8</sup>. Já ao final de 1893, o representante brasileiro em Washington conseguiu o apoio norte-americano de forma ainda mais direta, diante do argumento de que as forças rebeldes brasileiras intentavam promover a restauração monárquica<sup>9</sup>, notadamente após a adesão de Saldanha da Gama.

O governo norte-americano decidiu então ampliar sua força naval no Rio de Janeiro, bem como mudar o comando da mesma. O novo comandante logo confrontaria o líder da esquadra revoltosa, rompendo o bloqueio por ela imposto. Desse modo, “rompido o bloqueio à força”, consumava-se “outra intervenção estrangeira, dessa feita só americana”, restando apenas ao almirante rebelde “estender aos navios de outras nacionalidades a autorização para embarque e desembarque de mercadorias”; significando que “a revolta estava, militar e moralmente morta”. Essa intervenção dos Estados Unidos “foi decisiva para a vitória de Floriano, pois deu-se no preciso momento em que a diplomacia das potências da Europa ensaiava retirar o seu apoio ao governo

---

<sup>8</sup> MENDONÇA, Salvador de. *A situação internacional do Brasil*. Rio de Janeiro, Liv. Garnier, s/data. p. 205.

<sup>9</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha: evolução política (1889-1930)*. 4.ed. São Paulo, Difel, 1983. p. 140.



legal”. Desse modo, os norte-americanos “contribuíram para a ‘Consolidação’ levada a efeito por Floriano Peixoto e, ao mesmo tempo, consolidaram a sua influência sobre o Governo Brasileiro”<sup>10</sup>.

Além dessa intervenção os Estados Unidos contribuíram diretamente para a vitória do Governo Brasileiro através da venda de material bélico e apoio tático-militar e humano na preparação da esquadra governista, a qual contou com um grande contingente de mercenários norte-americanos. A potência do Norte demarcava, assim, a sua influência sobre o Brasil Republicano, uma vez que “os americanos não se dispunham a perder as posições que conquistaram com a República, a partir do Tratado de Comércio, o primeiro depois de meio século de recusas do Império”<sup>11</sup>.

Nesse contexto, tanto a intervenção multinacional, como, posteriormente, aquela promovida somente pelos Estados Unidos, assumiriam um significado decisivo para a vitória do marechal Floriano Peixoto<sup>12</sup>. Como resultado, só restou

---

<sup>10</sup> CERVO & BUENO. p. 158-159.

<sup>11</sup> BANDEIRA. p. 143.

<sup>12</sup> A legitimidade da intervenção estrangeira na Revolta da Armada tornar-se-ia um tema de significativa polêmica junto à historiografia brasileira, notadamente entre os autores defensores dos rebeldes e aqueles pró-governistas. Exemplo deste debate foi o entabulado entre Felisbello Freire e Joaquim Nabuco, o primeiro favorável e o segundo contrário à política do marechal Floriano Peixoto. Sobre esse antagonismo, observar as diferentes versões estabelecidas em: FREIRE, Felisbello. *História da Revolta de 6 de Setembro de 1893*. Brasília, Ed. da UnB, 1982. e NABUCO, Joaquim. *A intervenção estrangeira durante a Revolta de 1893*. São Paulo/Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional/Civilização Brasileira, 1939.

às forças rebeldes o asilo empreendido em naus portuguesas, episódio que redundaria na ruptura diplomática entre Brasil e Portugal.

## O rompimento diplomático Brasil-Portugal

O epílogo dos eventos da Revolta da Armada na Baía da Guanabara deu-se, em março de 1894, a partir da proposta de capitulação e do pedido de asilo do almirante Saldanha da Gama ao comandante Augusto de Castilho, nas corvetas portuguesas *Mindello* e *Affonso de Albuquerque* que se encontravam no Rio de Janeiro.

Na proposta de capitulação, os rebeldes afirmavam estar “desejosos de por termo à luta que há mais de seis meses ensanguentava o país” estando resolvidos a depor armas mediante as condições de: a) retirada dos oficiais rebeldes sob a garantia e guarda da Nação Portuguesa; b) garantia de vida para inferiores, praças e voluntários que haviam sido assimilados à luta; c) entrega das fortalezas, navios e demais material na situação em que se achavam; d) restituição dos prisioneiros, exceto aqueles oficiais prisioneiros que resolvessem partilhar da sorte dos oficiais da Esquadra revoltosa<sup>13</sup>. A representação portuguesa sediada no Brasil passou a buscar intermediar a situação com o Governo Brasileiro que, senhor da situação militar na praça de guerra, não

---

<sup>13</sup> Proposta de capitulação feita pelo Sr. Saldanha da Gama por meio do comandante da corveta *Mindello*, 11/3/1894. In: NASCIMENTO. p. 46-47.

aceitou a capitulação proposta, argumentando que não negociaria com militares rebeldes<sup>14</sup>.

O pedido de asilo especificamente nos navios portugueses foi justificado pelo almirante rebelde ao invocar a afinidade entre os dois países, porém, concretamente, aquela tornava-se a única opção dos rebeldes. A princípio, os asilados seriam em torno de setenta oficiais revoltosos, no entanto, quase quinhentos indivíduos, entre oficiais e “inferiores”, instalaram-se, de forma extremamente precária, nas embarcações lusas<sup>15</sup>. A rapidez dos fatos dificultou os contatos entre o comandante Castilho, os representantes diplomáticos e o Governo Português, de modo que o asilo acabou por tornar-se uma realidade a qual passou a gerar certo mal-estar nas relações Brasil - Portugal. A situação ficava ainda mais melindrosa a partir de certas ilações estabelecidas a respeito do caráter restaurador imputado ao movimento revoltoso e das relações deste

---

<sup>14</sup> Carta do Ministro das Relações Exteriores ao Encarregado de Negócios de Portugal, 12/3/1894. In: NASCIMENTO. p. 47.

<sup>15</sup> Quanto ao tamanho das embarcações, é explicado que “as duas corvetas portuguesas (...) eram navios pequeníssimos, obsoletos e arruinados. As máquinas não davam rendimento à marcha. As cobertas eram sumárias a mais não serem. Faltava-lhes qualquer conforto higiênico. Não ofereciam segurança por menor que fosse”. GOYCOCHÊA, Castilhos. *Dois ensaios: as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1949. p. 57. Essas condições tornariam extremamente penosa a viagem dos rebeldes, sobre esse aspecto, observar: ABRANCHES, Dunshee de. *A Revolta da Armada e a Revolução Rio-Grandense*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1914. p. 47-99.

com os remanescentes monarquistas presentes no Brasil<sup>16</sup>, muitos deles de nacionalidade portuguesa, gerando-se mais desconfianças, tendo em vista os já exaltados ânimos nacionalistas.

A 15 de março de 1894, a Legação Portuguesa informava ao Governo Brasileiro que o asilo havia sido concedido, “conforme aos ditames do direito internacional e aos princípios humanitários geralmente reconhecidos pelas nações civilizadas”, aceitando os rebeldes na qualidade de “emigrantes políticos”<sup>17</sup>. Em resposta, o Governo Federal, mesmo reconhecendo que o ato do comandante português havia sido “inspirado em sentimentos humanitários”, não aceitou o asilo, reclamando “a entrega daqueles indivíduos, por entender que, como criminosos que eram, não estariam no caso de gozar da proteção que obtiveram”<sup>18</sup>.

O governo brasileiro, ainda no intuito de obter a entrega dos rebeldes asilados, solicitou ao representante português, a 16 de março, que fosse retardada a saída das naus lusas. No mesmo dia, o Encarregado de Negócios de Portugal respondia que, dentro do possível, retardaria a partida dos navios, cuja viagem “só teria por causa motivos higiênicos e de prudência, para evitar pretextos de excitar o espírito público”, dando, assim, “mais uma prova do

---

<sup>16</sup> VILLALBA, Epaminondas. *A Revolta da Armada*. Rio de Janeiro, Laemmert & C., 1894. p. 87. Sobre os monarquistas atuantes nos primórdios da República Brasileira, observar: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

<sup>17</sup> Nota da Legação Portuguesa ao Governo Brasileiro, 15/3/1894. In: NASCIMENTO. p. 47.

<sup>18</sup> Resposta à Nota da Legação Portuguesa ao Governo Brasileiro, 15/3/1894. In: NASCIMENTO. p. 48.

espírito conciliador” que estaria inspirando o Governo Português; além disso, o diplomata luso garantia que os asilados não seriam desembarcados em território estrangeiro, permanecendo “sempre a bordo, até final resolução da questão diplomática”<sup>19</sup>.

Desde o princípio do episódio do asilo, Portugal buscou dividir o ônus daquela difícil situação que acabaria por redundar numa querela de natureza diplomática. Ainda a 12 de março, o representante português no Rio de Janeiro consultou “os comandantes das belonaves de outras nações (...) sobre a possibilidade de receberem parte dos asilados, a fim de evitar-se o perigo que havia no excesso de lotação” dos navios lusos; os mesmos, no entanto, “esquivaram-se, alegando receios da febre amarela, quando, em verdade, fugiam de desgostar” o Governo Brasileiro<sup>20</sup>. Assim, apercebia-se “o governo português da dura realidade: fizera-se o vácuo à sua volta”, pois “estava só, com a responsabilidade que assumira”<sup>21</sup>. Diante disso, Portugal também buscou uma

---

<sup>19</sup> Telegrama do Ministro das Relações Exteriores ao Encarregado de Negócios de Portugal em Petrópolis, 16/3/1894; Resposta ao telegrama precedente, 16/3/1894; e Nota da Legação de Portugal ao Governo Brasileiro, 16/3/1894. In: NASCIMENTO. p. 49-51.

<sup>20</sup> GOYCOCHÊA. p. 58.

<sup>21</sup> COSTA, Sérgio Corrêa da. *A diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. 2.ed. Rio de Janeiro/Brasília, Tempo Brasileiro/Ed. da UnB, 1979. p. 67. Conforme esse autor, o governo português estava no meio de verdadeira encruzilhada diplomática, afirmando: “O presidente do Conselho de Ministros de Portugal, Hintze Ribeiro, debatia-se, ainda, em desalentadora indecisão. Que fazer? Não podia entregar à sanha dos vencedores os revolucionários que se tinham acolhido à sombra da bandeira portuguesa. Seria violentar a tradicional dignidade da Marinha de sua pátria. Por outro lado, como evitar o conflito com o

legitimação de seus atos, no contexto internacional, encaminhando mensagens a uma série de países, através de seus ministros plenipotenciários, contendo as razões que justificavam suas atitudes, as quais estariam alicerçadas em elementos como “os deveres da humanidade, os princípios de direito internacional e da extraterritorialidade”, ou ainda, “os próprios regulamentos navais usados nas diferentes nações” e o “tratado de extradição com o Brasil que não autorizava a entrega de indivíduos por crimes políticos”<sup>22</sup>.

O governo de Floriano Peixoto, por sua vez, ao decretar que considerava “todos os revoltosos como piratas” e, por conseguinte, “sem as garantias do direito internacional”, contactou diversos governos estrangeiros com o intuito dos mesmos intercederem junto à Portugal, aconselhando que este país promovesse a devolução dos rebeldes; não obtendo, no entanto, êxito neste objetivo<sup>23</sup>. Com isto, o Governo Brasileiro, ainda persistiu nas negociações diretas com Portugal, tendo em vista que os revolucionários fossem entregues

---

Marechal Floriano, mais forte do que nunca, duro e intransigente? Como enfrentar a crise que se desencadeava?”. COSTA. p. 68.

<sup>22</sup> Nota do Ministro Português em Londres, 19/3/1894. In: A UNIÃO PORTUGUESA. Rio Grande, 24 de junho de 1894. p. 1.

<sup>23</sup> JORGE, A.G. de Araújo. *Ensaio de História Diplomática no regime republicano (1889-1902)*. Rio de Janeiro, s/editora, 1912. p. 93-4. Exemplo dessa falta de êxito ficou evidenciado na Nota da Legação Britânica ao Governo Brasileiro (21/3/1894), onde o Governo Britânico afirmava que não anuiu ao pedido do Brasil, “porque o Governo de Sua Majestade não entregaria indivíduos refugiados a bordo de navios de Sua Majestade em circunstâncias semelhantes”, além do que, “seria excessivamente impolítico da parte do Governo Federal insistir na exigência feita ao de sua Majestade Fidelíssima, porque isso envolveria o Governo da República em complicada discussão, não só com o de Sua Majestade, mas também com os de outras Potências”. In: NASCIMENTO. p. 57.

às autoridades brasileiras. A diplomacia lusa limitou-se, entretanto, a manter as garantias de que os “refugiados a bordo dos navios de guerra portugueses” seriam “embarcados o mais breve possível em território português, onde, guardados em depósito militar pelas autoridades competentes”, ficariam “impedidos de intervir na luta política brasileira”. Através desta atitude, Portugal pretendia, “harmonizando os deveres de potência amiga, perfeitamente estranha à guerra civil, com os princípios mais sábios do direito internacional, acatados por todas as nações civilizadas”, contribuir “para mais se estreitarem as cordiais relações existentes entre o Brasil e Portugal”<sup>24</sup>.

A possibilidade de uma solução diplomática entre Brasil e Portugal ficou praticamente nula tendo em vista o deslocamento das corvetas lusas pela região platina. Por motivo da precariedade dos navios, das penosas condições higiênicas e do excessivo número de passageiros, o comandante Castilho se viu forçado à navegar em direção ao sul para fretar outra embarcação antes de levar em frente a viagem transoceânica. Não obtendo autorização para entrar em Montevideú, os vasos portugueses deslocaram-se para Buenos Aires, onde foi fretado o navio *Pedro III*. A presença dos asilados em territórios tão próximos da fronteira com o Rio Grande do Sul, onde os revolucionários federalistas continuavam mantendo a luta acesa, provocou uma insatisfação ainda maior por parte do Governo Brasileiro. Receosa desta situação e buscando manter sua garantia de que os rebeldes não teriam condições de desembarcar em terra estrangeira, Portugal determinou o abandono do porto de Buenos Aires, devendo

---

<sup>24</sup> Nota da Legação de Portugal ao Governo Brasileiro, 2 de abril de 1894. In: NASCIMENTO. p. 59.

os navios permanecerem na embocadura do Rio da Prata até a chegada do *Pedro III*, partindo-se então para Ascensão e daí para o território português. Apesar deste cuidado, grande parte dos asilados, entre eles o almirante Saldanha da Gama, fugiram, muitos deles reingressando no movimento revolucionário que campeava em terras gaúchas.

Diante da “notícia do desembarque de asilados no Prata e da incorporação de muitos deles nas forças revolucionárias rio-grandenses, resolveu o Governo do Marechal suspender as relações diplomáticas com Portugal”<sup>25</sup>. Em nota à Legação de Portugal de 13 de maio de 1894<sup>26</sup>, o Ministério das Relações Exteriores fazia uma exposição de motivos que justificava a ruptura diplomática. Primeiramente, o Governo Federal argumentava que dos quatrocentos e noventa e três exilados, apenas duzentos e trinta e nove partiram para Portugal, enquanto os demais “desembarcaram em terra estranha (...) como evadidos, que conservavam toda a liberdade de ação”, podendo assim, “continuando em rebeldia, reunir-se aos seus aliados do Rio Grande do Sul”. Desse modo, a concessão do asilo era considerada como uma “ofensa à soberania nacional”, uma vez que o comandante Castilho teria encarregado-se de “apadrinhar” as pretensões de Saldanha da Gama, mesmo sabendo que o almirante havia sido declarado como “desertor e traidor da Pátria”.

Buscando realizar um breve histórico da situação que originara a ruptura diplomática, na mesma Nota, o Governo Brasileiro deixava evidente a sua

---

<sup>25</sup> CARVALHO, Delgado de. p. 179.

<sup>26</sup> Nota do Governo Brasileiro à Legação de Portugal, 13/5/1894. In: NASCIMENTO. p. 60-65.



posição com o encerramento da *Entente du 5 Octobre*, quando considerou que a função “dos comandantes das forças navais estrangeiras era a de simples espectadores alheios à contenda”, criticando o comandante português por não seguir a mesma atitude. A ação do representante português no Rio de Janeiro, o qual invocara “os ditames do direito internacional e os princípios humanitários”, também era censurada, declarando-se que “civilizado também era o Brasil”, não compreendendo, portanto, o Governo Federal que destes princípios pudessem se aproveitar os rebeldes, “que, sem atender a eles, fizeram barbaramente tantas vítimas, atirando a esmo para a cidade durante mais de seis meses com os próprios canhões que lhes tinham sido confiados para a conservação da ordem pública e a defesa do país”. Para o Governo do Marechal Floriano, no caso dos revolucionários, “o tratado de extradição não era aplicável”, uma vez que se referia “a indivíduos refugiados no território real e não no de ficção”. Destacava também que Augusto de Castilho errara ao considerar “os seus protegidos como réus de crime político”, quando o único competente para apreciar o tipo de crime cometido seria o Governo Federal, o qual qualificara que o procedimento rebelde “degenerou em crime comum, pela tenacidade com que se opuseram à manifestação quase unânime do país e pela crueldade com que o hostilizaram”.

O Ministro das Relações Exteriores concluía sua Nota de 13/5/1894, explicando que quem concedia asilo, ficava “obrigado a providenciar eficazmente para que os asilados dele não abusassem, direta ou indiretamente, contra o governo que hostilizavam”; e que o comandante Castilho “não quiz, não

soube ou não pode cumprir esta obrigação”, de modo que por ele respondia o “Governo de Sua Majestade Fidelíssima”. Em conclusão, aquele documento destacava que o Presidente da República, “com vivo pesar”, se via “na obrigação de suspender as relações diplomáticas com o governo português”.

No dia seguinte, o representante português, Conde de Paraty, respondia à nota brasileira, comunicando que com pesar tomara conhecimento da decisão presidencial e afirmava estar esperando que a história fizesse justiça “ao procedimento do Governo de Sua Majestade” acreditando que, em breve, seriam reestabelecidas “as relações de inteira amizade, que por tantos e tão valiosos motivos deviam existir entre Portugal e Brasil”<sup>27</sup>. O governo português demonstrou ter sido surpreendido pela decisão do Governo Federal, uma vez que, diante da evasão dos rebeldes no Prata, garantira que os responsáveis seriam julgados pela falta de cumprimento das ordens governamentais<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Nota da Legação de Portugal ao Governo Brasileiro, 14/5/1894. In: NASCIMENTO. p. 65.

<sup>28</sup> Em telegrama de 14/5/1894 ao representante luso no Rio de Janeiro, Hintze Ribeiro informava, em nome do Governo Português: “Exmo. conde de Paraty. Sua comunicação de hoje (...) surpreendeu completamente governo, pois nada mais me foi comunicado nem daí nem aqui depois das explicações que por ordem do governo v.ex. deu sobre evasão refugiados e providências tomadas em satisfação compromisso contraído e para punição dos responsáveis. (...) Governo Português tem consciência haver procedido escrupulosa correção toda essa pendência”. Em nota, com mesma data, destino e emissário, era destacado: “O telegrama do sr. conde de Paraty, anunciando a ruptura das relações diplomáticas, surpreendeu completamente o Governo Português, porque além das razões que havia para se supor que o incidente relativo aos refugiados se considerasse próxima de uma solução amigável, a atitude do ilustre representante do Brasil em Lisboa não apresentava o menor sinal de esfriamento de relações”. In: A UNIÃO PORTUGUESA. Rio Grande, 24 de junho de 1894. p. 1.

Retirados os representantes diplomáticos de parte a parte, o rompimento Brasil – Portugal provocaria uma série de discussões, entabuladas principalmente através da imprensa. Preocupado com os cidadãos portugueses residentes no Brasil, o Governo de Lisboa chegou a dar “instruções para o Rio de Janeiro, no sentido de serem facilitados todos os meios para a repatriação aos súditos portugueses”, tendo em vista muitos deles “estarem em circunstâncias precárias”, não podendo, “realizar o desejo de regressar para Portugal”<sup>29</sup>. Nesta linha, a ruptura Brasil - Portugal representava mais um elemento de causa/efeito no acirramento do espírito antilusitano então em voga no país, mormente pela campanha desenvolvida pelos radicais jacobinos<sup>30</sup>.

Durante a suspensão das relações luso-brasileiras, foram os interesses brasileiros protegidos em Portugal pelo Ministro dos Estados Unidos e os portugueses, no Brasil, pela Legação Britânica<sup>31</sup>. As negociações para o reatamento dos laços diplomáticos foram mediadas pela Inglaterra que apresentou as justificativas do Governo Português no intento do restabelecimento das relações. Portugal argumentava que “viu com pesar que à concessão do asilo não correspondeu a lealdade dos asilados e que por atos, que aliás deu-se pressa a submeter aos tribunais judiciais, estabeleceu-se uma situação internacional que não poderia constituir precedente”. A diplomacia

---

<sup>29</sup> A UNIÃO PORTUGUESA. Rio Grande, 24 de junho de 1894. p. 2.

<sup>30</sup> Sobre o caráter antilusitano do jacobinismo brasileiro, observar: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

<sup>31</sup> CARVALHO, Carlos Augusto de. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895. p. 7.

lusitana defendia que o asilo fora um “ato de humanidade e não meio de favorecer hostilidades”, justificando também que “o Governo Português só fez cessar a detenção dos asilados que desembarcaram em território português, quando convenceu-se que não abusariam da liberdade para continuar a luta contra o Governo Brasileiro, considerando-se assim relevado da responsabilidade que voluntariamente assumira”<sup>32</sup>.

A 16 de março de 1895, o governo brasileiro aceitava o reatamento das relações com Portugal, afirmando que aceitava “com prazer a declaração feita pelo Governo Português (...), considerando satisfatoriamente terminado o incidente” entre os dois países e, “como ato formal de sincera reconciliação”, nomeava “sem demora o representante que devia continuar as relações diplomáticas” brasileiro-lusitanas<sup>33</sup>. O restabelecimento das relações foi realizado concretamente ao nomearem-se e assumirem os postos, os ministros plenipotenciários em cada país, o brasileiro Joaquim Francisco de Assis Brasil para Portugal e o português Thomaz Antônio Ribeiro Ferreira para o Brasil.

Como remate à reabertura dos laços diplomáticos teve significativa importância o papel representando por Portugal ao intermediar a querela anglo-brasileira, pela Ilha da Trindade, levando ao reconhecimento por parte do Governo Britânico da soberania do Brasil sobre a referida ilha<sup>34</sup>. Também

---

<sup>32</sup> Nota da Legação Britânica ao Governo Brasileiro, 16/3/1895. In: CARVALHO, Carlos A. p. 15.

<sup>33</sup> Resposta à Nota da Legação Britânica ao Governo Brasileiro, 16/3/1895. In: CARVALHO, Carlos A. p. 16.

<sup>34</sup> GOYCOCHÊA. p. 60-1. e REGO, A. da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. 2.ed. Lisboa, Panorama, 1966. p. 43.

significativos, para coroar de êxito as boas relações, foram os preparativos para a visita real que seria empreendida pelo rei português D. Carlos a terras brasileiras. O Governo Brasileiro manifestou desejo que a visita servisse às comemorações do centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas, chegando a ser votado pelo Congresso um crédito ilimitado para fazer frente às despesas com a recepção ao rei. O soberano português chegou a reputar como de importância capital a viagem ao Brasil, de modo a eliminar qualquer nódoa que permanecesse dos desentendimentos diplomáticos e/ou dos conflitos internos promovidos a partir do radicalismo político. O projeto de visita ao Brasil acabou por não ser levado a bom termo, tendo em vista o falecimento do rei português pouco antes da data prevista para a viagem<sup>35</sup>. Mesmo assim, consolidara-se concretamente a reintegração diplomática Brasil – Portugal.

### Considerações finais

A intervenção estrangeira na Revolta da Armada constituiu-se num momento de inflexão na evolução histórica da República Brasileira, uma vez que, através dela, foi possível que o Governo Federal vencesse uma das frentes dentre os focos revolucionários e promovesse a “consolidação” da nova forma de governo. A variação entre o status de “cidade aberta” ou “cidade fechada”, fazendo com que aos rebeldes fosse negado o seu único trunfo, a possibilidade de bombardeamento do Rio de Janeiro, serviu para que a facção governista

---

<sup>35</sup> MARTINEZ, Pedro Soares. *História diplomática de Portugal*. Lisboa, Verbo, 1986. p. 524-5.

rearranjasse suas forças e levasse em frente o reaparelhamento bélico que lhe permitiu a vitória sobre os revoltosos.

A conclusão daquele episódio redundou no estremecimento das relações entre Brasil e Portugal e revelou o caráter utilitarista que a intervenção estrangeira representou para o Governo Brasileiro, que aplaudiu a interventoria multinacional quando esta lhe serviu para bloquear a ação dos rebeldes, mas criticou profundamente a intervenção do comandante português ao conceder asilo aos insurretos, considerando que, naquele momento, cabia às nações estrangeiras a função de “simples espectadoras”, alheias ao confronto, então já decidido favoravelmente aos governistas.

Portugal ficava então na difícil posição de manter um asilo cujo custo seria consideravelmente alto, levando em conta os bons ofícios com o Governo do Marechal Floriano, forte e consolidado no poder; mesmo assim, os asilados não foram entregues às forças vencedoras. Porém, após a evasão de grande número de rebeldes na região platina, reintegrando-se à Revolução, o Governo Brasileiro - acusando o comando português de negligência (abertamente), senão de conivência (implicitamente) - não se considerou satisfeito com as medidas punitivas do Governo Luso aos possíveis implicados e determinou o rompimento dos laços diplomáticos.

A ruptura Brasil – Portugal refletia o momento político que vivia o país internamente, agitado pelos radicais jacobinos - base do apoio popular ao Presidente Floriano e ferrenhos propagadores de ideias antilusitanas - e com a presença de um contingente pouco expressivo de monarquistas, muitos deles de

nacionalidade portuguesa, alguns dos quais apoiaram os movimentos rebeldes que assolaram a nova forma de governo. A visão negativa de parte dos jacobinos somada à possíveis associações entre os ideais de restauração e os súditos portugueses residentes no Brasil só serviu para agravar ainda mais as já estremecidas relações brasileiro-lusitanas.

Finalmente, o rompimento Brasil – Portugal traduzia também as novas tendências da política exterior brasileira, segundo as quais o país deveria voltar-se em direção à América, afastando-se do concerto europeu e do passado colonial, mais do que encarnado na figura da antiga metrópole. Além disso, a importância adquirida pela potência ascendente da América do Norte no desenrolar dos fatos à época da Revolta da Armada, significava também os primeiros passos em direção do processo que, a médio prazo, levaria o Brasil a uma nova área de influência no contexto internacional, passando da tutela britânica à estadunidense<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Trabalho publicado originalmente na *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. 24, n. 2, p. 231-246, dezembro 1998.





A CISÃO LUSO-BRASILEIRA E O  
PARLAMENTO DO BRASIL

A ruptura diplomática entre Brasil e Portugal representou o epílogo de um dos graves movimentos que abalou a jovem República Brasileira, a Revolta da Armada. Isolados e imobilizados, em grande parte devido à intervenção estrangeira, os rebeldes não tiveram alternativa que não fosse a desistência de seus intentos, vindo a pedir asilo em navios portugueses surtos na Baía da Guanabara. Logo surgiram as negociações e os desentendimentos entre os representantes brasileiros e lusitanos. Para estes, o asilo fora concedido de acordo com os ditames do direito internacional, atendo-se à solicitação de exilados políticos; já segundo aqueles, os revoltosos eram “piratas” que não possuíam qualquer direito, uma vez que haviam subvertido a ordem e as instituições nacionais. Essa versão das autoridades brasileiras iria se refletir nos discursos, mensagens e moções apresentados na Câmara dos Deputados<sup>37</sup>.

No Congresso Nacional, os acontecimentos que levaram à ruptura diplomática brasileiro-lusitana encontrariam eco a partir de maio de 1894<sup>38</sup>. As primeiras manifestações junto à Câmara dos Deputados se deram por ocasião da Sessão solene de abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura do Congresso Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil, com a leitura da Mensagem Presidencial enviada para a solenidade, a 7 de maio daquele ano.

---

<sup>37</sup> Texto adaptado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. O rompimento diplomático brasileiro-lusitano ao final do século XIX – um estudo de caso. In: LEITE, R. L. et all. (orgs.). *Cultura & poder: Portugal-Brasil no século XX*. Curitiba: Juruá Editora, 2003. p. 89-104.

<sup>38</sup> Todas as citações referentes ao ano de 1894, foram extraídas de: CONGRESSO NACIONAL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Primeira sessão da segunda legislatura. Sessões de 18 de abril a 21 de maio de 1894. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. v. 1. p. 77-80, 138-41, 157-84.

Nessa mensagem, o Marechal Floriano informava que a Revolta da Armada fora sufocada e anunciava o epílogo desta, ou seja, o rompimento de relações com a nação lusa. Destacava o Vice-Presidente que, encerrada a revolta, refugiaram-se os rebeldes “a bordo das corvetas portuguesas *Mindello* e *Affonso de Albuquerque*, que aqui se achavam para proteger os súditos de Sua Majestade Fidelíssima”. Na mensagem era anunciada uma posterior e mais detalhada descrição dos fatos, na qual os congressistas achariam “as particularidades desse extraordinário acontecimento”, explicando-se que o mesmo era “extraordinário porque o comandante da força naval portuguesa, abusando do chamado direito de asilo, concedeu-o em circunstâncias que lhe deram incontestavelmente o caráter de ofensa à soberania nacional”.

Na mesma mensagem, o governante brasileiro argumentava que a ação do comandante português fora equivocada, tendo em vista os ataques que os revoltosos haviam empreendido à cidade durante a rebelião, de modo que “foi no meio deste círculo de fogo, dentro da baía, no momento da ação, que o comandante da força naval portuguesa se julgou com o direito de dar refúgio aos rebeldes, protegendo-lhes assim a retirada, que de outro modo não conseguiriam”. Reclamava o Vice-Presidente do grande número de refugiados nas embarcações lusas, diante do que afirmava que “não devia sancionar com o meu silêncio tão ofensivo empreendimento, nem mesmo limitar-me a um simples protesto”, reclamando, por isso, “a restituição dos rebeldes, não porque contasse com ela, mas porque tinha direito de a exigir, deixando ao Governo Português a responsabilidade das consequências da sua recusa”.

A narração empreendida na Mensagem Presidencial de 7 de maio de 1894 descrevia ainda os acontecimentos finais do asilo concedido aos rebeldes, com o desembarque na região platina e o novo engajamento nas forças revolucionárias no sul do país. Neste sentido, afirmava que “recebidos como foram os rebeldes” tinha o Governo Português a “obrigação de providenciar para que não pudessem renovar hostilidades contra o governo do país, e ele o prometeu, assegurando que não desembarcariam em território estrangeiro”, no entanto, “as duas corvetas foram ao Rio da Prata e os rebeldes desembarcaram em território argentino para fazer quarentena”, onde “consta que mais de duzentos evadiram-se para o território da República Oriental do Uruguai, talvez com o intuito de se unirem aos seus aliados do Rio Grande do Sul”. No documento, ainda se deixava em aberto a questão da conivência do comando luso, destacando-se que não se sabia se aquele ato fora cometido “com o assentimento do comandante português ou sem ele”, entretanto, ficava demarcado que, pelo menos a negligência deste, o Governo Brasileiro buscava evidenciar.

A Presidência da República viria a satisfazer o compromisso assumido anteriormente, através de uma nova Mensagem de Floriano Peixoto, datada de 14 de maio de 1894, a qual transmitia aos deputados a versão oficial para os fatos que levaram à ruptura diplomática, por meio do relato do Ministério das Relações Exteriores, emitido no dia anterior. Neste documento, era retomada a narração sobre os acontecimentos, segundo a versão brasileira, explicando-se que, após toda a garantia de parte do governo luso de que os rebeldes iriam “desembarcar o mais breve possível em território português, onde, guardados

em depósito militar pelas autoridades competentes, seriam impedidos de intervir na luta política brasileira”, isso não se efetivara. Desta maneira, apesar das “seguranças dadas” pelas autoridades lusitanas, os revoltosos asilados “desembarcaram em terra estranha e em grande número, não temporariamente para volta ao seu refúgio, mas como evadidos que conservam toda a liberdade de ação e podem, continuando em rebeldia, reunir-se aos seus aliados do Rio Grande do Sul”. A questão da negligência do comandante português, mais uma vez era destacada, declarando-se que os fatos deram-se “por falta de vigilância, e veio agravar o ato da concessão de asilo que o Sr. Marechal Floriano Peixoto, pelas circunstâncias em que se efetuou, considera como ofensa à soberania nacional”.

Esse relato apresentado aos deputados buscou realizar um histórico dos eventos que levaram à ruptura, sempre buscando explicar a atitude brasileira como legítima e criteriosa, ao mesmo tempo em que intentava deslegitimar os atos das autoridades e representantes lusitanos. A descrição abordou os acontecimentos que marcaram o conflito entre legalistas e revoltosos, inclusive fazendo referência à intervenção estrangeira, até o momento em que, reforçado e reaparelhado o governo brasileiro estava pronto não só para resistir, como para contra-atacar os revoltosos. Nessa linha, afirmava-se que “mudara-se o estado das coisas”, já que “os rebeldes passavam de bloqueadores a bloqueados e o Sr. Augusto de Castilho, que, como os outros comandantes estrangeiros, havia respeitado a situação anterior em que os rebeldes tinham todas as vantagens, não devia ampará-los no momento da mudança, sobretudo não tendo o seu

governo os reconhecido como beligerantes”. No entanto, o comandante português viria a apoiá-los, “concedendo-lhes refúgio em circunstâncias que não o justificavam”.

Acusava-se, assim, o comandante luso de uma intervenção em “detrimento da soberania territorial e da justiça pública, em questão de domínio interno a que era e devia conservar-se estranho”. A respeito do argumento das autoridades lusitanas, em nome dos “ditames do direito internacional e os princípios humanitários geralmente reconhecidos pelas nações civilizadas”, o Governo Brasileiro reagia, afirmando que “civilizado também é o Brasil”, não se compreendendo, portanto, “que esses princípios possam aproveitar aos rebeldes, que, sem atender a eles, fizeram barbaramente tantas vítimas, atirando a esmo para esta cidade durante mais de seis meses, com os próprios canhões que lhes tinham sido confiados para a conservação da ordem pública e a defesa do país”. Também o direito de asilo e o tratado de extradição foram refutados pelo governo federal como argumentos dos lusos, uma vez que referia-se “a indivíduos refugiados no território real e não no de ficção, e que nele se refugiam sem o prévio consentimento da autoridade local”, numa atitude que viria a “ferir a soberania de um país amigo e os seus mais sagrados interesses”.

Censurava-se também a Augusto de Castilho por o mesmo ter considerado “os seus protegidos como réus de um crime político, sem atender, ele estrangeiro e estranho à questão, ao modo por que o Governo Federal, único competente, poderia qualificá-la, segundo a lei do seu país”. Explicava-se que as atitudes dos revolucionários deveriam ser julgadas de acordo com a lei

brasileira, pois, “nas penas desta estavam eles incursos desde o começo, e posto que se insurgissem proclamando idéias políticas, o seu procedimento degenerou em crime comum”, tendo em vista “a tenacidade com que se opuseram à manifestação quase unânime do país e pela crueldade com que o hostilizaram”. Mais uma vez enfatizava-se que “os navios de guerra portugueses, que, como os outros estrangeiros, só tinham a missão de proteger os seus nacionais, não podiam intervir na luta nem inutilizar, direta ou indiretamente, as operações com tanto custo preparadas pelo governo federal”, não só no sentido de “debelar a revolta, mas também para submeter os seus autores à justiça pública”.

Diante da concessão do asilo, argumentava-se que “o Sr. Vice-Presidente da República não podia assistir impassível a extraordinário ato que se praticava no porto desta Capital, debaixo das suas baterias, no momento em que ele exercia o direito, não de guerra, mas de repressão”, uma vez que “o seu silêncio contribuiria para estabelecer-se um precedente funesto”, reclamando, portanto, aos representantes lusos “para obter a restituição dos refugiados”, não a obtendo. Por causa desta atitude, declarava-se que o governo português assumira “toda a responsabilidade do procedimento do referido comandante, desde a obsequiosa concessão de asilo neste porto, até a evasão no Rio da Prata, de grande número dos refugiados”, pois, “quem concede asilo fica obrigado a providenciar eficazmente para que os asilados dele não abusem, direta ou indiretamente, contra o governo que hostilizavam”.

O relato ficava ainda mais enfático, quanto a este último aspecto, exclamando-se que “o Sr. Capitão de Fragata Augusto de Castilho não quis, não

soube ou não pôde cumprir essa obrigação”, e “por ele responde o governo de Sua Majestade Fidelíssima”. Afirmava-se que a atitude brasileira fora o único recurso que restara tendo em vista as convicções governamentais quanto à justiça de suas reivindicações junto às autoridades lusitanas. Neste sentido, explicava-se que “o Sr. Marechal Floriano Peixoto crê ter dado durante a sua administração provas evidentes de sincero desejo de manter e desenvolver a amizade que por tantos e tão valiosos motivos deve existir entre o Brasil e Portugal”, no entanto, “com vivo pesar”, se via “na obrigação de suspender as relações diplomáticas com o Governo Português”, notificando-se, portanto, o representante da Legação Lusa e seu pessoal da sua necessária retirada do Brasil.

As discussões na Câmara dos Deputados a respeito do encerramento da Revolta da Armada desenvolveram-se nos dias seguintes, chegando a haver uma moção aplaudindo a ação presidencial na eliminação do foco revolucionário. Esta moção despertaria algumas reações negativas de parte da oposição, que não considerava esta atitude compatível com o sistema presidencial, ocorrendo algumas manifestações de que este ato só poderia ser considerado como próprio do “parlamentarismo”. Apesar do debate, a moção de júbilo pela derrota do movimento rebelde acabaria sendo aprovada. Mais tarde, a 19 de maio de 1894, viria a ser apresentada uma outra moção referente ao conflito diplomático entre o Brasil e Portugal, esta mais específica quanto à ruptura e que visava também aplaudir a atitude governamental. O deputado proponente agradecia ao regime de urgência pelo qual foi colocada a sua moção



em apreciação, demonstrando “o reconhecimento de parte dos Srs. deputados da magnitude e importância do assunto melindroso e grave” que seria apresentado.

Em princípio, o autor da moção buscava evidenciar que a mesma não ia de encontro ao sistema presidencialista, nem às normas de funcionamento da casa parlamentar e, muito menos à Constituição Nacional. Tomados estes cuidados, declarava-se que, “apresentando esta moção, nós, os seus signatários, declaramos sem reholhos, com toda franqueza e lealdade, que temos o intuito de dar uma demonstração clara, solene e positiva de solidariedade e apoio moral à política exterior, patriótica, alevantada e digna do honrado Presidente da República”, a partir da “intervenção europeia nos negócios internos da República”. Prosseguia o deputado proponente destacando que acreditava, assim, estar interpretando “a unanimidade dos sentimentos da Câmara”, ou seja, “corresponder às vistas e às aspirações nacionais”, de modo que nesta questão deveriam “desaparecer os pontos de vista pessoal e partidário, as pequenas divergências e as conveniências efêmeras”. Em nome da nova forma de governo, justificava o parlamentar que o que estava em jogo não era “a personalidade do Presidente da República, mas a força moral do poder, a dignidade, o prestígio e os créditos das instituições republicanas”.

O argumento favorável à moção destacava o fato de que o ato praticado pelo comandante português ao conceder asilo aos rebeldes, em muito havia prejudicado os esforços governamentais de eliminar definitivamente o foco revolucionário, cujos promotores tantos prejuízos teriam trazido ao país, “com tripúdios de canibais e com a fereza inaudita de assassinos empedernidos” .

Denunciava-se o fato de que diante da vantagem das forças governamentais, os revolucionários “não capitularam nem morreram” e sim “saíram barra fora debaixo da proteção da bandeira portuguesa, que violou de modo mais flagrante e cruel os princípios mais elementares da neutralidade, favorecendo a fuga, dando asilo a revoltosos equiparados a piratas pelo governo legal”, além de “um almirante também por este declarado rebelde e traidor à pátria, e levando-os para a República Argentina, de onde podem facilmente ir juntar-se aos companheiros do Rio Grande do Sul e continuar a luta fratricida que há tanto tempo rasga as entranhas àquele brioso povo”.

Quanto à argumentação portuguesa de que o ato do asilo dera-se em nome dos “princípios da humanidade” e as garantias das “leis internacionais aos criminosos políticos”, o deputado proponente reagia, afirmando que os rebeldes “não eram criminosos políticos”, uma vez que, “eles só podiam ser beligerantes ou piratas: beligerantes, não os reconheceu como tal uma só potência estrangeira, apesar dos seus vivos e insistentes pedidos; piratas, declarou-os o poder competente”. Fazia referência também à “ficção legal da extraterritorialidade”, pois não se poderia “colocar, dentro da nossa baía, a soberania portuguesa em frente à soberania nacional”, de modo “a anulá-la, a vilipendiá-la, a impedi-la ostentadamente de capturar réus de crimes comuns e de infligir-lhes a punição legal”. Explicava também que aquele não era o caso da concessão de asilo, já que “fora das águas territoriais” poderia justificar-se o mesmo, “com exemplos, arestos e julgados internacionais”, porém, “dentro da baía, no lugar reservado pelo governo para ancoradouro dos navios estrangeiros,

afim de acobertá-los dos efeitos do bombardeio iminente, dentro do nosso porto, que é um prolongamento do nosso território, sujeito, portanto, à ação soberana e exclusiva de nossos tribunais – jamais”.

O deputado brasileiro foi bem mais incisivo nas acusações contra o Comandante Castilho, chamando atenção não só para a negligência, como para a conivência do mesmo. Para ele, “o comandante da esquadilha portuguesa foi cúmplice fria e calculadamente do bombardeio insistente, mortífero e cruel das duas capitais – a Federal e Niterói, do massacre e assassinato de nossos irmãos, da destruição vandálica da fortuna pública e privada”, ao garantir “a impunidade ao Sr. Saldanha, com o prévio asilo que lhe ofereceu para quando soasse o momento supremo da desafronta legal”. Os “princípios da humanidade” invocados pelos lusitanos foram também refutados, argumentando-se que, “invocar tais princípios em favor dos homens que, durante seis meses vomitaram com a metralha assassina dos canhões roubados à defesa da ordem legal e contra esta traidoramente voltados, a morte, o luto, a viuvez e a orfandade, é a mais pungente das irrisões, é uma ofensa à dor nacional”, bem como “um despreço à abnegação e à heroicidade dos valentes que ensoparam com o seu sangue generoso o campo da luta em prol da legalidade e que com ele cimentaram as bases da República”. E continuava o parlamentar, afirmando que aquele ato fora “uma irreverência à memória indelével e amada, cara à democracia e à Pátria”, além de “uma afronta à dedicação e à bravura da mocidade das escolas, alma e vida da vitória legal, lustre, honra e garantia das instituições republicanas”.

Ainda no que tange à utilização dos “princípios da humanidade” para justificar o asilo, o ardoroso discurso do autor da moção declarava que a invocação destes princípios “para indultar-se os metralhadores perversos de duas cidades indefesas é uma pactuação com o assassinato, uma transigência com o vandalismo e a crueldade demais repugnante; não se chama piedade, chama-se mentira, chama-se hipocrisia, chama-se crime”. Segundo esta concepção, os revoltosos foram considerados como “covardes e traidores até na fuga, retirando-se para bordo dos navios portugueses, garantidos, portanto, eles deixaram o sinal indelével de sua malvadez nas minas de dinamite que cavaram nas fortalezas para matar à traição os defensores da legalidade”. E, mais uma vez, imputava uma alta culpabilidade às autoridades lusitanas, uma vez que, “negando-se a dar ao nosso governo os desagravos pedidos pelas ofensas irrogadas à nossa soberania, homologando os erros do chefe da esquadilha portuguesa que estacionava em nosso porto, o Governo Português determinou a atitude firme, enérgica e patriótica do poder executivo”.

As reações quanto à moção de apoio à atitude governamental centraram-se na argumentação de que este ato não cabia à Câmara no sistema presidencialista de governo, de modo que os opositores à mesma, acusavam-na com a frase por várias vezes repetida e justificada com longas declarações, mas, em síntese, resumida na expressão: “é parlamentarismo”. Nesse sentido, o deputando que fizera a proposta da moção argumentava que seu pedido devia-se ao fato de que “o honrado Presidente da República correspondeu às vistas e aos votos da nação”, de modo que o intento do autor ao levantar aquela questão em

relação à ação presidencial era “não aprovar, porque nós sabemos perfeitamente que o ato do Poder Executivo independe da nossa aprovação e da nossa interferência, mas somente dar-lhe os nossos aplausos solenes”, numa “demonstração positiva e iniludível da nossa solidariedade moral com a sua política exterior”.

Ainda ao justificar sua moção, o parlamentar brasileiro, explicava que ao promover a ruptura diplomática e “em todo este melindrosíssimo assunto, houve-se o representante do Poder Executivo com todo o tino e com a maior circunspeção e serenidade de ânimo”, de modo que “o honrado Presidente da República, neste momento crítico e decisivo para a sorte das instituições republicanas, era o alvo para onde volviam-se cheias de confiança as vistas da nação inteira”, ou seja, “era a encarnação da lei e da autoridade, da República e da Pátria”. Neste sentido, o deputado dizia acreditar “que nenhum desar vem à Câmara da votação desta moção de franca e completa solidariedade à política externa do marechal Floriano”. E concluía, declarando que “o intuito dos que a apresentaram é fazer com que, de modo claro e positivo, diante do país e diante do estrangeiro, nesta grave questão em que esteve comprometida a dignidade da República, o Poder Executivo e o Poder Legislativo, isto é, a Nação e o seu mais elevado representante, apareçam unidos e entrelaçados”. Nesta linha, ficava proposto o seguinte texto para a moção: “A Câmara dos Deputados recebeu a mensagem do Poder Executivo dando conta do rompimento das relações diplomáticas do nosso com o Governo Português e aplaude, em toda a sua plenitude, a atitude enérgica e digna que aquele soube manter em tão

melindrosas circunstâncias, zelando com a maior prudência os créditos e a dignidade da República”.

Os debates acerca do tema centraram-se na questão de que aquela atitude não era compatível com o sistema de governo brasileiro, não cabendo, portanto, à Câmara aprová-la. Os defensores da moção, mais uma vez buscaram convencer o plenário ao apontar para a justeza que teria caracterizado a atitude presidencial, afirmando-se que se fazia “necessário completar a obra do agradecimento nacional com o voto à moção que acaba de ser lida”, como “uma declaração solene de admiração e aplauso ao impertérrito chefe do governo, que, tendo dominado no interior uma temerosa revolta, impõe-se logo após ao respeito e à admiração do estrangeiro, mostrando a todos que, livres dos mil tentáculos do medonho e imenso polvo que nos sugou durante sete meses quase todo o sangue das veias”, tivera-se “bastante coragem nos peitos patrióticos e bastante fibrina no sangue que nos ficou para reclamarmos o nosso direito perante o mundo”. Novamente utilizava-se o argumento de que a ação presidencial, naquele momento, confundia-se com a da própria nação, lançando-se a questão: “Mas então os homens de Estado e sobretudo os homens que se acham à testa de um governo em épocas de crises temerosas não são exatamente a personificação de todas as necessidades e aspirações da alma nacional, e por isso que o são, não devem nem podem merecer o aplauso dos seus concidadãos?”.

Os opositores à moção persistiram nas asserções de que aquele tema não deveria estar sendo discutido na casa, chegando-se a elaborar uma declaração

contrária aquela proposta, onde se tomava o cuidado de não declarar uma postura de aberta oposição à natureza do conteúdo da moção e sim, contra a forma pela qual a mesma estava sendo encaminhada. Nessa linha, foi apresentada a declaração de que, “embora de inteiro acordo com a solução patriótica dada pelo governo ao conflito com Portugal, votamos contra a moção, porque entendemos que o regime presidencial não comporta manifestações de tal ordem”. Buscou-se então, uma solução de consenso entre as duas propostas, através de uma terceira, a qual argumentava que a ação presidencial era “um ato acabado, perfeito, produzindo efeitos e de plena soberania do Poder Executivo”, uma vez que, só “em uma hipótese de declaração guerra, em que os governos expõem a vida dos seus concidadãos, a posição da carta geográfica e o futuro da liberdade – então a intervenção do Parlamento é condição da justiça e imposição da lei”; no entanto, complementava-se perguntando: “Imagine-se que a Câmara ao invés de aplaudir a solução do governo fosse a ela contrária. Não ficaria empalidecida e aniquilada a autoridade da pátria no exterior”.

E, diante destes argumentos, foi apresentada uma emenda à moção, com o seguinte texto: “A Câmara dos Deputados, aplaudindo o ato do Poder Executivo no conflito português, declara, entretanto, que aquele ato é de plena soberania do poder executivo, e que independe da aprovação do Congresso”. A questão da moção não seria, no entanto, resolvida na própria sessão do dia 19 de maio, “ficando adiada a votação”. O assunto só viria a ser apreciado na sessão do dia 21 de maio de 1894, quando se colocou à apreciação do plenário, as duas propostas, uma que aplaudia “em toda a sua plenitude”, o ato “enérgico e digno” do Vice-

Presidente, ao promover o rompimento de relações para com Portugal, em nome da “dignidade da República”; e a outra que, apesar de aplaudir o ato do Poder Executivo no “conflito português”, limitava-se a isso, pois o mesmo era de “plena soberania” deste poder, independente da votação do Congresso. Aberto o processo de votação, esta segunda foi aprovada enquanto que aquela moção original não o seria, já que foi considerada prejudicada, tendo em vista o primeiro resultado.

Apesar da proposta vencedora ter sido a que fez a ressalva quanto ao poder que competia a atitude do rompimento diplomático, ou seja, ao executivo e não ao legislativo, permaneceu na votação da Câmara dos Deputados a decisão de aplaudir o ato governamental. Naquele momento de grave crise, arriscado seria não se apoiar as medidas tomadas em nome da segurança da nova forma de governo e em defesa das instituições republicanas, de modo que a ruptura brasileiro-lusitana, apesar dos debates e da vitória de uma proposta não tão enfática num apoio incondicional à ação do Vice-Presidente, acabaria por ser aceita e apoiada por parte dos representantes da nação. Após essas discussões, não ocorreriam maiores reflexos dentre os assuntos debatidos na Câmara dos Deputados, de modo que o tema só voltaria à casa, praticamente um ano depois, quando, numa nova Sessão solene de abertura do Congresso Nacional, a 4 de maio de 1895, a Mensagem Presidencial anunciava a solução para aquela questão, com o restabelecimento das relações luso-brasileiras. Informava a mensagem que “com Portugal foram restabelecidas as relações diplomáticas, mediante os bons ofícios do Governo de S. M. Britânica”, constituindo esse um



“acontecimento feliz que todos já conhecem, mas que tenho o grato dever de comunicar-vos”<sup>39</sup>.

A intervenção estrangeira na Revolta da Armada representou um momento de inflexão na evolução histórica da República Brasileira, uma vez que, através dela, foi possível que o Governo Federal vencesse uma das frentes dentre os focos revolucionários e encaminhasse a “consolidação” da nova forma de governo. A variação entre o status de “cidade aberta” ou “cidade fechada”, fazendo com que aos rebeldes fosse negado o seu único trunfo, a possibilidade de bombardeamento do Rio de Janeiro, serviu para que a facção governista rearranjasse suas forças e levasse em frente o reaparelhamento bélico que lhe permitiu a vitória sobre os revoltosos. A conclusão daquele episódio redundou no estremecimento das relações entre Brasil e Portugal e revelou o caráter utilitarista que a intervenção estrangeira representou para o Governo Brasileiro, que aplaudiu a interventoria multinacional quando esta lhe serviu para bloquear a ação dos rebeldes, mas criticou profundamente a intervenção do comandante português ao conceder asilo aos insurretos, considerando que, naquele momento, cabia às nações estrangeiras a função de “simples

---

<sup>39</sup> CONGRESSO NACIONAL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Primeira sessão da segunda legislatura. Sessões de 27 de abril a 31 de maio de 1895. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. v. 1. p. 17.

espectadoras”, alheias ao confronto, então já decidido favoravelmente aos governistas<sup>40</sup>.

Portugal ficava então na difícil posição de manter um asilo cujo custo seria consideravelmente alto, levando em conta os bons ofícios com o Governo do Marechal Floriano, forte e consolidado no poder; mesmo assim, os asilados não foram entregues às forças vencedoras. Porém, após a evasão de grande número de rebeldes na região platina, reintegrando-se à Revolução, o governo brasileiro – acusando o comando português de negligência (abertamente), senão de conivência (implicitamente) – não se considerou satisfeito com as medidas punitivas do governo luso aos possíveis implicados e determinou o rompimento dos laços diplomáticos. A ruptura Brasil–Portugal refletia o momento político que vivia o país internamente, agitado pelos radicais jacobinos – base do apoio popular ao Presidente Floriano e ferrenhos propagadores de ideias antilusitanas – e com a presença de um contingente pouco expressivo de monarquistas, muitos deles de nacionalidade portuguesa, alguns dos quais apoiaram os movimentos rebeldes que assolaram a nova forma de governo. A visão negativa de parte dos jacobinos somada a possíveis associações entre os ideais de restauração e os súditos portugueses residentes no Brasil só serviu para agravar ainda mais as já estremecidas relações brasileiro-lusitanas. Finalmente, o rompimento Brasil–Portugal traduzia também as novas tendências da política

---

<sup>40</sup> ALVES, Francisco das Neves. As relações Brasil – Portugal no século XIX: dois momentos de ruptura. In: ALVES, F.N. (org.). *Brasil 2000 – quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas*. Rio Grande: FURG, 2000. p. 43-44.

exterior brasileira, segundo as quais o país deveria voltar-se em direção à América, afastando-se do concerto europeu e do passado colonial, mais do que encarnado na figura da antiga metrópole. Além disso, a importância adquirida pela potência ascendente da América do Norte no desenrolar dos fatos à época da Revolta da Armada, significava também os primeiros passos em direção do processo que, a médio prazo, levaria o Brasil a uma nova área de influência no contexto internacional, passando da tutela britânica à estadunidense<sup>41</sup>.

Todas estas contingências e conjunturas se faziam sentir nos debates sobre o tema da ruptura Brasil – Portugal entabulados junto à Câmara dos Deputados. Prevaleceu nestas discussões o argumento governamental, ou seja, que o ato presidencial fora correto ao promover o rompimento de relações com a nação lusa. Neste sentido, para a maioria dos deputados, vingou o argumento de que os rebeldes eram subversivos e piratas, e não perseguidos políticos, não sendo, portanto, merecedores do tratamento estipulado pelo direito internacional e pelos “princípios da humanidade”, de modo que, de acordo com esta perspectiva, o asilo não poderia ter sido concedido pelos lusitanos. O pragmatismo do governo brasileiro quanto à aceitação da intervenção estrangeira, quando careceu desta para controlar os rebeldes, e, posteriormente, a negação da mesma, quando já estava seguro de si, também se fez presente nas discussões empreendidas naquela casa. O espírito governista de sufocar o movimento até as últimas instâncias, ou seja, numa verdadeira sanha punitiva

---

<sup>41</sup> ALVES, 2000. p. 44.

de todos os possíveis implicados, foi outro elemento encontrado nas discussões dos deputados brasileiros.

O único senão imposto ao aplauso generalizado da Câmara para com a atitude presidencial, prendeu-se mais à análise da forma do que do conteúdo, ou seja, em nome do sistema de governo, prevaleceu a proposta que insistia que a ruptura era assunto de exclusiva competência do executivo, mas, ainda assim, o Legislativo deu-se ao direito de aplaudir esta ação, de modo que, quanto ao rompimento, os parlamentares brasileiros não chegaram a discutir o mérito do mesmo e sim a forma de encaminhamento, de modo que, ou por apoio direto, ou pelo silêncio, ficava acatado e apoiado o ato governamental. Assim, predominou junto à Câmara dos Deputados a convicção de que cortar relações com Portugal fora justo, tendo em vista que estavam em jogo “elevados interesses”, quer seja, a “salvação” da Pátria e a “segurança” das instituições, em outras palavras, a aceitação do fato devia-se também ao espírito de proteger a República “em perigo” e em nome da consolidação da nova forma de governo, personificada na figura do Vice-Presidente da República, em suas práticas e pensamentos. Desta maneira, as reações estabelecidas na Câmara Brasileira serviram como verdadeira caixa de ressonância do Executivo, legitimando direta/indiretamente o rompimento de relações diplomáticas do Brasil para com Portugal.

O ROMPIMENTO DAS RELAÇÕES  
DIPLOMÁTICAS ENTRE BRASIL E  
PORTUGAL A PARTIR DA  
IMPrensa PORTUGUESA

A tendência de fricção e fissão nas relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, iniciada à época da transição republicana no país tropical, atingiu seu ponto mais alto no rompimento de tais inter-relações, em 1894 e a imprensa portuguesa teve especial atenção para com os acontecimentos que levaram a essa cisão<sup>42</sup>. Os elementos constitutivos que marcaram a virada para os primeiros meses de 1894, culminando com a ruptura em maio, constituíram o mais crítico momento das já complexas relações luso-brasileiras, desde a proclamação da República no Brasil. Nesse sentido, os espíritos de divergência acirraram-se de parte a parte e a imprensa de ambos os países discutiu o tema à exaustão. No contexto do jornalismo português, as opiniões cristalizaram posições em torno do grande assunto em pauta – identificar os culpados pelos episódios que levaram ao rompimento diplomático. Os noticiosos e moderados

---

<sup>42</sup> Texto adaptado a partir de ALVES, Francisco das Neves. *Visões espelhadas d'além mar*. Rio Grande: Editora da FURG, 2017, no qual há um breve histórico de cada um dos jornais abordados. A respeito da imprensa lusa ao final do século XIX, ver: TENGARRINHA, José M. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.; TENGARRINHA, José M. Imprensa. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 3.; RODRÍGUEZ, Alberto Pena. História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1996.; CUNHA, Alfredo da. Periódicos e relações, periodistas e noticiaristas. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.; MANSO, Joaquim. O jornalismo. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.; ARANHA, Pedro W. de Brito. Mouvement de la presse périodique em Portugal de 1894 a 1899. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1900.; ARANHA, Pedro W. de Brito. Rapport de la Section Portugaise – 1er. Congrès International de la Presse (1894 – Anvers). Lisboa: Imprimerie Universelle, 1894.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. O jornalismo português: resenha cronológica. Lisboa: Tip. Soares, 1895.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. Os jornais portugueses: sua filiação e metamorfoses. Lisboa: Imp. de Libanio da Silva, 1897.; e PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. Movimento evolutivo do jornalismo político em Portugal no século XIX. In: Revista de Sciencias Lettras e Artes. Lisboa, 1(2) jul. 1901, p. 52-57; 1(3).

permaneceram em sua postura de buscar uma suposta neutralidade, evitando o debate e desejando o retorno à normalidade, entretanto, no que tange às folhas engajadas, a divisão deixara de ser somente entre monárquicos e republicanos, como fora em outros momentos, passando a ser entre os partidários do governo luso e seus opositores”<sup>43</sup>.

Dessa maneira, digladiaram-se mutuamente em matizes variados, ainda que nem todas as publicações periódicas fossem necessariamente órgãos de partido, os defensores dos governantes regeneradores; aqueles mais voltados à exaltação dos brios patrióticos, que imputavam as responsabilidades da ruptura ao governo brasileiro; e as oposições portuguesas representadas predominantemente por progressistas, mas também por outras cores partidário-ideológicas, além dos adversários mais radicais, os republicanos. Houve espaço ainda para a pequena imprensa manifestar-se, com os caricatos e satírico-humorísticos, voltados a seu tom crítico-jocoso, embora mais contidos por vezes em relação ao Brasil, tendo em vista a complexidade das circunstâncias e os periódicos operários, observando que aqueles tópicos em discussão em nada poderiam interferir na estrutura social vigente<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> ALVES, Francisco das Neves. *Olhares impressos – a República Brasileira sob o prisma da imprensa lusitana: repercussões e ruptura diplomática (1889-1895)*. Lisboa: ICES, 2012. p. 229.

<sup>44</sup> ALVES, 2012. p. 229.

## Os jornais noticiosos e moderados

A partir da ruptura diplomática entre Brasil e Portugal, a imprensa voltada a uma abordagem predominantemente noticiosa e moderada optaria por um caminho ainda mais intenso na busca pela neutralidade informativa. De acordo com esses jornais, revolver as polêmicas e dar espaço à troca de ofensas só poderiam servir como fatores para agravar mais intensamente a já intrincada situação de desentendimento entre os dois países, de modo que defendiam a procura de um meio termo, supostamente isento, na apreciação dos fatos, sem necessariamente ter de achar-se um culpado por aqueles acontecimentos. Na concepção de tais periódicos, que em muito se esforçaram no intento de demonstrar sua imparcialidade e moderação, o rompimento fora um fato ilógico e preocupante tendo em vista as relações históricas entre as duas nações, havendo também uma constante preocupação em manifestar o desejo de que o restabelecimento daqueles laços se desse o mais breve possível<sup>45</sup>.

Um dos pressupostos em que mais insistiram os noticiosos e moderados foi a continuidade e a reiteração da pregação em torno da busca da neutralidade diante daquele quadro prenhe em complexidades. Foi a intenção do *Jornal do Comércio* ao fazer referência às discussões quanto a quem caberia à culpa pela ruptura, assunto diante do qual buscava manter-se neutro, afirmando que “sobre esse tema os boatos” eram “vários e cada um mais extraordinário do que os

---

<sup>45</sup> ALVES, 2012. p. 248.



outros”, mas a nenhum deles queria “fazer eco, tanto mais quanto” entendia que aquilo que “principalmente” importava era “procurar uma leal inteligência”, que permitisse “reatar relações, que não” poderiam “estar por longo tempo suspensas”. Dizia que pouco importava os interesses partidários, pois “a tal respeito a sua opinião era genérica e abstrata”, devendo “estar no governo o gabinete que melhor e mais satisfatória solução” pudesse “dar à questão, sem quebra da dignidade”, desejando que “a providência” iluminasse “com a melhor inspiração”, já que era aquele um “momento de graves responsabilidades”<sup>46</sup>.

A isenção era pregada também por *O Comércio do Porto*, para o qual, “em assunto tão grave”, seria “forçoso não avançar afirmações” que não fossem “perfeitamente justificadas”, ou ainda “lançar para bem longe quem” escrevia com base em “paixões de qualquer ordem e preocupações de qualquer natureza”. A folha sugeria que, “explicado o modo como o governo português” procurara “proceder, o governo brasileiro” teria “salva a sua dignidade e, se tanto” fosse “necessário”, encontraria “na arbitragem de uma nação amiga o testemunho de que essa dignidade” não fora “ofendida”. O periódico apontava que, dessa maneira, “as duas nações irmãs” seguiriam “nas suas relações seculares, estreitando dia a dia, por interesses cada vez maiores, os velhos laços” que as uniam, pois, não haveria “por certo, um bom português” que tivesse “aspirações diversas destas”<sup>47</sup>.

---

<sup>46</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. Lisboa, 16 maio 1894. A. 41. N. 12.130. p. 1.

<sup>47</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 20 maio 1894. A. 41. N. 118. p. 1.

O discurso da imparcialidade foi levantado ainda pelo *Diário de Notícias*, que permanecia como o protótipo das práticas jornalísticas essencialmente informativas no contexto português. O jornal chegava a mostrar-se indignado diante das manifestações que pretendiam estimular a intriga no seio das relações entre Brasil e Portugal, considerando que tal tema não poderia ser abordado por meio do partidarismo, e defendendo a perspectiva da autodeterminação dos povos na escolha de suas formas de governo, bem como de um comportamento isento de parte do periodismo:

Levantou-se, não sabemos com que fins, que Portugal não via com bons olhos o desenvolvimento da República na América portuguesa e que até procurava fomentar a ressurreição da monarquia. Ora esta desconfiança é completamente infundada e só uma intriga mesquinha e interesseira é que a poderá propalar e fazer acreditar. O sentimento que domina o povo português resume-se nisto e nisto apenas: em desejar a felicidade da nação brasileira. Que ela caminhe constantemente na estrada do progresso, que atinja o mais breve possível o desenvolvimento e a superioridade de que é digna; que ocupe sempre o lugar de primazia entre as suas irmãs; estes são os votos incondicionais que todos nós fazemos. Que esta marcha se realize ao som da Marselhesa ou ao som do hino real, pela mão da República ou pela mão da monarquia, isso pouco nos importa. Cada povo rege-se pelas instituições que mais lhe agradam ou que mais lhe convém. Nada temos com o regime político adotado pelo Brasil e não serão os estranhos que lhe hão de ir governar a casa.

Quer nos parecer que a imprensa, tanto de um como de outro hemisfério, faria um grande serviço humanitário, e cumpriria um honroso dever cívico, evitando quanto possível as polêmicas apaixonadas e a troca de gracejos ofensivos. (...)

Capacite-se o Brasil de que aqui só se conspira pela sua felicidade e acredite na nossa lealdade, que é ainda a velha lealdade portuguesa. Dissipe-se de uma vez para sempre esta nuvem de desconfianças e desfaçam-se estes equívocos.<sup>48</sup>

Em linha próxima, *O Ocidente* destacava que o rompimento era “a ordem do dia em todos os círculos políticos e em todas as conversações”, constituindo também o tema que mais preocupava “os espíritos em Portugal”, pregando que tão delicada situação não fosse analisada sob o viés do engajamento partidário. Nesse sentido, declarava que o país estava “farto de política e de políticos”, que já não conseguiam “comover ninguém, a tal ponto” chegara “o seu descrédito”. A folha manifestava o desejo de que “bons auspícios” orientassem “as negociações”, de modo que, “em curto prazo” se restabelecessem “as relações entre o Brasil e Portugal”, explicando que esta seria “a aspiração de toda a gente sensata dos dois países ligados pelos mais estreitos laços de sangue e pelos mais respeitáveis interesses comerciais”. A publicação ilustrada manteria a tradição de fazer coberturas textuais e através de imagens, nesse caso, acompanhando os “emigrados brasileiros” em sua viagem até a localidade portuguesa de Peniche, mostrando gravuras do vapor que levava os exilados do Brasil e de paisagens na região platina e da Ilha de Ascensão, no Brasil. Mostrava também a “fuga dos emigrados brasileiros”, quando ainda estavam na América do Sul, apresentando registros pictóricos de embarcações e lugares por onde foi promovido o transporte dos mesmos. O periódico dizia que uma de suas

---

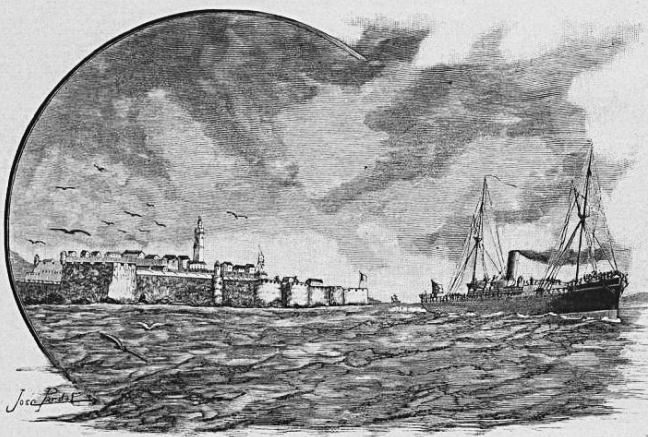
<sup>48</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 5 jun. 1894. A. 30. N. 10.218. p. 1.

preocupações era que se restabelecesse “a verdade dos fatos e as boas relações que sempre” existiram “entre as duas nações irmãs”<sup>49</sup>, de forma que seus registros intentavam exatamente contribuir com esse espírito de suavização dos conflitos, mostrando que, ao menos em parte, os portugueses haviam levado em frente a exigência brasileira de isolar os exilados.

---

<sup>49</sup> O OCIDENTE. Lisboa, 21 maio 1894. A. 17. N. 555. p. 8.; 1º jun. 1894. A. 17. N. 556. p. 7.; 11 jun. 1894. A. 17. N. 557. p. 4-6.; e 21 jun. 1894. A. 17. N. 558. p. 4-6.

O OCCIDENTE



O VAPOR «ANGOLA» CONDUZINDO OS EMIGRADOS BRASILEIROS PARA PENICHE

(Desenho do sr. José Pardo)

tivas triunfantes, imponentes, gloriosas, que percorrem, como sinque das nossas veias, as suas linhas d'ago, que são as artérias da nossa civilização.

Esse Deus, que elles desprezaram, ou não quiseram conhecer, e que, esquecendo todo o passado, lhes abre tambem os braços como o Deus do Evangelho, e lhes segreda nos ouvidos, com a eterna phrase de Michelet, o grande Moysés moderno — *Eu sou o unico amigo, que vos resta, nas sombras tristes d'este abandono. Abraçam-me e dormirão tranquilos!*

E elles, então, apertam-o bem ao seu coração opprimido, reflectem na predestinação do seu infeliz destino, e alguns creem, pela primeira vez na vida, que o trabalho é o primeiro dos bens, o principio da virtude, a estabilidade do lar, a espinha da independência, a estabilidade do lar, a espinha, enfim, que illumina o céu azul da esperança, e os asperos caminhos da vida, que nos levam a conquista gloriosa do vello d'ouro da nossa felicidade.

Libanio Baptista Ferreira.

#### PENICHE E OS EMIGRADOS BRASILEIROS

Chegou a Lisboa, no dia 31 de maio, o vapor *Angola* conduzindo a seu bordo os emigrados brasileiros, em numero de 148, que tantos são os que se conservaram a bordo dos navios de guerra portuguezes (*Mindello* e *Afonso d'Albuquerque*), que lhe deram guarida, e d'onde não conseguiram fugir.

Estes emigrados, conduzidos de Montevidéu, pelo vapor *Pedro III*, á ilha da Assenção, embarcaram d'alli para bordo do *Angola* que os conduziu a Lisboa.

Entre os 148 emigrados, cujos nomes vamos mencionar, conta-se um bom numero de portuguezes, como se verá.

Os emigrados brasileiros são:

Contra-almirante dr. José Pereira Guimarães.  
Capitão de fragata dr. Gualberto Cece Maranhães.  
Medico civil dr. Daniel d'Almeida.  
1.º tenente Thomas de Medeiros Fentes, Francisco Tardios da Costa Lima, Silvio Felício Belchior, Ovídio Pereira Gomes, Luiz Thomaz Pereira da Rosa,

Octacilio Nunes d'Almeida, Aljano Dias Calonna, dr. Afonso Henriques de Castro Gomes, dr. Thomaz de Aquino Gaspar.

Guardas-marinhas Mario Barman de Borges, Arthur Torres, Antonio Candido Carvalho, José Joaquim Brandão dos Santos.

Commissarios José Marianno de Faria Dias, Manuel Marques de Faria.

Asprantes Ernesto Frederico da Cunha, Alexandre Messier, Mario de Castro Monizes, Candido d'Andrade Dortas, Trajano Augusto de Carvalho, Arthur da Costa Fato, José de Lima Campello, Guilherme d'Azambuja Neves, José Antonio Lacerda, Octacilio Pereira Lima, Luis Pereira Filho Galvão, Augusto Durval da Costa Guimarães, José Mattoso de Castro e Silva, Antonio A. Monteiro Chaves, Oscar O. d'Assis Pacheco.

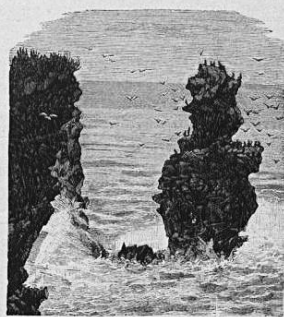
Affres da guarda nacional Julio Cesar de Carvalho Lobo.

Officiaes da marinha mercante Henrique Lender, José Augusto Ribeiro, Thadeu da Silva Castro, Manoel da Silva.

Varias classes Victor Lauro Rodrigues, José Francisco dos Santos Paes, Casimiro Hermenegildo Pinto Luis Paulino de Carvalho, Sebastião Ferreira do Nascimento, João Marques de Assis, Francisco L. Chagas, José Sant'Anna Bomio Gonçalves, Jacinto Nunes dos Santos, Pedro José Ramalho, Thimoteo Borges Ferreira, José Marques de Albea, Christovão Fernandes, João Pereira d'Oliveira, Antonio José da Silva, Silverio Gomes da Silva, Pedro de Sousa Portugal, Norberto Leopoldo dos Santos, Filomeno do Espirito Santo, Arcelindo Antonio Corroia de Oliveira, José Querino de Brito, João Guilherme da Silva, Tiago de S. Gomes, Felizardo Guerra, Doclado Itanos dos Santos, Deliano Luiz Vicente, José Manuel Barreto, Luiz Paulino da Silva, João Pereira do Nascimento, Estevão de Lima, Claudio José da Silva, João Silvado Brazill, Manuel Valerio do Nascimento, Antonio Paulo das Neves, Terelliano Correia, Manuel Orraca, João Capitista, Franco Joaquim Ribeiro, Thomas da Cruz Ferraz, Manuel Rodrigues Chaves, José Antonio, Manuel Antonio, Acostinho Ventura dos Santos, José Antonio Ribeiro, José da Rocha Moreira, Joaquim de Jesus, Thomaz Maciel, Liberato Gomes de Mattos, Manuel Fernandes, João Gomes Ferreira, Francisco José de Sousa, Paulino de Oliveira, Octaviano Gomes Fialha, João Franco, Julio Martinez, Secundino Franco, Mariano Carlotina, Carlo Francisco, Antonio Conrado, João Pedro Hegnot.

Os emigrados portuguezes são:

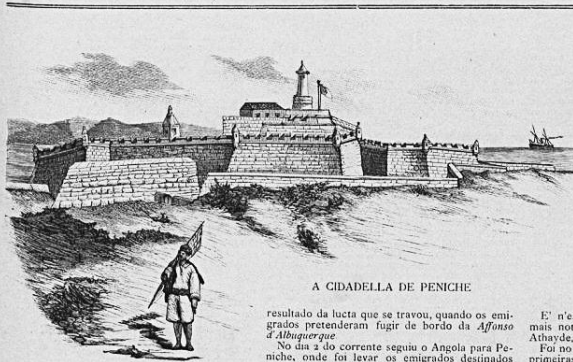
Tenente da guarda nacional João Castro Novai, Francisco da Silva, Manuel Ferreira Sardo, Antonio Pereira dos Santos, Antonio José da Silva, Francisco Mendes Lopes, Manuel da Agonia, Paulino Lopes de Andrade, Joaquim da Costa Fretas, João Joaquim de Azevedo Junior, Antonio Mendes Carneiro, Francisco Baptista Lopes, Augusto José Mendes, João Gonçalves Duque, Acostinho Rodrigues, Bernardino Gonçalves Duque, Manuel dos Passos, Manuel Pereira Gomes, Joaquim Luis da Silva, Augusto Trindade, Christovão Ferreira, Joaquim Teixeira, João da Cunha Peixoto, Roberto Pinheiro, José Pinto Soares, Adriano Abilio Passos, Francisco dos Santos, Gomes, Alexandre Caetano, Manuel de Lima, Antonio Tiberio de Sousa, José Theodoro dos Santos, Antonio Dias, Francisco dos Santos, Francisco José Santiago, João Francisco Ribeiro, Antonio



O ROCHEDO DA «PAPÓA», EM PENICHE

(Cópia de uma photographia)

## O OCCIDENTE



A CIDADELLA DE PENICHE

resultado da lucta que se travou, quando os emigrados pretenderam fugir de bordo da *Afonso d'Albuquerque*.

Thomas Martins, Domingos Antonio Borges, Antonio José Pires, João Baptista, João Baptista Teixeira, Leonardo Ferreira da Silva, Antonio Baptista, João de Lima, Francisco Antonio, Antonio de Sousa da Silva, Francisco Madeira, Domingos Soares, Francisco Rodrigues, Manoel José Marcolino.

Além d'estes vieram ainda a bordo da *Angola*:

7 tripulantes do vapor *D. Pedro III* e o seguinte pessoal da nossa armada: os srs. dr. João Lopes do Rio, 2.º tenente Jayme F. Monteiro, engenheiro Manuel Augusto Lavrador, 1.º sargento Francisco M. Seabra, enfermeiro Luiz Maria Mendes, Leocadio Martins e 66 marinheiros.

Alguns d'estes veem doentes e com ferimentos,

No dia 2 do corrente seguiu o *Angola* para Peniche, onde foi lavar os emigrados destinados aquella praça, a excepção de 18 officiaes, que ficaram a bordo do *India*, e dos doentes que receberam ao hospital, os quaes foram depois para a praça d'Elvas, por não haver em Peniche aquartelamento conveniente para estes officiaes.

Os emigrados que foram para a praça d'Elvas,

tem sido alli muito bem recebidos, procurando os habitantes d'esta cidade minorar quanto possivel as agruras do exilio a estes nossos irmãos, franqueando-lhes as salas dos seus chubos e obsequiando-os em tudo que está ao seu alcance.

Tratemos agora de Peniche, que n'estes ultimos dias não fallado tem sido, tanto pela esplendida exposiçao de rendas de sua industria, realçada nas salas da Sociedade de Geographia de Lisboa, em beneficio dos pobres pescadores para quem a pesca, seu unico ganha-pão, tem corrido mal, mas ainda por ser a praça de Peniche uma

das escolhidos para aquartelamento dos emigrados brasileiros.

Peniche está situado na costa do oceano, em uma península a 39° 24' de latitude N. e 19° de longitude O. e 83 kilometros ao O. N. O. de Lisboa.

Tanto Peniche como as Berlenças foram habitados desde os tempos primitivos, e considerados sempre como pontos de boa defeza, pelas condições naturaes da sua collocação. E' assim que alguns auctores dão a villa de Peniche a orgem de ser formada por algumas familias lusitanas, que fugindo ás crueldades de Julio César Augusto, se refugiaram em Peniche, onde se fortificaram para a resistencia.

Deixando, porém, estas epochas mais remotas, encontramos que os primeiros alcaides-móres de Peniche foram os senhores, depois condes de Atougúia da Baleia, os quaes eram tambem donatarios da villa, o que assim se conservou, não tendo a villa foral.

E' n'esta familia donataria, que se encontra o mais notavel donatario de Peniche, D. Luiz de Athayde, vice-rei da India (1).

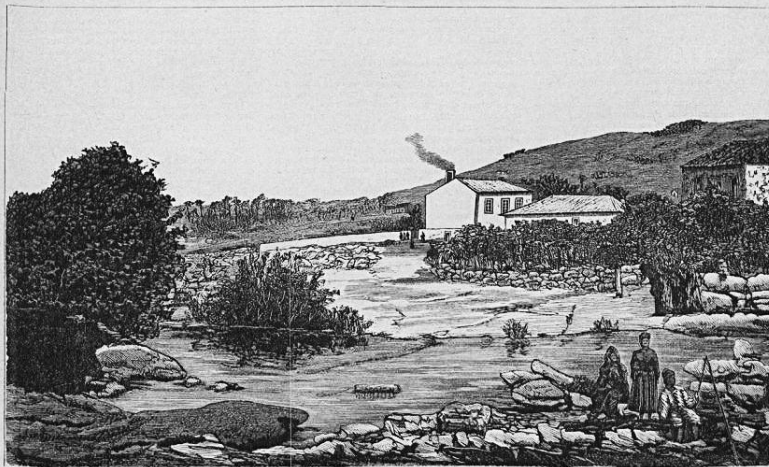
Foi no reinado de D. João III que se fizeram as primeiras fortificações em Peniche, principiando pela magnifica cidadella, em 1557 e concludo se depois as obras no reinado de D. Sebastião, tendo concorrido para isso bastante os bons officios de D. Luiz d'Athayde.

Entretanto, só no reinado de D. João IV foi considerada esta fortificação praça de guerra de primeira ordem, ampliando se ou concludo se então todas as obras de fortificação.

D'esta praça faz o nosso prezado amigo e distincto collaborador, o sr. Bartholomeu Sebastian Ribeiro Arthur a seguinte descripção:

«A magistral da fortificação não interrompida de Peniche, mede 2750 metros, apresentando na parte correspondente ao istmo uma curva de 140 metros de flecha, tendo para fora a parte con-

(1) Vid. «Occidente» vol. 3.º pag. 142 e 152.



UMA PAISAGEM DE PENICHE

(Cópia de uma photographia)

O OCCIDENTE

A FUGA DOS EMIGRADOS BRAZILEIROS

Juzram a terra, não chegando a fugir todos, porque antes disso lhe sustou a completa fuga parte da guarnição e o commandante português, que a muito custo pôde sair do beliche onde estava encurrado.

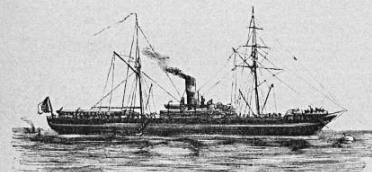
O porto de Montevideo onde isto se deu, é um bello porto de mar, onde se encontra sempre grande quantidade de navios que andam no tráfego commercial com a republica do Uruguay, de que Montevideo é a capital.

Montevideo ou cidade de S. Philippe, está situada no grande Rio da Prata, 350 kilometros ao N. E. de Buenos-Ayres, com proximo a 70.000 habitantes, sendo terra de bom clima e onde ha uma importante colonia portugueza.

O vapor *Pedro Terceiro* que conduziu o resto dos emigrados



CIDADE E PORTO DE MONTEVIDEU



O VAPOR «PEDRO TERCERO»

A ilha da Ascensão, é um navio construido em 1860, nos estaleiros dos srs. Napier & Sons, em Glasgow. Li teve os nomes de *Condé de Vilana*, *Clariss* e *Héclia*. Com este ultimo nome e sob a bandeira inglesa esteve muitas vezes no porto de Lisboa.

Actualmente pertence á praça de Buenos-Ayres e arvora a bandeira argentina.

Quando foi fretado pelo governo portuguez ficou bandeira portugueza e flamula, e sob esta bandeira desempenhou a commissão para que se contractou.

O vapor *Pedro Terceiro* tem 108,70m de comprimento, 11,85m de largo e 3,25 de pontal, com 2.372 toneladas e da força de 270 cavallos nominaveis.

Li foi vapor de passageiros, mas ultimamente empregava-se em transportar gado, para o que demanchou os camarotes. Este navio está sufficientemente velho, com os escaleres podres, incapaz de serviço, o que não impediu que se fretasse por preço bastante elevado.

A ilha da Ascensão para onde o *Pedro Terceiro* conduziu

os emigrados brazileiros, e onde os foi buscar o vapor *Angola*, como se disse no artigo do numero antecedente, está situada no Oceano Atlantico do Sul, a 1.400 kilometros S. O. do Cabo das Palmas (costa da Guiné), 2.335 kilometros E. do Cabo de S. Roque (costa do Brazil), 1.335 kilometros N. O. da ilha de Santa Helena, entre 24 20' a 28' latitude S. 10° 37' a 10° 54' 30' longitude O. de Paris. A ilha é de forma elliptica, medindo no seu eixo maior de E. a O. 13 a 14 kilometros.

Esta ilha segundo uns geographos foi descoberta pelo portuguez João da Nova, em 1501, e segundo outros pela esquadra de Alfonso d'Albuquerque no seu regresso da India a Portugal, em 1505.

E' certo, porém, que os portuguezes nunca tomaram posse d'esta ilha, que por quasi tres seculos, foi apenas uma paragem para os navios que alli passavam fazer aguada.

A ilha é relativamente de origem recente, vulcânica, de superficie muito irregular, sendo o seu aspecto estéril e triste. O seu pico mais elevado, situado a E. e que faz parte das Montanhas Verdes, tem a elevação de 900 metros, e avistase a 60 kilometros de distancia da costa. Do eixo d'este pico observam-se uns quarenta cumes de montes, na ilha, crateras de vulcões extinctos. A pouca cultura que tem é feita nas montanhas Verdes



A ILHA DA ASCENSÃO

Já *O Progresso* de Lamego, ao referir-se à ruptura diplomática de parte do Brasil lamentava que tudo aquilo estivesse ocorrendo com “a nação portuguesa”, aquela “infelicíssima pátria” que vinha “de desastre em desastre trilhando o caminho da mais agra desventura” e que acabara “de sofrer um revés formidando, estupendo, digno de coroar a longa série de desgraças que, numa acumulação tétrica e fatídica”, lhe vinha corroendo tudo “quanto possuía de útil e de bom”. Diante de tais dificuldades, o jornal também enfatizava a necessidade de isenção, neutralidade e apartidarismo na abordagem do tema, argumentando que era “de extrema gravidade este acontecimento”, não vindo a ser “ocasião para fazer recriminação, nem apurar responsabilidades”, uma vez que esse tipo de “trabalho poderia talvez prejudicar a justiça” que caberia aos lusitanos “nas negociações diplomáticas pendentes”. Dessa maneira, a folha declarava que, naquela “hora amargurada o que todo o bom português” desejava “ardentemente” era “que, com muita prudência, mas aiosamente”, se pudesse “conjurar a grandíssima fatalidade” que ameaçava “de morte os mais vitais interesses da pátria”<sup>50</sup>.

A proposta de amenização do debate era ainda sustentada por *O Vimaranesense* que, apesar de defensor das ideias monárquicas nos períodos anteriores, optaria pela moderação noticiosa por ocasião da crise da ruptura. Nessa linha, o jornal afirmava que, “perante a história e as relações íntimas” que existiam “entre Portugal e Brasil”, quase parecia “inútil repetir que os dois países” eram “irmãos e amigos”, em verdadeira “evidência deste axioma”, mas,

---

<sup>50</sup> O PROGRESSO. Lamego, 19 maio 1894. A. 9. N. 467. p. 1.



“infelizmente, no momento que ia decorrendo”, não faltava quem desejasse “perturbar a mutualidade das boas relações, lançando o azebre da intriga e da malquerença nos elos da cadeia dourada”, que havia “quatro séculos” ligava as duas nações. O periódico declarava que era “contra essa propaganda absurda e indigna, tão imbecil como infundada”, diante do que lavrava o seu “protesto, fazendo sentir a indignação de todos os portugueses contra essa trama odienta”, que pretendia “levantar uma barreira de animadversão entre dois povos” que se presavam e se estimavam, não tendo “motivos para quebrar os laços seculares de família”. Reforçando tais ideias, a folha concluía que “esta desconfiança” era “completamente infundada e só uma intriga mesquinha e interesseira” poderia buscar “propalar e fazer acreditar”, uma vez que, “o sentimento” que dominava “o povo português” só se resumiria “em desejar a felicidade da nação brasileira”<sup>51</sup>.

Abordando a questão sem imputar culpas e tentando apelar para o espírito da fraternidade, tendo em vista a reconciliação, o *Correio Nacional* dizia que, “se numa enchente de contrariedades”, como aquela que vinha “inundado o país”, fosse “lícito ainda ter alguma esperança”, uma das mais importantes seria fixada “no bom êxito da questão” brasileiro-lusitana. A folha defendia a imparcialidade, garantindo que não apreciaria nem discutiria “os fatos que determinaram esse incidente”, desejando “simplesmente que as relações luso-brasileiras” se restabelecessem, e, se possível, não se tornasse “a falar na sua interrupção”. Considerava que, “para isso, quanto mais depressa” se efetuasse “a

---

<sup>51</sup> O VIMARANENSE. Guimarães, 8 jun. 1894. A. 4. N. 332. p. 1.

aproximação, melhor”, já que seria “preciso que este acontecimento” cessasse “quanto antes, e em termos tais” que não restasse “dele o menor ressentimento”. O periódico almejava que viesse “breve uma festa coroar a reconciliação” e que aquela “separação fugitiva” fizesse “estreitar ainda mais os laços antigos”, não tendo os países ficado “menos amigos por essa indiferença aparente”, de modo que se completasse uma “obra da paz”, esquecendo-se “a injustiça da hostilidade”<sup>52</sup>.

A moderação diante dos óbices que abalaram a diplomacia entre ambos os países foi também adotada por algumas das publicações de natureza militar que circulavam em Portugal, como foi o caso da *Gazeta Militar* ao destacar que almejava “um desenlace mais lisonjeiro para os negócios com a República irmã”, acreditando que a situação acabaria por ser contornada pela generosidade dos brasileiros e, para tanto, seria preciso que os lusos fossem “cordatos”, deixando, “sem maior reparo, que o Brasil” se governasse “a seu modo”. Tal folha justificava que os portugueses tinham “o defeito de ser sentimentalistas e exagerados no modo de sentir” e, como eram “todos eminentemente monárquicos”, desejavam “que o Brasil também o fosse”, mas os fatos eram aqueles e não havia como “mudar-lhe a orientação”<sup>53</sup>. O procedimento moderado por meio da isenção era também empregado pela *Revista do Exército e da Armada*, ainda pouco antes do próprio rompimento, afirmando que era “com o maior desprazer” que via más apreciações de “atos que foram passados tão

---

<sup>52</sup> CORREIO NACIONAL. Lisboa, 30 maio 1894. A. 2. N. 393. p. 1.

<sup>53</sup> GAZETA MILITAR. Porto, 19 maio 1894. A. 18. N. 866. p. 1.

longe da metrópole”, se modo que seriam necessárias “narrativas verídicas” que esclarecessem “como os fatos se passaram” e não que criassem polêmica em torno deles<sup>54</sup>. De outra natureza, mas na mesma direção, o *Diário de Elvas* dizia preferir, ao invés da controvérsia, a narração dos fatos que preocupavam “todos os portugueses amigos da sua pátria” e causavam “profunda impressão”, tendo em vista as tradicionais “relações cordiais e de boa amizade” entre ambos os países<sup>55</sup>.

As folhas noticiosas e moderadas apontavam a ruptura diplomática como um contrassenso injustificável, algo que não poderia ter ocorrido, e como uma atitude anormal entre dois países irmanados, chegando o conflito a ser considerado como antinatural e até irracional. Seguindo tal linha de pensamento, *O Comércio do Porto* dizia que não se deixaria arrastar pelas “primeiras impressões”, de modo que, “por mais graves” que fossem “as notícias recebidas do Brasil”, afora “insânia sem nome, culpa sem absolvição”, não poderia “crer que os governos de dois países secularmente unidos” pensassem “abrir um cisma entre povos que o sangue” tornara irmãos, pois, “nem a mais violenta diplomacia, nem a mais acesa guerra seriam capazes de destruir laços de tal ordem, liames de tal natureza”. Pregava “todos os esforços” para o reatamento dos laços, num quadro pelo qual, os “despeitos e paixões” não

---

<sup>54</sup> REVISTA DO EXÉRCITO E DA ARMADA. Lisboa, 12 abr. 1894. A. 1. N. 12. p. 312.

<sup>55</sup> DIÁRIO DE ELVAS. Elvas, 16 maio 1894. A. 1. N. 266. p. 2.

deveriam “atingir elevados páramos” e “os ecos das multidões irrequietas” não poderiam ser levados em conta e “apenas a razão fria” deveria dominar<sup>56</sup>.

O *Diário de Notícias* reforçava tal enfoque ao abordar a “interrupção de relações” e o “incidente diplomático” como temas que se tornaram “o assunto de todas as conversas, a preocupação de todos os espíritos”, o qual, em princípio, “parecia estar em termos conciliadores, e, inesperadamente”, assumira “tamanha gravidade”. Pelo inusitado de “situação tão delicada”, o jornal considerava que seria “inoportuno fazer qualquer observação”, limitando-se “a informar os leitores de tudo” o que se passasse. Declarava que “o sentimento patriótico” deveria “ser superior a sugestões de qualquer natureza”, já que “o desejo de todos os portugueses” era que se mantivessem “as mais cordiais relações com o Brasil, não tendo havido motivo para que ele deixasse de ser a nação irmã por excelência”. A folha almejava que fosse “encontrado um meio decoroso para que ambos os países” chegassem “a uma conciliação honrosa e justa”<sup>57</sup>.

A abordagem foi retomada pelo *Diário de Notícias*, quando declarou que, “efetivamente seria deplorável que duas nações” que se presavam e estimavam “fraternalmente, fizessem supor ao mundo” que as separava “um destes ódios seculares” que só se apagaria com “uma luta sangrenta”. O periódico buscava explicar que “em Portugal, a animosidade” que existia “contra o Brasil” era “o

---

<sup>56</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 16 maio 1894. A. 41. N. 114. p. 1.

<sup>57</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 15 maio 1894. A. 30. N. 10.197. p. 1.; e 16 maio 1894. A. 30. N. 10.198. p. 1.

desejo de que ele” prosperasse e se engrandecesse, “gozando a paz e a felicidade” de que seria “digno, quaisquer que” fossem “as instituições” que o regessem. Considerava ainda que, “se por ventura, alguma intriga ou algum mal-entendido” tivessem malquistado ambos os países, tudo não passava de “espuma efervescente e mentirosa”, que desapareceria “perante a evidência da verdade”. Dessa maneira, o jornal acreditava que “o bom senso” haveria “de destruir esses equívocos, obrigando os dois governos a apertarem cordialmente as mãos na mais sincera lealdade”<sup>58</sup>.

Outro jornal que se voltou a tal tema foi *A Correspondência do Norte* que considerava um ato insano a separação entre duas nações “que a língua comum estreitou nas mais íntimas relações e cuja história, durante mais de quatro séculos”, se confundia e brilhava nas mesmas páginas de ouro”, ou seja, “dois povos” que deviam “um ao outro muito” do que eram. A folha, fazendo várias referências aos históricos laços luso-brasileiros, pregava que não deveriam ser inventadas “desavenças onde tudo” indicava o caminho da aliança, ou ainda meditadas “represálias onde não poderia haver senão concórdia”, de modo que lamentava “o conflito levantado entre as duas nações” e fazia “votos para que se dissipasse o mal entendido”, com os portugueses mostrando a sua “correção e o Brasil” fazendo-lhes “justiça”<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 17 maio 1894. A. 30. N. 10.199. p. 1.

<sup>59</sup> A CORRESPONDÊNCIA DO NORTE. Braga, 19 maio 1894. A. 15. N. 1.363. p. 1.; e 26 maio 1894. A. 15. N. 1.365. p. 1.

A anormalidade desses episódios era também apreciada por *O Vimaransense* que salientava a “dolorosíssima surpresa reservada no meio das já cruciantíssimas amarguras de toda a espécie” sofridas pelos lusos, referindo-se ao “rompimento com o Brasil, a nação amiga e irmã”, ligada aos portugueses pelos “mais estreitos laços de família”, e a eles presa pela “mais íntima comunidade de interesses e aspirações”. Dizia, “com mágoa”, que lastimava “sinceramente o conflito” que se dera “entre os dois países”, o qual apresentara “tão funesto caráter e tão amargurada e pernicioso feição”, levando a uma “situação grave”, que dava “origem a uma conflagração de boatos, cada qual mais denunciante dessa gravidade”. A folha apontava ainda para o “desgosto imenso” produzido “no espírito público”, tendo em vista “os laços de amizade e as relações de família” que uniam os lusitanos “ao grande povo sul-americano”, qualificando tal contexto como “muito triste e profundamente desolador” e destacando que, se “os dois governos” decidissem “por melhor tão séria dificuldade”, isso representaria tudo o que “todo o bom português” poderia desejar<sup>60</sup>.

O assunto ainda passaria pela reflexão do *Correio Nacional*, segundo o qual “o rompimento entre as relações do governo brasileiro” e o luso constituía “um novo desastre”, que parecia “redobrar de gravidade, por ser a continuação de tantos outros, graves também”. O periódico ressaltava que utilizara a expressão “entre os governos”, pois se negava a acreditar “que o Brasil, o país”, como um todo, quisesse quebrar tais relações, o que não seria uma atitude “de

---

<sup>60</sup> O VIMARANENSE. Guimarães, 22 maio 1894. A. 4. N. 328. p. 1.; e 29 maio 1894. A. 4. N. 330. p. 1.

irmãos”. Argumentava também que “as complicações da situação política” brasileira tinham “custado caro” aos lusitanos, “como de certo a nenhum outro povo do mundo”, entretanto, garantia que Portugal tinha “a sua consciência tranquila”, de modo que, apesar da “situação árdua, espinhosa e difícil”, acreditava que, enquanto houvesse “um resto de justiça”, ela acabaria por ser “simpática” à atitude portuguesa. De acordo com a folha, aquele conjunto de acontecimentos feria com intensidade aos lusos “sob o ponto de vista moral”, o que já servira como “uma prova dos seus brios e sentimentos patrióticos”<sup>61</sup>.

A tendência geral dos jornais noticiosos e moderados foi no sentido de almejar o retorno à normalidade das relações Brasil – Portugal com a maior brevidade possível. O *Jornal do Comércio* deu significativa ênfase a tal desejo, dizendo que esperava “que a lealdade das duas nações” haveria “de conduzir a uma solução satisfatória e honrosa e que o bom senso de todos em Portugal” impediria que se envenenasse “uma questão grave”, mantendo a “maior serenidade e a prudência”. Além disso, tal periódico destacava “as esperanças” que era “lícito ao país nutrir de ver chegar a uma liquidação próxima desse desgraçado fato cuja gravidade” não deveria “ser desconhecida”, mantendo-se “os interesses da justiça e o decoro nacional”<sup>62</sup>. Também *O Comércio do Porto* desejava o próximo reatamento, não se devendo para tanto “inventar malquerenças” onde elas não poderiam existir, de modo a que fosse aberto o

---

<sup>61</sup> CORREIO NACIONAL. Lisboa, 16 maio 1894. A. 2. N. 382. p. 1.

<sup>62</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. Lisboa, 15 maio 1894. A. 41. N. 12.129. p. 1.; 24 maio 1894. A. 41. N. 12.137. p. 1.; e 31 maio 1894. A. 41. N. 12.142. p. 1.

“amplo caminho a uma solução satisfatória do lamentável conflito diplomático”<sup>63</sup>.

Assim, as publicações de tendência noticiosa e moderada buscaram afirmar ainda mais o equilíbrio na expressão de suas ideias, evitando qualquer tipo de debate fosse o ameno ou o caloroso quanto àqueles que poderiam vir a ser imputados como culpados pelas discordâncias brasileiro-lusitanas. Os cuidados tomados desde a mudança na forma de governo no Brasil foram se intensificando ainda mais em relação aos últimos anos e, além disso, o conflito diplomático e o acirramento de certas discórdias entre os dois países levaram a um esforço mais amplo em prol do predomínio informativo e da busca das almeçadas isenção e moderação. Nesse sentido, tal imprensa intentou afastar-se ao máximo das polêmicas discussões e, inclusive, mobilizou-se para abrandar as desavenças em nome do restabelecimento da normalidade entre Brasil e Portugal<sup>64</sup>.

## Os periódicos que imputaram ao governo brasileiro a culpa pelo rompimento

Levando em conta a ruptura de relações diplomáticas, vários dos periódicos portugueses optaram por apontar elementos específicos à sociedade brasileira como fatores motores que levaram aos desentendimentos e ao

---

<sup>63</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 17 maio 1894. A. 41. N. 115. p. 1.

<sup>64</sup> ALVES, 2012. p. 252.



rompimento definitivo. Essas publicações manifestaram preocupações em relação à colônia lusa em terras brasileiras e muito insistiram nas animosidades criadas para com os lusitanos no Brasil. Defendiam que as atitudes de antipatia do Brasil feriam a justiça e o direito internacional, além de afirmarem ser de difícil compreensão as razões do rompimento entre duas nações irmanadas. Em nome dos brios nacionais, pregavam uma unidade interna para rebater a injúria vinda do estrangeiro e, em relação aos brasileiros, eram atribuídas várias práticas, atitudes e sentimentos que sintetizavam as manifestações lusóforas, as quais eram caracterizadas como ressentimentos, nativismos e chauvinismos. Em várias vezes, somava-se a tais enfoques a perspectiva pela qual todas as impressões contrárias à jovem República acabariam por ser personalizadas na figura do presidente Floriano Peixoto<sup>65</sup>.

Essa manifestação de brios patrióticos enfatizava que os portugueses haviam pautado inteiramente suas ações nas diretrizes estabelecidas pelo direito internacional, de modo que o rompimento promovido pelo Brasil seria um ato de injustiça para com os eles. Nesse sentido, manifestou-se *A Nação*, a qual, no que tange à ruptura, opinava que o governo brasileiro procedera “com desprezo de toda a justiça e com o mesmo desprezo da razão, e do direito” com que ainda eram “tratados pela oligarquia fazendeira no Brasil, os antigos escravos, todos” transformados em “serviçais livres”. Adepta de regimes mais fortes e centralizados, a folha pregava as fraquezas dos governos liberais que não teriam condições de afirmar-se no contexto internacional, pois, caso

---

<sup>65</sup> ALVES, 2012. p. 244.

contrário, “Floriano, antes de perpetrar a brutalidade fratricida, pensaria em que ia fazer asneira e meteria no saco a trombeta belicosa”<sup>66</sup>.

A esse respeito, a *Folha da Manhã* dizia que, nas “origens do conflito do Brasil com Portugal”, faltara justiça àquele “golpe de Estado do marechal Floriano”. Diante disso, tal periódico pregava que não deveriam haver “pavores exagerados”, que entibiassem e afrouxassem “as energias de sentimento e de ação”, de que tanto careciam os lusitanos “para as grandes lutas”, não podendo ser aquele um momento “de humilhações, que, aos olhos de nacionais e de estrangeiros”, viriam degradar e rebaixar “os créditos de nação, pundonorosa e ativa”<sup>67</sup>. Já o jornal *Novidades* considerava que o procedimento do governo brasileiro “não era lícito nem decoroso, propondo que o público refletisse sobre “o ato do marechal Floriano”, que magoava os lusitanos “como uma iniquidade e como uma violência”<sup>68</sup>. Também voltando a crítica para os brasileiros, notadamente os rebeldes asilados, *O Monitor* afirmava que eles “não souberam respeitar o direito internacional”, vindo a ocasionar aquele “fato lamentável”, violando “impunemente os princípios da moralidade e da dignidade humana”<sup>69</sup>.

Na mesma linha, *O Campeão de Portalegre* salientava que não era favorável aos insurretos brasileiros, pois representavam “a rebelião contra os poderes legitimamente constituídos”, mas também não poderia “deixar de

---

<sup>66</sup> A NAÇÃO. Lisboa, 19 maio 1894. A. 48. N. 11.936. p. 2.

<sup>67</sup> FOLHA DA MANHÃ. Barcelos, 24 maio 1894. A. 15. N. 769. p. 1.

<sup>68</sup> NOVIDADES. Lisboa, 15 maio 1894. A. 10. N. 3.101. p. 1.

<sup>69</sup> O MONITOR. Leça da Palmeira, 27 maio 1894. A. 7 N. 398. p. 1.

censurar o procedimento do vencedor para com os vencidos e para com Portugal que, no cumprimento de um nobilíssimo dever” concedera o asilo aos derrotados. Segundo a folha, Floriano decretara “o rompimento diplomático porque queria que lhe entregassem os refugiados a fim de castigá-los como traidores”, mas ressalvava que, “felizmente, toda a imprensa europeia” tinha “justamente verberado este incorreto proceder do vingativo e rancoroso marechal e tecido merecidos elogios à nobre atitude” lusitana. O periódico defendia a legitimidade da ação lusa, ao conceder o direito de asilo, “filho da neutralidade”, com base “nas regras do direito público internacional” e se referia a uma “má intenção do governo brasileiro” para com a nação portuguesa. O jornal afirmava que era “sabido que o governo do marechal” julgara “sempre que Portugal, se não favorecia diretamente a revolução, pelo menos que fazia votos pela sua vitória, talvez para ver em breve a restauração do império”, discordando de tal hipótese e sustentando que a conduta lusitana era correta, vindo “todas as nações cultas a apoiar o seu procedimento”, bem como “os vultos mais proeminentes da política europeia” a elogiá-lo<sup>70</sup>.

Na concepção desses jornais, a atitude brasileira em direção ao rompimento era inexplicável e incompreensível. Era o que expressava o *Comércio de Portugal* ao destacar que “um momento de mau humor” não poderia “fazer esquecer quatrocentos anos de uma existência comum de mútuos serviços e de recíprocas glórias”, de modo que esperava que tudo viesse a ser

---

<sup>70</sup> O CAMPEÃO DE PORTALEGRE. Portalegre, 30 maio 1894. A. 1. N. 23. p. 1.; e 13 jun. 1894. A. 1. N. 25. p. 1.

explicado “prontamente, cabalmente e honrosamente”, pois não se sabia o que pretendia o Brasil dos portugueses, “como satisfação de ofensa”, já que ele começara “a desforçar-se de um modo”, que causava “pasma igual à angústia”. A folha enfatizava que não poderia ser exigido nada que não fosse digno e exortava o Brasil a dizer o que enfim desejava, pois, até então, só se limitara “a mandar sair o representante” luso, “como qualquer dono de hotel” fazia quando punha “no meio da rua o hóspede incômodo e caloteiro, de quem se quer desembaraçar”. Apelando para o orgulho nacional, a publicação dizia que, “se o marechal Floriano” tivera “pressa em desfeitear” os portugueses, não era “motivo para que” eles andassem “açodados a suplicar pazes”, pois isso não estaria “de acordo, nem com a própria dignidade, nem com a tranquilidade da consciência”, que não os acusava de ter “justificado um procedimento, que a imprensa do mundo inteiro” tinha “condenado asperamente”<sup>71</sup>.

Nesse sentido, tais folhas afirmavam que não conseguiam identificar as motivações do governo brasileiro ao perpetrar a ruptura, como o fazia *A Nação* que dizia desconhecer os motivos que explicassem “a inopinada resolução do marechal Floriano”, considerando que as argumentações brasileiras significavam “muito pouco” ou “mesmo nada para servir de base à de todo o ponto estranha resolução do chefe de Estado da República”<sup>72</sup>. Já o jornal *Novidades* imaginava que, com o passar do tempo, os episódios se

---

<sup>71</sup> COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 16 maio 1894. A. 16. N. 4.442. p. 1.; e 29 maio 1894. A. 16. N. 4.452. p. 1.

<sup>72</sup> A NAÇÃO. Lisboa, 19 maio 1894. A. 48. N. 11.936. p. 1.

esclareceriam, de modo que seria possível desvendar as intenções do governo brasileiro, “à medida que a excitação provocada pela guerra civil” se acalmasse e “os ânimos, no Rio de Janeiro”, passassem a se mostrar “mais propensos a fazer justiça”, ficando “a linguagem a respeito” dos lusitanos “mais moderada”, de modo que se regularizasse a situação e diminuíssem as animosidades<sup>73</sup>.

As manifestações lusóforas eram constantemente lembradas por esses jornais, sendo consideradas como um dos fundamentais fatores que haviam levado o governo brasileiro a promover o rompimento de relações. Com brevidade incisiva, *A Nação* declarava que não havia “dúvida de que entre os brasileiros” ia “grande ressentimento e má vontade contra os portugueses”, vindo a questionar até onde influiria “esse ressentimento nas exigências do governo de lá”<sup>74</sup>. O *Comércio de Portugal* já anunciava esse mal-estar antes do rompimento, destacando que eram “da maior gravidade as notícias” que tratavam do “perigo iminente” que corriam “os compatriotas residentes na República, principalmente no Rio de Janeiro, onde a ação policial” era “mais ativa e violenta e onde, igualmente”, havia “por parte das autoridades do marechal Floriano uma visível má vontade contra aqueles irmãos, suspeitos de simpatizantes com a causa dos insurretos”. Segundo o periódico, tal situação só pioraria após a ruptura, denunciando “ocorrências no Rio de Janeiro e em outras províncias, onde os cidadãos” lusos tinham “sido alvo da má vontade de gente

---

<sup>73</sup> NOVIDADES. Lisboa, 28 maio 1894. A. 10. N. 3.112. p. 1.

<sup>74</sup> A NAÇÃO. Lisboa, 19 maio 1894. A. 48. N. 11.936. p. 1.

apaixonada”<sup>75</sup>. Nessa linha, o jornal reiterava as referências aos maus tratos sofridos pela colônia lusitana no Brasil:

O que é fora de dúvida é que este estado de coisas não pode nem deve continuar, pelo próprio brio nacional, que está sendo ali todos os dias magoado e ferido nos desacatos à nossa bandeira e nas ofensas aos nossos patrícios.

E é exatamente agora, que o governo do Brasil expulsou a nossa representação diplomática, e rompeu conosco, que o governo português mais se deve interessar pela sorte dos seus nacionais, expostos à animosidade dos nativistas e sem proteção das autoridades brasileiras.

E esperamos que o faça, porque a isso o obrigam o decoro da nação e os princípios de humanidade.<sup>76</sup>

Tal tema era também debatido por *O Arcoense*, ao relatar que vinha se alastrando “no Brasil uma certa animosidade contra as colônias francesa, inglesa e sobretudo a portuguesa” sob a alegação de uma “simpatia mais ou menos acentuada a favor dos insurretos”. Na opinião da folha, os brasileiros não poderiam “alegar este pretexto para as suas malquerenças a Portugal, porque não” seria “fácil dizer qual dos partidários tinha mais simpatias”. Declarava ainda que era “certo que os brasileiros” tinham “dos portugueses ressentimentos antigos” que datavam “da independência e agravaram-se pelo acolhimento feito aos revoltosos a bordo das corvetas”. O periódico destacava que os súditos lusitanos estariam a sofrer com “represálias, sendo uma nacionalizar o

---

<sup>75</sup> COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 25 mar. 1894. A. 16. N. 4.399. p. 1.; e 16 maio 1894. A. 16. N. 4.442. p. 1.

<sup>76</sup> COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 7 jul. 1894. A. 16. N. 4.483. p. 1.

comércio a retalho”, que estava, “na sua maior parte, nas mãos dos portugueses, e outra lançar pesados direitos de entrada aos gêneros importados de Portugal”, com o que seriam favorecidas “as nações que deram provas de boa amizade”, segundo a concepção dos brasileiros. A publicação comentava que este era um “assunto da máxima importância”, de maneira que “toda a prudência e esforços” seriam “poucos para combater tão perigosa corrente”<sup>77</sup>.

Perante tão intrincadas circunstâncias, essas publicações portuguesas levantavam a bandeira do patriotismo, dizendo que era o orgulho nacional que estava em jogo. Nesse contexto, *O Manuelinho de Évora* enfatizava que, de maneira lancinante, os graves acontecimentos com o Brasil feriam “o amor pátrio”, fosse por “conta da agressão de um povo”, fosse pelo “ataque de uma turba”<sup>78</sup>. Com veemência, *O Arcoense* dizia que o ato brasileiro infundira “na alma uma amarga tristeza, ruborizando as faces” dos portugueses, apontando para a “maneira hostil” pela qual eles eram “tratados pela imprensa de Floriano”, constituindo tudo em “um insucesso triste e uma derrota horrorosa e indigna”. Através de palavras ásperas, tal jornal exclamava que haviam escarrado “na cara” dos lusos e eles estariam a escancarar “a boca para receber o cuspo”, ou ainda que os esbofeteavam, enquanto eles limpavam “as lágrimas com os punhos, pedindo perdão”, ao invés de revidar a quem eles não tinham ofendido. Esta folha destacava que os brasileiros haviam encontrado “o ensejo almejado”

---

<sup>77</sup> O ARCOENSE. Arcos de Valdevez, 15 maio 1894. A. 9. N. 424. p. 2.

<sup>78</sup> O MANUELINHO DE ÉVORA. Évora, 27 maio 1894. A. 14. N. 679. p. 1.

para “cortarem de vez o ingresso aos galegos”<sup>79</sup>. Já o *Boletim Colonial* pregava uma reação contra “a última injúria” imposta por parte do Brasil, evocando a coragem para que se evitasse aquele “apequenar constante” frente às questões internacionais<sup>80</sup>.

Tal discurso de cunho patriótico ganharia força nas palavras do jornal *A Gazeta de Oeiras*, que propunha, diante da “questão do Brasil”, um plano de “defesa nacional”. A folha afirmava que aquela “antiga colônia”, que se tornara “independente por virtude da magnanimidade de um rei cavalheiro e quiçá por doubles dos governantes” lusos, ou seja, “a fraca e débil República” acabara “de infringir” aos lusitanos “a maior afronta” registrada “na história das nações civilizadas”. De acordo com a opinião do periódico, “à grandeza do insulto” deveria “imediatamente seguir-se a grandeza da desforra, de forma tal que dela ficassem recordações bem vivas na memória daqueles que tão ingratamente” tinham pago “a carta de alforria” que havia “mais de meio século” fora “generosamente outorgada” pelos portugueses. A publicação explicava que com o rompimento o governo brasileiro pagara “a hospitalidade que a bordo dos navios” lusos fora dada “aqueles que ele queria fuzilar para que o sangue dessas vítimas do infortúnio cimentasse o edifício da República, tornando-o assim, de instável” que era, “em forte e duradouro”. Com ousadia, a gazeta defendia que

---

<sup>79</sup> O ARCOENSE. Arcos de Valdevez, 22 maio 1894. A. 9. N. 425. p. 1.

<sup>80</sup> BOLETIM COLONIAL. Lisboa, 3 jun. 1894. A. 5. N. 12. p. 3-4.



Portugal tinha “exército mais que suficiente para castigar a audácia dos seus antigos colonos” e salvar os brios nacionais<sup>81</sup>.

Diante da afronta vinda do exterior, houve também uma pregação em torno da necessidade de uma unidade interna, em nome do patriotismo e como forma de resistir à ação do estrangeiro. Nessa linha, a publicação *Novidades* buscava esclarecer que seria “para desesperar de tudo e de todo, se por facciosismo” viesse a ser agravado aquele “lance ruinoso”, o qual precisava “ser considerado com serenidade e tratado com calma solicitude”, de modo que não fosse dado “aos estrangeiros o triste espetáculo” dos próprios lusos se digladiarem perante “as próprias agressões” que sofriam. A folha propunha que fosse elevada a “dignidade nacional”, de modo que os portugueses não envenenassem “o agravo estranho com o enxovalho próprio”, uma vez que somente tal procedimento seria “sensato, digno e patriótico”. O periódico considerava inaceitável a cizânia interna diante da querela externa, enfatizando que o rompimento fora promovido por “Floriano, um rude soldado”, que tratara os portugueses “com uma dureza e uma injustiça”, que não tinham “justificação”, tendo sido “precipitado na sua resolução, desumano no seu modo de interpretar o direito de asilo, incorreto no seu desprendimento das boas tradições diplomáticas” e ainda “alucinado em querer tentar separar violentamente duas nações destinadas a germinar ainda em longos séculos os esplendores da mesma civilização”<sup>82</sup>.

---

<sup>81</sup> A GAZETA DE OEIRAS. Oeiras, 20 maio 1894. A. 2. N. 56. p. 1.

<sup>82</sup> NOVIDADES. Lisboa, 16 maio 1894. A. 10. N. 3.102. p. 1.; e 18 maio 1894. A. 10. N. 3.104. p. 1.

De acordo com tal perspectiva, o presidente brasileiro praticamente personalizava aquilo que fora considerado como um desacato em relação à pátria lusitana, sendo firmemente atacado, como o fez *O Arcoense* ao chamar Floriano de “criança com falta de açoites”, que vira escapar “a almejada vingança que pretendia tirar dos seus patrícios, dos seus irmãos que tiveram a petulância de não pensar como ele”, de modo que, vencendo, julgara-se “um Napoleãozinho” fazendo “berreiro, enviando as credenciais ao ministro” e cortando “relações com Portugal”. Na visão desta folha, “de todas as imprensas de todos os países” se ergueram “invectivas contra o procedimento insólito e selvagem do *enfant gatè*, achando perfeitamente correto o procedimento” lusitano, mas como Floriano não era “tão forte em direito como em sacas de café ou barris de cachaça”, não quisera “saber de direito, nem de torto”, e cortara relações com Portugal<sup>83</sup>. Mais comedida, *A Defesa da Beira* dizia que “o inesperado incidente” fora “provocado pelo general Floriano Peixoto, para quem o sentimento de um injustificável despeito” poderia “sobreleva as considerações de outra ordem mais elevada, que deveriam refrear o seu ato precipitado”, o qual teria ocorrido “em detrimento dos interesses e necessidades de ambos os países”, deixando predominar “os ódios nacionais”, em lugar do “progresso moral dos povos”, que parecia pertencer apenas ao “domínio da história, tendo desaparecido quase totalmente”<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> O ARCOENSE. Arcos de Valdevez, 3 jun. 1894. A. 9. N. 427. p. 1.; e 10 jun. 1894. A. 9. N. 428. p. 2.

<sup>84</sup> A DEFESA DA BEIRA. Castelo Branco, 27 maio 1894. A. 1. N. 33. p. 1.

Assim, em nome de um sentimento ou ainda do cumprimento de um dever patriótico, parte da imprensa portuguesa apontou os brasileiros e, mormente os seus governantes como os maiores responsáveis pelo desentendimento e ruptura diplomática brasileiro-lusitana. Tais periódicos imputavam a culpa do rompimento ao Brasil, mas sem necessariamente ficarem ao lado do governo luso, considerando que se tratava de uma questão superior aos partidos e às ideologias, uma vez que estariam em jogo os interesses da pátria. Ficavam expressas nas páginas de tais jornais as angústias de um país que cada vez mais enfrentava querelas internacionais em situação plenamente desvantajosa e, naquele momento, tal fenômeno dava-se exatamente com a sua ex-colônia, com todas as interações históricas e tradicionais que possuíam, e que tinha um papel essencial nas estruturas econômico-financeiras lusas, acolhendo uma numerosa colônia lusitana que cada vez mais se via em circunstâncias melindrosas. Em síntese, de acordo com essa visão, o ônus da cisão diplomática cabia à lusofobia dos brasileiros, protegida pela autoridade governamental<sup>85</sup>.

### A imprensa governista

Diante dos desacertos cuja culminância se daria com a ruptura diplomática, um setor do jornalismo português partiu em defesa do governo luso, buscando justificar todos os seus atos e eximi-lo de qualquer culpa em tal

---

<sup>85</sup> ALVES, 2012. p. 248.

processo. Mesmo que com níveis variáveis de ligação, fosse a filiação, a simpatia, ou uma manifestação circunstancial de aceitação, vários jornais encamparam a causa dos governantes regeneradores qualificando sua ação como correta e neutra diante dos vários episódios que levaram aquele rompimento. Dentre tais periódicos, alguns chegaram a manter um conflito discursivo com outras publicações que visavam a atacar o governo, uma vez que, sob o argumento da manutenção dos interesses nacionais, propalaram que, naquele momento, criticar e agredir o partido situacionista poderia equivaler a atacar a própria nacionalidade<sup>86</sup>. Além de apontarem a correção do governo, tais folhas ressaltavam que os atos lusitanos eram todos concernentes aos ditames do direito internacional, apontavam a antipatia para com os portugueses no Brasil e enfatizavam o desejo de que o conflito fosse encerrado com brevidade.

A argumentação essencial sustentada por esse segmento da imprensa portuguesa estava alicerçada na premissa de que o governo lusitano agira com a mais completa correção, de modo que ficaria plenamente isento de qualquer tipo de culpa no devir dos acontecimentos que levaram à ruptura diplomática. De acordo com tal ideia, o *Diário Popular* declarava que “o sentimento dominante no país, ao rebentar a notícia inesperada da ruptura das relações diplomáticas com o Brasil”, fora “o de sincera mágoa e profunda tristeza”, mas enfatizava que, “primeiramente” deveria ser notado “que a responsabilidade dessa quebra de boas relações” não pertencia a Portugal. Segundo o jornal, “os documentos publicados na folha oficial” demonstravam “até a última evidência, que pela sua

---

<sup>86</sup> ALVES, 2012. p. 230.

representação oficial a nação portuguesa” fizera “tudo quanto era possível, mais talvez do que era dever, para evitar o esfriamento, ou a quebra da boa amizade entre os dois países”. Reiterando tal pensamento, o periódico afirmava que, “da correção e da lealdade do governo português nem sombra de uma dúvida” poderia “haver, sendo mais fácil acusá-lo de excesso de deferência com o Brasil, do que o contrário”<sup>87</sup>.

Na mesma linha seguiu *A Correspondência de Coimbra*, para a qual fora “geral a surpresa causada pelo procedimento do presidente brasileiro, interrompendo as relações diplomáticas”, sem que os portugueses “e os outros países conhecessem motivos justificados para o rompimento”. Em seguida, a folha justificava e legitimava a ação governamental, explicando que “o governo, dando conhecimento do fato, acompanhou-o com a publicação de toda a correspondência oficial trocada com o governo brasileiro na questão dos emigrados”, de modo que, “pelos documentos publicados na folha oficial”, bem como pelas declarações dos insurretos brasileiros, só poderia ser concluído que “documentos e manifestos” mostravam “o procedimento correto do governo” e justificavam “a surpresa causada em todo o país”<sup>88</sup>.

Tal posição era acompanhada pelo *Diário Ilustrado* ao afirmar que o governo, quando recebeu as “graves notícias do Brasil acerca das relações diplomáticas entre os dois países”, mandara publicar, “no intuito de elucidar o país, os documentos relativos ao assunto”. A folha considerava que, a partir da

---

<sup>87</sup> DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 18 maio 1894. A. 29. N. 9.710. p. 1.

<sup>88</sup> CORRESPONDÊNCIA DE COIMBRA. Coimbra, 18 maio 1894. A. 23. N. 39. p. 1.

publicação de tais documentos, seria possível constatar “a correção inexcedível com que o governo” procedera, pois, “sempre com uma insistência louvável”, dera “instruções para que se procedesse de harmonia com os representantes de outras potências e para que se não praticasse o menor ato que pudesse ser desagradável aos poderes constituídos do Brasil”. Argumentava ainda que “o governo, deduzindo em exposição documental os seus atos”, fizera “a mais eloquente defesa que deles” poderia fazer, “ficando justificado perante todos os bons espíritos imparciais e justos”, que só queriam “ver as coisas na sua realidade, independentemente de quaisquer preocupações de política de corrilhos”<sup>89</sup>.

Também *O Valenciano* referendava esse argumento quando destacava que “a questão com o Brasil” estava “posta e os campos perfeitamente definidos”, ou seja, “de um lado, o governo brasileiro com o seu rompimento insensato na essência e sem motivo justificado”, e, “do outro, o governo português com a sua boa fé, lealdade e honradez, cabalmente demonstrada pelos documentos publicados no seu jornal oficial”. Persistindo na construção de um paralelo comparativo, o periódico dizia que estava “de um lado, o governo português apoiado na tranquilidade da sua consciência, na opinião unânime do seu país, e tendo em sua defesa quase toda a imprensa das nações da Europa”, enquanto, “do outro, o governo brasileiro despeitado por atos que poderiam talvez melindrá-lo, levá-lo a exigir satisfações, mas que nunca poderiam determinar

---

<sup>89</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 15 maio 1894. A. 23. N. 7.593. p. 2.; e 16 maio 1894. A. 23. N. 7.594. p. 2.

um rompimento formal". O jornal sintetizava sua explicação, a partir da ideia de que ficavam "o governo brasileiro numa posição falsa e o governo português em condições vantajosíssimas"<sup>90</sup>.

Em prol do governo regenerador manifestou-se ainda *O Economista* que noticiava a ruptura e se referia à precipitação do governo brasileiro em promover o rompimento, ao passo que "o governo português acertadamente" andara, "mandando publicar na folha oficial todos os telegramas trocados acerca do assunto". De acordo com o periódico, era "inteiramente injustificável o procedimento" brasileiro, "exatamente porque o governo português" não provocara "a suspensão das relações diplomáticas" e explicara "sempre claramente o seu procedimento e o intuito de todas as ordens e instruções dadas aos seus representantes". Nesse sentido, constatava que tais documentos confirmavam "plenamente a opinião de que o governo português" procedera "com a mais completa correção"<sup>91</sup>.

O mesmo jornal retomava os argumentos com frequência, enfatizando que já dissera "que o governo português procedera o mais corretamente possível em tudo" que se relacionara "com os refugiados brasileiros", mas destacava que não seria "demais, em assunto de tão alta importância, insistir neste ponto e demonstrá-lo até a evidência, ainda mesmo incorrendo na censura das repetições", que, naquele caso não deveriam ser "consideradas inúteis". Dessa forma, reiterava que os documentos demonstravam do governo "o maior

---

<sup>90</sup> O VALENCIANO. Valença, 3 jun. 1894. A. 15. N. 1.456. p. 1.

<sup>91</sup> O ECONOMISTA. Lisboa, 15 maio 1894. A. 13. N. 3.799. p. 1.; e 16 maio 1894. A. 13. N. 3.800. p. 1.

escrúpulo e o maior cuidado em cumprir honradamente o compromisso tomado para com o governo brasileiro”, agindo com “notabilíssima correção”. *O Economista* afirmava também que não alimentaria “a animadversão entre portugueses e brasileiros”, desejando que estes últimos conseguissem “subtrair-se à influência nefasta de alguns tresloucados” que se esqueciam “dos enormes benefícios que o Brasil” tinha “colhido da coadjuvação” dos imigrantes. O periódico destacava ainda que, perante todo aquele mal-estar haveria pelo menos “um fato interessante, grato e consolador”, representado pela “simpática unanimidade com que a opinião do Velho e até do Novo Mundo” aplaudira “o correto procedimento do governo português”. Além disso, a publicação considerava que, apesar de tudo, fora retirado “um bom ensinamento para o futuro”, já que o povo aprendera “com a lição a não precipitar o seu juízo, e, sobretudo, a não transtornar a ação dos governantes com manifestações imprudentes”<sup>92</sup>.

A premissa dos acertos governamentais fez parte ainda das manifestações do jornal *O Distrito de Leiria* o qual sustentava que, “por sua parte, o governo português tinha a consciência de ter procedido em todo este negócio com a máxima correção”, naquele “momento em que tão infundadamente o Brasil” rompera “relações diplomáticas” com os lusos. Para tal folha, o governo português já estaria “colhendo o fruto do seu acertado procedimento”, ao dar “a prova cabal da correção” com que procedera e contando com a adesão de outros

---

<sup>92</sup> O ECONOMISTA. Lisboa, 17 maio 1894. A. 13. N. 3.801. p. 1.; 23 maio 1894. A. 13. N. 3.806. p. 1.; 29 maio 1894. A. 13. N. 3.810. p. 1.; e 30 maio 1894. A. 13. N. 3.811. p. 1.



governos europeus<sup>93</sup>. Argumentação próxima tinha a publicação *Portugal, Madeira e Açores*, ao destacar que, diante da ruptura, houvera notícias de que estava “o gabinete português em crise”, negando tal perspectiva, uma vez que “a opinião sensata, tanto na imprensa, como fora dela, confirmava a necessidade de dar força ao governo para conjurar o mal”. Segundo este jornal, o governo não tardara “em dar satisfação à opinião pública”, publicando a documentação referente ao caso e, com tal ato, não poderia haver “dúvida de que o procedimento do governo português” fora “o mais correto, sendo talvez até excessivo nas suas deferências”<sup>94</sup>.

O *Correio da Manhã* também garantia que o governo luso mantivera “a boa doutrina” e empregara “todos os esforços” para evitar o desentendimento. Tal folha citava que tanto o governo quanto os insurretos brasileiros haviam expedido documentos que reclamavam da ação lusitana, diante do que lançava a argumentação de que encerrada em tais manifestações estava “a prova mais completa da correção da atitude” lusa, uma vez que, ao desagradar “igualmente aos dois intransigentes adversários” teria procedido “com verdadeira imparcialidade”<sup>95</sup>. Já o *Jornal de Viana* defendia arduamente a boa conduta do governo luso, ao manter “estrita neutralidade” diante daqueles episódios, pois, “desde o princípio da luta, até ao ainda inexplicável rompimento do Brasil com Portugal”, ele procedera “sempre com a maior correção e com a máxima

---

<sup>93</sup> O DISTRITO DE LEIRIA. Leiria, 19 maio 1894. A. 13. N. 634. p. 1.

<sup>94</sup> PORTUGAL, MADEIRA E AÇORES. Lisboa, 20 maio 1894. A. 10. N. 459. p. 1.

<sup>95</sup> CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 17 maio 1894. A. 11. N. 2.991. p. 1.

lealdade”<sup>96</sup>. Ao referir-se à “questão luso-brasileira”, o *Jornal de Notícias* dizia que não haveria o que discutir quanto à ação governamental, já que todos estariam convencidos “de que o procedimento do governo português” fora “absolutamente correto em todas as circunstâncias, sendo esta a opinião unânime dos órgãos mais conspícuos da imprensa”<sup>97</sup>.

A defesa das atitudes governamentais foi também executada pela *Tarde* que, noticiando a “surpresa do ato brasileiro”, destacava que, mais do que ninguém, deplorava “a súbita e inesperada resolução tomada pelo governo do marechal Floriano, interrompendo bruscamente as relações diplomáticas entre os dois países”, mas enfatizava que restava “a consolação de que o governo português” procedera “com a mais absoluta correção em toda a pendência” que terminara “com tão violento e inexplicável desfecho”. Na opinião da folha, “todas as circunstâncias” eximiam “de responsabilidades o governo português”, e provavam que ele soubera “resistir às exigências que o queriam levar a sacrificar os asilados, imolando-os a uma cruel lei de exceção”, no que fora “apoiado por todas as nações cultas e aplaudido por toda a imprensa portuguesa”. Retornando à temática, o periódico reiterava que “o governo, desde o princípio da luta, até ao ainda inexplicável rompimento do Brasil com Portugal”, atuara “sempre com a maior correção e com a máxima lealdade”<sup>98</sup>.

---

<sup>96</sup> JORNAL DE VIANA. Viana do Castelo, 20 maio 1894. A. 8. N. 775. p. 1.

<sup>97</sup> JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 16 maio 1894. A. 7. N. 115. p. 2.; e 17 maio 1894. A. 7. N. 116. p. 1.

<sup>98</sup> TARDE. Lisboa, 15 maio 1894. A. 7. N. 1.948. p. 1.; 16 maio 1894. A. 7. N. 1.949. p. 1.; e 17 maio 1894. A. 7. N. 1.950. p. 1.

Outra folha que se dizia convencida de que a linha de conduta do governo luso fora “sempre a da mais plausível e rigorosa correção” foi *O Progresso do Sul*, segundo o qual, o governo não tergiversara “no seu caminho, guardando sempre absoluta lealdade”, diante do que não caberia imputar-lhe “responsabilidades superiores”<sup>99</sup>. *O Dão*, por sua vez, qualificava a atitude brasileira “como inesperada e brusca”, ressaltando que ao menos alentava aos lusitanos perceber que ao seu governo não coubera “a menor responsabilidade do conflito”, no qual tivera “sempre um modo digno e corretíssimo” de agir, bem como soubera “levar a um termo satisfatório o desenlace da lamentável pendência”, através de seu “acrisolado amor pátrio, da sua atividade e da sua competência”<sup>100</sup>. No mesmo sentido, *O Nacional* lastimava que o Brasil tivesse procedido “de um modo tão duro e decisivo”, mas acreditava na ação do governo para superar aquele “excesso de melindre injustificável, rude e cruel”, defendendo as atitudes do mesmo em prol de manter “uma simpatia profundamente arreigada” à nação brasileira<sup>101</sup>.

O comprometimento com a causa governamental foi demonstrado também pela *Gazeta de Notícias*, a qual sustentava que todos poderiam ver “claramente que o governo” andara “com a maior prudência e tino”, tendo sido tão “correto o procedimento” das autoridades lusas que vários países europeus haviam se manifestado “a favor de Portugal”<sup>102</sup>. Em direção similar ia *O*

---

<sup>99</sup> O PROGRESSO DO SUL. Faro, 20 maio 1894. A. 5. N. 249. p. 1.

<sup>100</sup> O DÃO. Santa Comba Dão, 20 maio 1894. A. 5. N. 251. p. 1.

<sup>101</sup> O NACIONAL. Braga, 19 maio 1894. A. 15. N. 1.353. p. 1.; e 23 maio 1894. A. 15. N. 1.354. p. 1.

<sup>102</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. Porto, 21 maio 1894. A. 5. N. 226. p. 1.

*Universal* ao argumentar que a “questão do Brasil” não constituía um motivo que pudesse “justificar a crise total ou parcial do gabinete” português, uma vez que não poderia “restar dúvida a ninguém de boa fé”, de que ele procedera “com a máxima lisura”, tendo ao seu “lado a força da razão e o apoio decidido da opinião”, devendo-se, portanto, “esperar serenamente um desfecho honroso para todos”<sup>103</sup>. Também *O Meridional* insistia na tese que, de acordo com a leitura da documentação, poderia ser visto, “à luz da justiça e da imparcialidade”, que o governo luso procurara “sempre manter a mais estreita neutralidade, em harmonia com o procedimento das outras nações”, desejando que ele continuasse “a empenhar os seus bons ofícios, com o mesmo cuidado e zelo”, chegando “a uma conciliação honrosa e justa”<sup>104</sup>.

Ainda na intenção de isentar o governo português de qualquer tipo de culpa, *O Correio de Chaves* destacava que causara “sentimento a notícia do modo brusco e grosseiro como o governo do marechal Floriano” cortara as relações com Portugal, mas garantia que o governo, “côncio com a lealdade do seu proceder”, mantinha-se “firme e no seu posto, acatando os fatos” e tendo “potências poderosas” ao seu lado. Para esta folha, ninguém mais duvidava que “o procedimento do governo” fora “sempre correto”, mantendo “a mais rigorosa imparcialidade”, mas tendo de enfrentar “uma vindita precipitada por parte” do Brasil, que teria cometido “uma injusta e flagrante leviandade”<sup>105</sup>. Acudindo o

---

<sup>103</sup> O UNIVERSAL. Lisboa, 16 maio 1894. A. 4. N. 964. p. 1.; e 18 maio 1894. A. 4. N. 966. p. 1.

<sup>104</sup> O MERIDIONAL. Montemor-o-Novo, 20 maio 1894. A. 4. N. 150. p. 1.

<sup>105</sup> O CORREIO DE CHAVES. Chaves, 17 maio 1894. A. 3. N. 19. p. 2.; e 24 maio 1894. A. 3. N. 20. p. 1.

governo também esteve *O Repórter* ao sustentar que “nem a nação portuguesa nem o seu governo deram motivo” que pudesse “explicar semelhante resolução do marechal Floriano”. Tal periódico explicava que, “no louvável intuito de elucidar o país sobre esta gravíssima questão, o governo” publicara os documentos concernentes e, da leitura dos mesmos, ficaria qualquer um “plenamente convencido” de que ele agira “com a máxima correção, mantendo-se “sempre na mais completa neutralidade” e dando “provas bem evidentes de ser seu propósito manter o maior respeito pela política do Brasil e pelo seu governo legalmente constituído”<sup>106</sup>.

O mesmo intento tinha *A Semana* de Ponte de Lima, salientando “os atos corretíssimos do governo” luso, “em toda a campanha fratricida do Brasil”, considerando-os como um conjunto de procedimentos que teve a “satisfação de ver” a aceitação das nações estrangeiras<sup>107</sup>. Igualmente *O Distrito* de Funchal dizia que o governo agira “com a maior lealdade na questão dos insurretos refugiados”, não cabendo a ele, portanto, “a menor responsabilidade”<sup>108</sup>. *A Nova Era* também concluía que o governo lusitano tivera “a máxima lealdade e correção”, estando “toda a imprensa da Europa ao lado da nação portuguesa”, e ilustrava sua primeira página com os retratos de alguns dos protagonistas na questão, no caso, o presidente brasileiro, os representantes do governo português e o comandante da esquadra lusa<sup>109</sup>. No mesmo sentido, a *Revista*

---

<sup>106</sup> O REPÓRTER. Lisboa, 15 maio 1894. A. 3. N. 707. p. 1.; e 18 maio 1894. A. 3. N. 710. p. 1.

<sup>107</sup> A SEMANA. Ponte de Lima, 24 maio 1894. A. 3. N. 110. p. 1.; e 31 maio 1894. A. 3. N. 111. p. 1.

<sup>108</sup> O DISTRITO. Funchal, 15 maio 1894. A. 1. N. 54. p. 2.

<sup>109</sup> A NOVA ERA. Lisboa, 20 maio 1894. A. 2. N. 24. p. 1-2.

*Colonial* considerava que o governo luso fora “sempre o mais correto possível para com o Brasil”, de modo que, “por muito desagradável e vexatório” que pudesse “ser o incidente diplomático, nenhuma responsabilidade” caberia às autoridades portuguesas<sup>110</sup>.

---

<sup>110</sup> REVISTA COLONIAL. Lisboa, 22 maio 1894. A. 1. N. 6. p. 1.

ANNO SEGUNDO                      DOMINGO 20 DE MAIO DE 1894                      NUMERO 24

# A NOVA ERA

FOLHA INDEPENDENTE  
DIRECTOR GERENTE — RAUL BRAMÃO

**Assinaturas.**—*Litêa*, série de 60 números, 500 réis; *Continente*, séries adjacentes e *África Portuguesa*, anno 600 réis; *Brasil*, anno 22400 réis, semestre 11200.  
Número avulso 10 réis.—Fora de dia da publicação 20 réis.


REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO  
101. 4.º—RUA DO CARMO—101. 4.º

**Publicações.**—Na 1.ª pagina, 100 réis por linha; na 2.ª 60; na 3.ª, 40; e na 4.ª, 20 réis.—Por série de seis publicações 20 0/10 de desconto, e aos ars. assignantes 30 0/10.  
Os autographos sejam ou não publicados não se devolvem.


## A NOSSA QUESTÃO COM O BRAZIL




CONSELHEIRO HINTZE RIBEIRO



MARECHAL FLORIANO PEIXOTO



CONDE DE PAÇO D'ARCOS



AUGUSTO DE CASTILHO

Outro argumento utilizado pelas publicações portuguesas favoráveis ao governo esteve ligado a legitimar os atos das autoridades lusas com base nas premissas do direito internacional, de forma a demonstrar que não houvera razão para o rompimento diplomático. Tal perspectiva era defendida por *A Terceira* ao afirmar que surpreendera “a toda a gente a ruptura das relações, cuja responsabilidade” não caberia ao governo, o qual teria sido “solícito em dar espontâneas explicações de tudo quanto pudesse” ser interpretado “por menos correto no seu procedimento, algo bem harmônico com os direitos e deveres de nação amiga e neutral”, agindo, portanto, “com a máxima lealdade e correção”<sup>111</sup>. No mesmo sentido, *O Comércio do Vez* afirmava que as atitudes dos governantes lusos foram tão concernentes com os ditames internacionais, que várias nações da Europa tinham se “manifestado favoráveis ao seu procedimento”, achando-se, inclusive, dispostas “a apoiar as diligências diplomáticas” em prol da “cordialidade entre ambas as nações”<sup>112</sup>.

Nessa direção ia também o *Correio da Manhã*, informando que o Brasil declarara “rotas as suas relações com Portugal”, o que seria “verdadeiramente inacreditável”, pois se tratava de “uma inovação tão grave em direito internacional” que não poderia “deixar de chamar para ela a atenção de todos os países civilizados”, que poderiam ver que havia apenas “no cérebro brasileiro os fumos da ebriedade do triunfo”, estando a “ampla e absoluta razão”, ao lado do

---

<sup>111</sup> A TERCEIRA. Angra do Heroísmo, 2 jun. 1894. A. 35. N. 1.822. p. 1.

<sup>112</sup> O COMÉRCIO DO VEZ. Arcos de Valdevez, 24 maio 1894. A. 10. N. 385. p. 2.



governo lusitano<sup>113</sup>. Já o *Jornal da Lousã* destacava que “os últimos acontecimentos do Brasil vieram sementar a discórdia entre portugueses e brasileiros, provocando um rompimento internacional deveras lamentável”, mas garantia que, seguindo os ditames internacionais, Portugal conservara-se “neutro durante a guerra civil que torturou o Brasil”, de modo que o governo luso não poderia ser considerado como “responsável por este acidente”. Tal folha lamentava que, “apesar das exuberantes provas que o governo” apresentara de “que fora correto o seu procedimento durante a guerra civil”, garantindo “o sagrado direito de asilo”, o Brasil mostrara-se “disposto a hostilizar o velho reino, que criou, engrandeceu e civilizou as terras de Vera-Cruz”<sup>114</sup>.

Igualmente utilizando-se das premissas do direito internacional, *O Distrito* de Setúbal demarcava que todos reconheciam “plena e satisfatoriamente” que não fora “o governo português” que procedera “erradamente em qualquer transe, mas sim o brasileiro que, depois de ver o procedimento correto” dos portugueses, “nem um ultimato ofereceu, antes de um rompimento brusco e desusado entre as relações diplomáticas de dois países civilizados”. O periódico mostrava-se satisfeito pelos governantes lusos terem agido “em tudo correta e honradamente”, considerando que “o único prestígio das nações pequenas e fracas” era ao menos “ter razão”. O jornal ainda tecia a consideração de que por maior que fossem as “simpatias pelo Brasil, por

---

<sup>113</sup> CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 16 maio 1894. A. 11. N. 2.990. p. 1.

<sup>114</sup> JORNAL DA LOUSÃ. Lousã, 19 maio 1894. A. 10. N. 465. p. 1.; e 2 jun. 1894. A. 10. N. 467. p. 1.

essa nação do mesmo sangue”, isso não poderia obstar que se ficasse “ao lado do gabinete português”, detentor da razão diante da crise diplomática<sup>115</sup>.

Com base nos mesmos princípios, o *Jornal de Notícias* considerava que “o ato do marechal Floriano” padecia “de um defeito gravíssimo em questões diplomáticas”, provocado que fora pela “leviandade dos ditadores”, ainda mais aqueles que se sentiam “fortes com uma vitória”. O periódico qualificava aquela atitude como “a imprudência de um ato diplomático, injusto e inexplicável”, ainda mais porque “os embaixadores estrangeiros, acreditados em Lisboa, unanimemente acharam correto o procedimento do governo português”. Tal publicação resumia, portanto, “a resolução do marechal a um ato incorreto”, de modo que “um país adiantado e florescente” como o Brasil, estava dando “o espetáculo de um lamentável retrocesso, socorrendo-se do condenado meio da interrupção das relações sociais”<sup>116</sup>.

Outro ponto debatido pelos jornais lusitanos favoráveis ao governo esteve ligado às antipatias e aversões sofridas pelos portugueses no Brasil, fator que também era apontado como um dos causadores da ruptura. Nesse sentido, *O Repórter* dizia que seria “inqualificável o rompimento, a que muitos, ao sabor de variadas paixões ou interesses”, vinham querendo “dar como causa exclusiva uma errônea interpretação da atitude do governo português na questão do asilo dado” aos insurretos brasileiros. Considerava que tal ato estaria filiado a “uma origem menos próxima e pueril, mais fundamental e remota”, representada pelo

---

<sup>115</sup> O DISTRITO. Setúbal, 20 maio 1894. A. 8. N. 650. p. 1.

<sup>116</sup> JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 17 maio 1894. A. 7. N. 116. p. 1.; e 18 maio 1894. A. 7. N. 117. p. 1.

“ódio antigo, inveterado e fundo do indígena contra o colono, o estrangeiro”, que era considerado “como um explorador parasitário e adverso”. Segundo o jornal, as autoridades públicas brasileiras haviam se deixado subverter por tais tendências, empreendendo “o rompimento que trazia prejuízos a Portugal”, mas também o fazia “em relação ao Brasil”. A folha ainda reiterava que não poderia ser contestado “que o inqualificável procedimento do governo brasileiro, rompendo as relações diplomáticas com Portugal”, mais obedecera aquele “ódio antigo do indígena”, do que se fundara “em razões de caráter internacional”<sup>117</sup>.

Dessa maneira também argumentava *A Nova Era*, ao explicar que, apesar de todas as dúvidas que pairavam sobre a questão, diante da crise, “o posto” de todos era “ao lado do governo”, o qual deveria receber integral apoio “na sua luta diplomática e em todos os seus atos tendentes a rechaçarem qualquer impertinência de estranhos em detrimento do respeito que à nação” era devido. Para o jornal, a prioridade era resolver a querela, para depois buscar os possíveis culpados, argumentando também que “os fatos últimos foram apenas o ensejo para a demonstração hostil” e “para a erupção dos rancores”, que “por largos anos” haviam sido “contidos, mas não tanto que de longe em longe, não se denunciasse a má vontade daqueles queridos irmãos e filhos do velho Portugal”. Nesse sentido, a folha explicava que “a erupção” do momento tinha “origem no ódio de muitos anos” e sustentava que Floriano “necessitava impor-se às

---

<sup>117</sup> O REPÓRTER. Lisboa, 21 maio 1894. A. 3. N. 712. p. 1.; e 23 maio 1894. A. 3. N. 714. p. 1.

simpatias populares”, e, para tanto, lançara mão da ruptura diplomática de modo a satisfazer os desígnios dos grupos lusófobos<sup>118</sup>.

Algumas dessas publicações também lançaram mão de isentar o governo imputando toda a culpa pelo ocorrido aos comandantes das belonaves que transportaram os emigrados. De acordo com tal perspectiva, *A Terceira* argumentava que “nunca uma nação” poderia “ser responsável pelos atos isolados e individuais de um dos seus súditos, nem sofrer recriminações por fatos” para os quais não concorrera “direta ou indiretamente”, de maneira, que, “no conflito em questão”, nada se poderia ver “além da desobediência do comandante Castilho”, que levava a “uma série de acontecimentos muito lamentáveis, mas todos independentes da ação do governo”<sup>119</sup>. Outro periódico que lançava a culpa dos acontecimentos ao comandante Castilho era *O Distrito de Leiria*, para o qual “os atos irregulares do chefe da esquadra”, não poderiam “justificar o rompimento”, pois teriam sido feitos à revelia governamental, o que seria comprovado pelos “documentos oficiais”, que tornavam “bem patente a lisura do procedimento do governo”<sup>120</sup>.

*Portugal, Madeira e Açores* acompanhava tal argumento, declarando que, para o rompimento não se encontravam “explicações plausíveis”, mas enfatizava que “grave era a responsabilidade dos comandantes dos navios de guerra” de modo que a ação governamental, “demitindo-os e mandando-os

---

<sup>118</sup> A NOVA ERA. Lisboa, 20 maio 1894. A. 2. N. 24. p. 1.

<sup>119</sup> A TERCEIRA. Angra do Heroísmo, 2 jun. 1894. A. 35. N. 1.822. p. 1.

<sup>120</sup> O DISTRITO DE LEIRIA. Leiria, 19 maio 1894. A. 13. N. 634. p. 1.

responder em conselho de guerra e dando a tal respeito todas as satisfações ao Brasil e comunicando-o às diversas nações, fizera o quanto podia e devia”<sup>121</sup>. Realizando uma narrativa passo a passo acerca dos episódios, *O Universal* chegava a mesma conclusão, explicando que: “o comandante Castilho” admitira “a bordo os insurretos brasileiros, não consultando o seu governo”; ele teria feito “todos os esforços para os deixar desembarcar” no Prata; e “o governo português sempre” se opusera “ao desembarque em nome do compromisso contraído com o governo do Brasil”. Desse modo, a partir desses três raciocínios, a folha concluía que era “o bastante para definir as responsabilidades de cada um naquela grave questão”<sup>122</sup>.

Compartilhava de tais conclusões, *O Meridional* ao diagnosticar “que o principal e quase único autor de todos os acontecimentos” fora Augusto de Castilho, que tomara “uma iniciativa generosa, mas que infelizmente” trouxera “despesas, desgostos e complicações gravíssimas”<sup>123</sup>. Mais incisiva era a *Política Nova*, para a qual o “conflito não existiria, certamente, se Augusto de Castilho não entendesse dever dispor por sua conta, substituindo o governo, sofismando as ordens recebidas e esquecendo que as leis existentes” não poderiam ser alvo de “uma interpretação capciosa”. Segundo tal folha, dando asilo aos revoltosos, Castilho saíra “garbosamente pelo Rio de Janeiro sem atenções para com ninguém e desprezando as louváveis e terminantes ordens oficiais do governo

---

<sup>121</sup> PORTUGAL, MADEIRA E AÇORES. Lisboa, 20 maio 1894. A. 10. N. 459. p. 1.

<sup>122</sup> O UNIVERSAL. Lisboa, 16 maio 1894. A. 4. N. 964. p. 1.

<sup>123</sup> O MERIDIONAL. Montemor-o-Novo, 20 maio 1894. A. 4. N. 150. p. 1.

português”, de modo que “nenhuma censura” merecia tal governo que soubera “ser digno, imparcial e correto”. Este periódico enfatizava que o mesmo não poderia ser dito “do comandante dos vasos de guerra que, com razão ou sem ela”, deixara “recair suspeitas sobre a sua imparcialidade diante do conflito travado no Brasil”<sup>124</sup>.

As folhas que advogavam a causa governamental pregavam ainda que todos deveriam evitar o debate exacerbado e as análises embasadas no partidarismo, de modo a impedir que a crise diplomática se agravasse ainda mais. Assim, o *Diário Popular* declarava que era “o dever de todos, da imprensa nomeadamente, aguardar serenamente as declarações do governo, quando este” entendesse “que o estado das negociações” o permitisse, “e até lá abster-se de discutir um fato importante, talvez mesmo grave, mas cujas circunstâncias” estavam “apenas indicadas vagamente em notícias estrangeiras”, que careciam “de verificação”, ou se baseavam “em conjeturas ou em fantasias”<sup>125</sup>. Já a *Correspondência de Coimbra* destacava que, naquele conflito, que era “grave”, não deveria haver “partidos” e sim apenas “portugueses que somente” deveriam se “empenhar na conciliação dos dois países sem quebra da dignidade”, já que “a politiquice nesta ocasião seria um crime de lesa nacionalidade”<sup>126</sup>.

Essa abordagem aparecia também nas páginas do *Correio da Manhã* quando se referia ao “procedimento corretíssimo do governo”, cuja “atitude no

---

<sup>124</sup> POLÍTICA NOVA. Ponte de Lima, 20 maio 1894. A. 2. N. 140. p. 1.

<sup>125</sup> DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 15 maio 1894. A. 29. N. 9.707. p. 1.

<sup>126</sup> CORRESPONDÊNCIA DE COIMBRA. Coimbra, 18 maio 1894. A. 23. N. 39. p. 1.

decorrer de toda a malfadada questão” fora “a mais regular, a mais enérgica e a mais leal”, de maneira que, quem pretendesse negar isso, não seria “nem leal, nem patriota”. De acordo com o periódico, no exterior, quando se dava “um conflito como este, o país” unia-se “todo aprovando o governo que tão distintamente” defendera “os bons princípios”, mas lamentava, que, em Portugal, era diferente, pois a “triste e mesquinha política que em tudo” aparecia, pretendia “logo malsinar a intenção daquele, cujo proceder só devia apoiar e fortalecer”<sup>127</sup>. Era dessa maneira que opinava também *O Distrito* de Setúbal ao propor que “todos os verdadeiros portugueses, sem distinção de classes nem de partidos”, deveriam se “colocar briosamente ao lado do governo” pelo bom procedimento do mesmo, “castigando quem quer que” fosse, desde que ficasse provado que havia “exorbitado das ordens emanadas do ministro dos estrangeiros”<sup>128</sup>.

A mensagem era ainda expressa por *O Repórter*, ao apontar que a “questão com o Brasil” era “de extrema gravidade”, e, perante ela, deveriam “congregar-se os esforços de todos para que ela” fosse “resolvida com honra e dignidade”. Tal periódico explicitava também que “o empenho do governo, como o de toda a nação”, deveria “consistir unicamente, no restabelecimento das relações com um povo irmão e amigo”, ligado aos lusos por “laços de sangue e boa amizade, e valiosíssimos interesses”<sup>129</sup>. Seguindo a mesma linha de pensamento, a *Gazeta*

---

<sup>127</sup> CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 16 maio 1894. A. 11. N. 2.990. p. 1.

<sup>128</sup> O DISTRITO. Setúbal, 20 maio 1894. A. 8. N. 650. p. 1.

<sup>129</sup> O REPÓRTER. Lisboa, 16 maio 1894. A. 3. N. 708. p. 1.

*do Norte* de Lamego propunha que a imprensa lusa viesse a “praticar o esforço heroico de por ponto na questão com o Brasil”, deixando “ao governo o caminho inteiramente desembaraçado para tratar esta pendência, conforme” aconselhavam “a dignidade e os interesses da nação portuguesa”<sup>130</sup>.

Como essa unidade em torno da causa governamental acabaria por não se constituir em uma realidade, o segmento da imprensa que apoiou o governo por ocasião do rompimento diplomático com o Brasil empreendeu forte conflito discursivo com as publicações oposicionistas. Agiu assim o *Diário Ilustrado* ao se referir ao “procedimento vil” daqueles que procuravam “comprometer o país com o estrangeiro”, desejando “que o povo português, numa hora de nojo por tanta politiquice insensata”, castigasse “severa e merecidamente estes desorientados, que por demais” abusavam “da sua santa paciência”<sup>131</sup>. Tendo em vista os ataques ao governo de parte das folhas oposicionistas de variados matizes, notadamente as progressistas e republicanas, o *Ilustrado* promovia ferrenho confronto no campo do discurso:

No doloroso incidente com o Brasil, dá-se um fato comprovativo daquela decadência política que temos vindo a combater quase isolados, mas sem que esse isolamento nos entibie e nos despersuada de que batalhamos pelo bem.

Hão de ter reparado os leitores, certamente com muitíssima tristeza, que ao passo que os estrangeiros nos fortalecem nesta questão, por ser evidentíssima a correção dos atos do governo, *cá no país* há três ou quatro jornais que acintosamente se preocupam em mostrar que a razão não se encontra do nosso lado! Ensaíam todas as malas-artes do sofisma para ver se encontram por onde exteriorizem e

---

<sup>130</sup> GAZETA DO NORTE. Lamego, 31 maio 1894. A. 1. N. 77. p. 1.

<sup>131</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 18 maio 1894. A. 23. N. 7.596. p. 2.



aparentem que o *governo*, que em questões desta ordem *é o país*, deu motivos e razões justificativas da interrupção de relações entre os dois povos, que mais do que nenhuns outros são irmãos! (...)

Então ficará, como testemunho dessa decadência, que há muito andamos a combater, o fato único – um cúmulo! – de ter havido em Portugal três ou quatro jornais (...) que a todo o custo procuraram, embora inutilmente, lobrigar um incidente onde se pudessem fazer fortes para tirar a razão à causa da sua pátria!

Isto há de ficar como *nódoa*, há de permanecer como *desvergonha*! Não se apaga, não se oblitera, não se esquece. *Fica*! (...)

Há entre nós quem exerça ofício de intrigar Portugal com o Brasil; que, por política ou por interesse sórdido, interesse vilão, procure a desarmonia entre os dois povos irmãos.

Este fato é importantíssimo, e é necessário, absolutamente necessário, que seja esmiuçado, conhecido em todos os seus episódios e pormenores. (...)

Isto já não é política, é crime contra a pátria, é roubo à honra do Brasil e de Portugal, é infâmia lançada sobre o bom nome de portugueses e brasileiros, é conspiração de anarquia, é jogo de interesses sórdidos.

Apure-se, liquide-se. Da nossa parte, por demais conhecemos os processos, espertezas e táticas de certas individualidades para as julgarmos capazes de tudo.

Procure-se a evidência da intriga, que Portugal e Brasil hão de saber castigar. (...)

As folhas pseudo-republicanas voltaram-se contra o governo do seu país, procurando por todas as maneiras tirar-lhe força, embora a autoridade corretíssima da grande maioria da imprensa as fizesse soçobrar na campanha indecorosa. (...)

Ao passo que vários periodiqueiros de patriotismo avariado se colocam ao lado do governo do Brasil, contra o seu país, continua a imprensa estrangeira manifestando-se em nosso favor, prestando o seu aplauso à atitude do governo português. É uma compensação, e das mais agradáveis. (...)

Caríssimos leitores, cidadãos, amigos, portugueses de lei, vejam o que se está passando, que é edificante, que encerra uma grandíssima lição!

Vejam, reparem: a imprensa de toda a Europa, desde a mais conservadora da Espanha, a mais avançada da França republicana, a aprovar, sem reservas, o procedimento do governo português na desgraçada questão que o Brasil levantou, chegando a dirigir ironias que lamentamos ao marechal que preside aos seus

destinos políticos, e, em contraste, as folhas jacobinas da nossa terra, de mistura com uma ou duas que são progressistas, a darem razão à surpresa da ruptura, contra a opinião das folhas sérias, e da imprensa de toda a Europa civilizada.<sup>132</sup>

Na manutenção desse conflito discursivo, *O Economista* se referia a uma “falta de patriotismo”, argumentando que, “em presença de uma questão internacional” não seria possível compreender que houvesse quem antepusesse “ao interesse geral qualquer conveniência particular ou partidária”. O jornal defendia “como dever de todos” o de “colocarem-se ao lado do governo, sem mesmo inquerir se ele procedera ou não de acordo com a opinião que mais agradasse a cada um”, dando-lhe “toda a força e toda a coadjuvação, para que defendesse dignamente a honra e a dignidade do país”. A publicação reagia também às críticas dos opositoristas à participação britânica, alegando que “pedir a mediação de uma potência” não era “pedir a sua proteção”, pois “mediação e proteção” não deveriam ser confundidas<sup>133</sup>.

Outro periódico a reagir contra os adversários foi o *Correio da Manhã*, segundo o qual, “como era de esperar, os jornais opositoristas, e muito especialmente os republicanos”, estavam tomando “o partido do governo brasileiro neste curioso conflito”, falando “em vergonhas para Portugal”, e dando razão aquele governo “que tão insensatamente” se mostrara “hostil” aos

---

<sup>132</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 19 maio 1894. A. 23. N. 7.597. p. 2.; 20 maio 1894. A. 23. N. 7.598. p. 2.; 21 maio 1894. A. 23. N. 7.599. p. 2.; 23 maio 1894. A. 23. N. 7.601. p. 3.; e 24 maio 1894. A. 23. N. 7.602. p. 2.

<sup>133</sup> O ECONOMISTA. Lisboa, 31 maio 1894. A. 13. N. 3.812 p. 1.; e 5 jun. 1894. A. 13. N. 3.815 p. 1.

portugueses. Dizia que conhecia “o sentimento patriótico destes colegas”, não estranhando suas manifestações de “rojarem-se aos pés do governo” que procedera “tão incorretamente” com Portugal. Considerava absurda a pretensão das oposições de pedirem “a Floriano Peixoto a demissão do ministério português”, sustentando que este permaneceria na sua “correção imperturbável”, a qual viria a ser “a lição mais severa” que os brasileiros poderiam receber. A folha ainda discordava da “teoria” dos inimigos políticos de que “a imprensa portuguesa” deveria “estar de cócoras diante do Brasil, louvando-o e aplaudindo-o”, destacando que, se os brasileiros tinham a garantia “de ser republicanos”, os portugueses também tinham o seu “direito de ser monárquicos”<sup>134</sup>.

Tal combate era também entabulado pelo *Jornal de Viana* que dizia não entender “a imprensa oposicionista”, que não se cansava “na inglória faina de malsinar as intenções do governo português, lançando as mais odiosas insinuações ao seu procedimento, desde o começo” daquela “malfadada questão”. Este periódico destacava que os adversários não poupavam ninguém em suas críticas, buscando transformar o governo no grande responsável pela ruptura, além de “incitar o Brasil contra” Portugal, prejudicando o país como um todo, pois, afinal, seria ele “o lesado com as represálias do governo brasileiro”, mas até mesmo “dessas represálias e dos seus naturais efeitos”, eles buscariam transformar o governo em responsável. Dessa maneira, tal folha denunciava que as oposições estavam “procurando pela intriga enfraquecer a ação do

---

<sup>134</sup> CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 19 maio 1894. A. 11. N. 2.993. p. 1.; e 20 maio 1894. A. 11. N. 2.994. p. 1.

governo e malquistá-lo com o país”, devendo registrara-se “para honra e glória de tão ilustres próceres”, que estava “o Partido Progressista de mãos dadas com determinados jacobinos”<sup>135</sup>. Mais efusiva era *A Semana* de Torres Vedras, ao criticar a atitude de parte da imprensa portuguesa, tendo em vista que, enquanto “o concerto diplomático das nações estrangeiras” aceitava “por correto o procedimento do governo de Portugal, as folhas nacionais de críticas de dez réis” arranhavam os ministros, em um “espetáculo nojentíssimo” que comprometia “de modo ignaro a dignidade do país nos assuntos mais melindrosos”<sup>136</sup>.

Na mesma toada manifestava-se a *Tarde* que destacava a ação da “imprensa estrangeira” que permanecia “ao lado de Portugal, neste lamentável conflito com o Brasil, aplaudindo calorosamente a atitude, sempre correta, nobre e leal que o governo português” mantivera “em todos os trâmites da questão”. Com uma dose de ironia, dizia que tal comportamento deveria servir “de exemplo aos patriotas cá da terra, que não” se envergonhavam “de fazer política com uma questão de dignidade nacional”. A folha valorizava “o modo de ver geral da imprensa insuspeita dos outros países”, a qual concordava que o rompimento de parte do Brasil se dera “sem motivo assaz justificado”. O periódico reagia ainda às publicações que estariam chamando o governo de “imprevidente”, considerando-as em pleno erro, pois as autoridades governamentais teriam obtido “os bons ofícios de muitas das mais poderosas

---

<sup>135</sup> JORNAL DE VIANA. Viana do Castelo, 31 maio 1894. A. 8. N. 778. p. 1.

<sup>136</sup> A SEMANA. Torres Vedras, 27 maio 1894. A. 8. N. 377. p. 2.

potências europeias, unicamente pela absoluta correção do seu procedimento, numa grave questão diplomática”, de modo que aquela acusação constituiria uma “injustiça gratuita” pela qual “o país dificilmente” absolveria aqueles jornais<sup>137</sup>.

Com mais veemência, *O Progresso do Sul* dizia que nada escapava “à ação deletéria de certas paixões bastardas” que adulterava “muito frequentemente a elevada compreensão da política”. Esta folha criticava fortemente a utilização da ruptura com o Brasil de forma partidária, intentando atingir o governo luso, mormente através da imprensa. Nesse sentido, tal periódico argumentava que “mau serviço” prestava “à liberdade e ao seu país, quem numa conjuntura desta ordem” apontava “compatriotas aos rancores alheios, porque, de bom ou mau grado, o certo” seria “que, em questões internacionais, país e governo” deveriam estar “intimamente solidários”, e partilhar “da mesma sorte, apesar de todas as ficções e sofismas em contrário”<sup>138</sup>. *O Dão* também lançava suas críticas aos jornais oposicionistas por insistirem em afirmar “que custaria caro a Portugal a mediação britânica”, que poderia vir a “significar mais uma possível imposição” daquela nação<sup>139</sup>.

A perspectiva de combater os adversários políticos foi também empreendida por *O Eco de Mafra*, quando analisava o conflito brasileiro-lusitano

---

<sup>137</sup> TARDE. Lisboa, 22 maio 1894. A. 7. N. 1.954. p. 1.; 25 maio 1894. A. 7. N. 1.956. p. 1.; e 28 maio 1894. A. 7. N. 1.958. p. 1.

<sup>138</sup> O PROGRESSO DO SUL. Faro, 27 maio 1894. A. 5. N. 250. p. 1.

<sup>139</sup> O DÃO. Santa Comba Dão, 10 jun. 1894. A. 5. N. 254. p. 1.

como um episódio “deplorável e fundamente nefasto”, vindo a criticar “o partidarismo sempre faccioso” que lançava mão daquele “desastre para agredir o governo”, diante do que alertava que “os ânimos desapaixoados” deveriam “ser justos e ver claro na história dos acontecimentos políticos para se não deixar levar por sugestão dos que só” nutriam “uma ambição – herdar o poder”. O periódico explanava que “em vez de fazer política partidária, os partidos mais bem avisados” deveriam andar acercados ao “governo, dando-lhe a força” de que carecia “para proceder como representante do país, sem discrepância”. Na sua opinião, “travar luta de parcialidades perante um acontecimento de importância capital para a nacionalidade portuguesa”, não seria um procedimento “justo, correto, sensato, e patriótico”, devendo todos não dar “exemplo de divergências perigosas, no intuito honrado e nobre de solver um conflito tão grave e sério”<sup>140</sup>.

Tal tese era reiterada por *O Repórter*, para o qual “o aplauso das diferentes nações da Europa aos atos do governo português e o oferecimento dos seus bons ofícios, a favor da sua causa”, constituíam “a resposta mais cabal e completa aos flibusteiros da mesquinha política partidária, que com fins tão indignos como antipatrióticos”, estavam “combatendo e agredindo o governo”. Nesse sentido, o jornal destacava que era “com a maior satisfação” que registrava “a opinião da imprensa estrangeira”, como era “com o mais profundo desgosto” que via “alguns jornais portugueses, indiferentes às humilhações da pátria, a explorarem politicamente um acontecimento que por igual feriu todos os portugueses”. Afirmava que custava a crer que alguns lusitanos se colocassem

---

<sup>140</sup> O ECO DE MAFRA. Mafra, 20 maio 1894. A. 4. N. 87. p. 1.

“ao lado do governo brasileiro, sem que o rubor da vergonha” lhes subisse “às faces, e somente porque” imaginavam “que da sua inexplicável atitude”, poderia “resultar um desastre ou pelos menos um dissabor aos seus adversários políticos”<sup>141</sup>.

Ainda a respeito do tema, *O Repórter* mostrava ampla contrariedade para com as manifestações da oposição, argumentando que o Brasil não negociaria com a situação vigente em Portugal, enfatizando que não poderia caber “na cabeça que o governo brasileiro” se desse “ao disparate de fazer imposições à política interna” lusa. Este periódico considerava que era uma “suprema vergonha fazer política mesquinha e de ambições partidárias, com um acontecimento” que fizera “sangrar a alma de um povo brioso e digno” e que constituía uma “degradante situação” aquela “em que alguns portugueses” se colocavam “contra a sua pátria e a favor de um governo estrangeiro”<sup>142</sup>. Tal opinião era compartilhada pela *Gazeta do Norte* de Lamego, ao dizer que parecia “incrível” que houvesse “periódicos portugueses” que aceitassem “a versão inqualificável de que o governo brasileiro declarara que não trataria com o governo português”, diante do que deixava o recado de que Portugal deveria ser governado pelos portugueses e os brasileiros que governassem o Brasil que já não seria pouco<sup>143</sup>.

---

<sup>141</sup> O REPÓRTER. Lisboa, 18 maio 1894. A. 3. N. 710. p. 1.; e 19 maio 1894. A. 3. N. 711. p. 1.

<sup>142</sup> O REPÓRTER. Lisboa, 19 maio 1894. A. 3. N. 711. p. 1.

<sup>143</sup> GAZETA DO NORTE. Lamego, 24 maio 1894. A. 1. N. 76. p. 1.

Um outro elemento constitutivo do discurso sustentado pelas publicações que defendiam a causa governista era a manifestação do desejo de que o conflito diplomático fosse superado com brevidade. Era nesse sentido que se pronunciava o *Diário Popular* ao lembrar que, da “grande mágoa pela ruptura das relações diplomáticas com o Brasil”, restara “a consolação de que a razão” era toda dos portugueses, bem como a esperança de que o rompimento não seria “duradouro, e de que, passado o primeiro sobressalto”, ficariam “íntegras as relações comerciais”<sup>144</sup>. De acordo com tal perspectiva, também o *Diário Ilustrado* destacava que “a opinião geral” era de que “o conflito não” poderia “prolongar-se, porque os mútuos interesses das duas nações a isso” se opunham, sendo ambos os países “por igual prejudicados”, de modo que “o conhecimento positivo destas circunstâncias” faziam “prever a próxima concórdia, por meio da arbitragem”<sup>145</sup>.

A ação governamental era mais uma vez elogiada pelo *Diário Ilustrado*, tendo em vista que, com a sua “prontidão e inteligência” conseguira negociar a mediação inglesa. Nesse sentido, o periódico manifestava júbilo ao noticiar “que o governo brasileiro aceitara a mediação da Inglaterra no conflito levantado entre o Brasil e Portugal”, o que seria complementado “pela informação de que eram boas as disposições do governo da República para que tudo” se harmonizasse. Segundo a folha, a partir de tal solução, os dois países poderiam retomar os “fortes laços de sangue e do interesse comercial”, não mais

---

<sup>144</sup> DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 18 maio 1894. A. 29. N. 9.710. p. 1.

<sup>145</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 26 maio 1894. A. 23. N. 7.604. p. 2.



retornando a “viver em rivalidade”. Destacava ainda que sempre presumira que não poderia “ser duradoura a interrupção de relações de dois países” que teriam “por dever e necessidade a mútua estima”, de maneira que, se “uma má interpretação dos fatos” abrisse “o conflito, a análise e a reflexão” a seu respeito, produziriam “os seus naturais resultados”, com o termo do mesmo<sup>146</sup>.

O término do “extemporâneo conflito” que determinara “a ruptura de relações diplomáticas” entre o Brasil e Portugal, graças à “mediação da Grã-Bretanha” era também anunciado com contentamento pela publicação *Portugal, Madeira e Açores* que via em tal ato a perspectiva de que “a marcha das negociações” não seria demorada<sup>147</sup>. Também o *Correio da Manhã* noticiava a intermediação britânica, vendo nisso o caminho certo para o final da ruptura, não perdendo a oportunidade para enaltecer o governo, pois, segundo a folha, “sem sombra de lisonja”, seriam “merecidos elogios pela forma correta” pela qual ele tinha “procedido desde o começo desta lamentável pendência”. Tal periódico felicitava ao país e ao governo, considerando que a mediação inglesa constituía “mais uma prova da superior inteligência com que a questão” fora dirigida, servindo também para destruir “completamente o acervo de absurdas acusações ditadas pelo mais desvairado facciosismo”, voltadas “ao governo por certas folhas oposicionistas”<sup>148</sup>.

---

<sup>146</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 28 maio 1894. A. 23. N. 7.606. p. 2.; e 29 maio 1894. A. 23. N. 7.607. p. 3.

<sup>147</sup> PORTUGAL, MADEIRA E AÇORES. Lisboa, 5 jun. 1894. A. 10. N. 461. p. 1.

<sup>148</sup> CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 29 maio 1894. A. 11. N. 3.002. p. 1.

Na mesma direção se posicionava o *Jornal da Lousã*, ao referir-se a um breve reatamento das relações luso-brasileiras, tendo ficado patente que o governo “em nada tinha contribuído para tão lamentável questão”, colaborando também para que “os dois países tão intimamente ligados por negócios de toda a ordem”, deixassem de estar separados “de um modo tão rude”<sup>149</sup>. *O Progresso do Sul* também acreditava em uma breve solução da querela com o Brasil, a partir da ação britânica, afirmando que “felizmente, sobravam motivos para afugentar quaisquer receios”, tendo em vista “as diligências” que saberia “empregar o governo português”, que “dirigido pela consciência dos seus deveres e responsabilidades”, faria, “sem dúvida, com que tão ingrato incidente” fosse “encerrado, sem maiores consequências e sem desdouro, que seria injusto” para Portugal<sup>150</sup>.

Foi também com “sincero júbilo” que *O Repórter* anunciou o encaminhamento do fim da ruptura, saudando que “em breve as relações diplomáticas com o Brasil” seriam “restabelecidas”. Afirmava ainda que, “obedecendo a um sagrado princípio de justiça”, não poderia “deixar de consignar os louvores ao governo português, pela correção e zelo inexcedíveis com que procedera sempre”<sup>151</sup>. No mesmo sentido manifestava-se a *Revista Colonial*, afirmando que, “com a mediação inglesa, seria “de esperar que os acontecimentos” não iriam “mais longe, e que nada mais” haveria “para uma e

---

<sup>149</sup> JORNAL DA LOUSÃ. Lousã, 16 jun. 1894. A. 10. N. 469. p. 1.

<sup>150</sup> O PROGRESSO DO SUL. Faro, 3 jun. 1894. A. 5. N. 251. p. 1.

<sup>151</sup> O REPÓRTER. Lisboa, 28 maio 1894. A. 3. N. 717. p. 1.

outra parte, além do natural desgosto por um conflito”, que não tivera “justificação possível”. De acordo com esta folha, “o incidente” fora “mesmo até certo ponto favorável a Portugal”, que tivera “ocasião de ver a seu lado toda a Europa e ao governo português, que pelo acerto e correção inexcedíveis, em todos os seus atos numa questão de tanto melindre e gravidade”, provaria “honradez e capacidade, inspirando confiança as outras nações”<sup>152</sup>.

Nessa linha, os jornais que apoiaram o governo português por ocasião da ruptura com o Brasil tiveram de se empenhar sobremaneira para buscar tirar dos ombros das autoridades governamentais as possíveis culpas por aquela contingência que agravava ainda mais as dificuldades pelas quais passava Portugal. As argumentações centravam-se essencialmente na correção dos homens públicos lusos e na plena obediência às regras do direito internacional que serviriam para legitimar as suas atitudes e demonstrar que não havia razões para o rompimento. Dessa maneira, tais folhas tiveram por objetivo fundamental defender a causa governista no embate contra as oposições, visando depurar os governantes de qualquer responsabilidade que lhes fosse atribuída<sup>153</sup>. Tal empreitada não foi simples e exigiu um redobrado esforço, pois o enfrentamento se dava em relação a diferentes correntes políticas, concentradas, mormente nas forças progressistas e republicanas, obrigando as publicações situacionistas a entabularem ferrenho confronto discursivo com os jornais adversários.

---

<sup>152</sup> REVISTA COLONIAL. Lisboa, 5 jun. 1894. A. 1. N. 7. p. 1.

<sup>153</sup> ALVES, 2012. p. 243-244.

## As publicações oposicionistas monárquicas

Por ocasião dos eventos de 1894, vários representantes do jornalismo português se colocaram em posição diametralmente oposta em relação aos governantes regeneradores que administravam Portugal à época da ruptura diplomática com o Brasil. Esses jornais atuaram na oposição e no combate ao governo, reservando a ele toda a responsabilidade pelo estremecimento e a quebra das relações luso-brasileiras. Tais folhas, fazendo oposição ao partido situacionista, mas não à forma de governo vigente, enfatizavam a relevância e a gravidade daqueles acontecimentos, considerados extremamente danosos aos interesses nacionais, bem como apontavam os erros, as negligências e as incapacidades governamentais no gerenciamento das relações exteriores, além de promover um enfrentamento discursivo em relação aos periódicos que defendiam o governo<sup>154</sup>. No intento de comprovar a culpabilidade governamental, a ação de tais publicações também foi orientada por uma forte campanha no sentido da queda do gabinete situacionista, como único caminho para promover o restabelecimento das relações com o Brasil.

A tese mais sustentada por esses jornais foi a de que a culpa dos governistas, por ocasião do rompimento brasileiro-lusitano, constituiria um fato incontestável. Para tanto, essas publicações não pouparam argumentos, buscando comprovar que a incompetência governamental no gerenciamento da política interna nacional, estendia-se também à inépcia no manejo das relações

---

<sup>154</sup> ALVES, 2012. p. 252.

exteriores portuguesas. Tal premissa era evidenciada pelo periódico *O Tribuno Popular*, ao defender que aquilo que “cada vez mais” se apurava na questão da ruptura Brasil – Portugal era “a grande responsabilidade e culpa do governo, no lamentável conflito pela maneira desastrosa, imprevidente e antipatriótica” como deixara “correr as coisas, não sabendo evitar a tempo, como lhe cumpria, tão tristes consequências”<sup>155</sup>.

Outra folha que insistiu em tal temática foi *O Primeiro de Janeiro*, para o qual “os dirigentes não poderiam eximir-se da pecha de imprudentes”, pois “as relações com o Brasil, uma poderosa nação”, ligada à lusa, por “laços de sangue e interesses essenciais para a sua vida econômica”, não poderiam ser tratadas “de coração leve, com a suprema despreocupação de quem” não contava “com o dia seguinte”. Perante o rompimento, a folha perguntava “o que seria do comércio e das indústrias se, a título de represálias”, fossem dificultadas “as transações com aquela” que deixara “de ser colônia para volver-se numa pujante nacionalidade”. E questionava também como poderia “alguém estar tranquilo quando uma nação inteira” pressentia “o látego de uma desgraça imerecida”. O periódico qualificava a ruptura como “uma desgraça enorme, verdadeiramente pavorosa”, ou ainda como uma “catástrofe e um golpe de morte” para Portugal, um “desgraçado país, vítima de odientos vexames partidários”, diante do que seria preciso apurar “as responsabilidades”, de modo que elas recaíssem “sem

---

<sup>155</sup> O TRIBUNO POPULAR. Coimbra, 23 maio 1894. A. 39. N. 3.983. p. 1.

piedade, inexoráveis, inflexíveis”, sobre aqueles que contribuíram “para tamanha desgraça”<sup>156</sup>.

A imprensa oposicionista não aceitava a conclamação das folhas governamentais para que se fizesse uma unidade de apoio ao governo, como, mais uma vez, se manifestava *O Primeiro de Janeiro* que questionava como se atreviam, “em nome dos interesses do país, a falar em tranquilidade, a pedir repouso nas agitações políticas”, aqueles que tinham “provocado temerosos conflitos e a quem a inépcia e a fatalidade”, levaram à ruptura. O jornal era incisivo ao exigir que os governantes se calassem, pois seu argumento era “deprimente indigno, vergonhoso e insolente”. Nesse sentido, a folha aplaudia e fazia coro à “atitude dos jornais independentes ou filiados nos partidos antigovernamentais” que deixavam “perceber um profundo desgosto por mais este vexame infligido à nacionalidade”; e, por outro lado, combatia, “as declamações da imprensa governamental e seus assertos em apoio de uma absoluta inocência dos dirigentes”, considerando tal atitude como uma “tarefa tão inglória quanto ociosa”<sup>157</sup>.

Era também a opinião de *O Jornal do Povo* de Oliveira de Azeméis que qualificava a ruptura com o Brasil como uma “nova catástrofe” e um fato “da maior gravidade”, o qual constituiria um dos ápices na “série de inépcias do

---

<sup>156</sup> O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 16 maio 1894. A. 26. N. 114. p. 1.; e 17 maio 1894. A. 26. N. 115. p. 1.

<sup>157</sup> O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 18 maio 1894. A. 26. N. 116. p. 1.; 29 maio 1894. A. 26. N. 125. p. 1.; e 30 maio 1894. A. 26. N. 126. p. 1.

governo português, durante a nefasta situação política”. Na concepção da folha, “as relações com o Brasil foram sucessivamente afrouxando”, tendo para isso influído “muito a má vontade do governo” luso, a qual provocara “o natural sentimento correspondente da parte do governo da República”. Perante essa situação, o periódico constatava que “o mal” estava “feito, e a nação” haveria “de sofrer as naturais consequências, porque o restabelecimento das representações diplomáticas” não viria a ter “o efeito de varrer dos ânimos o ressentimento dos agravos recebidos”, de maneira que Portugal não poderia vir a aspirar concessões comerciais vantajosas no futuro, vindo a agravar, por carência de mercados, sua crise financeiro-econômica<sup>158</sup>.

Tal perspectiva era ainda defendida pelo *Correio da Noite*, segundo o qual não poderia ter havido “surpresa mais dolorosa para Portugal do que o rompimento das relações com o Brasil”, o qual provocara entre os lusos “a mais profunda mágoa”. A partir dessa constatação, este jornal defendia que “ao governo” cabiam “graves responsabilidades, pela sua indecisão e falta de prevenção”, as quais haviam concorrido “para o conflito chegar” aquele ponto<sup>159</sup>. *A Província* também qualificava as consequências do “conflito com o Brasil”, como “graves e funestas para Portugal” e apontava que “todos, sem exceção”, lamentavam “que a cegueira ou inépcia de um governo levasse a uma tal situação”. Tal folha afirmava que a publicação dos documentos oficiais

---

<sup>158</sup> O JORNAL DO POVO. Oliveira de Azeméis, 19 maio 1894. A. 14. N. 1.381. p. 1.

<sup>159</sup> CORREIO DA NOITE. Lisboa, 15 maio 1894. A. 14. N. 4.430. p. 1.; e 16 maio 1894. A. 14. N. 4.431. p. 1.

comprometera o governo e evidenciara “a inépcia com que assuntos tão graves foram por ele tratados”, acabando por promover aquele “triste e deplorável resultado”. Segundo este periódico, a “inabilidade governativa” deveria ser apreciada e julgada por todos, pois tal ministério já não dava “nenhuma garantia” de que pudesse consertar os seus próprios erros<sup>160</sup>.

Ainda um pouco antes da confirmação do rompimento, *O Nordeste* publicava um exaltado artigo, exclamando a expressão “Basta de vergonhas!” e declarando que era “cada vez mais funesto e cada vez mais humilhante para a nação” aquele “governo de ineptos”, que, “depois de ter humilhado” os portugueses “na Europa”, acabara de fazê-los “passar por outra humilhação ainda maior na América”. A folha questionava “que fundamentos” tinha “o governo para enlamear a marinha nacional”, logo ele que, “desde a coroa até ao mais modesto funcionário”, tudo sacrificava “ao seu egoísmo e à sua perversão moral”, enlodando “os oficiais e a armada, unicamente para adiar por uns dias as tremendas responsabilidades que sobre si” pesavam. De acordo com o jornal, “a responsabilidade” era “toda, só e unicamente do governo”, a cuja “inépcia” cabia “a culpa toda”, fosse qual fosse, em relação à “maneira que o desastre” se dera. Considerava que, “de uma forma ou de outra a situação de Portugal” era “deplorável”, para a qual aquele “insensato governo” havia levado o país, ou seja, internamente, com “a miséria, a violência e a imoralidade” e, externamente, com “a humilhação e a vergonha”<sup>161</sup>.

---

<sup>160</sup> A PROVÍNCIA. Porto, 22 maio 1894. A. 10. N. 116. p. 1.

<sup>161</sup> O NORDESTE. Bragança, 3 maio 1894. A. 6. N. 273. p. 1.



Assim também se pronunciava o *Correio Elvense* para o qual não poderia “haver surpresa mais dolorosa para Portugal do que o rompimento de relações com o Brasil”, o qual constituía uma “deplorável questão”, representando “a página mais dolorosa da história lusa no meado do século” que corria. Segundo o periódico, continuava “a derrocada”, pois “a fatalidade” não cessava em “perseguir e ferir” os portugueses no que tinham “de mais querido nos sentimentos e de mais respeitável nos interesses”, ou seja, “as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal” que estavam “violentamente interrompidas”. Indicando a responsabilidade governamental como motivadora da ruptura, o jornal dizia que eram “conhecidas as causas do conflito”, pois, durante a luta civil brasileira “nem todos os portugueses” teriam guardado “a serenidade que cumpria” e “a neutralidade devida não só como homenagem à autonomia de um povo, mas também como prova de dor” que deveria ser sentida pela luta”, criando-se daí em diante “uma corrente de antipatia” contra os lusitanos, que, “cada dia mais foi se fortalecendo”. De acordo com a folha, daquilo tudo derivara “a crise medonha” que ameaçava e que poderia “ser o golpe de morte na pobre e decadente nação portuguesa”. Quanto à publicação dos documentos oficiais, afirmava que constituía “uma inabilidade completa, uma perplexidade absoluta e uma falta de previsão”. Diante de tal quadro manifestava ironicamente apenas uma dúvida, se à sua incapacidade, o governo juntara “uma deslealdade e uma traição”<sup>162</sup>.

---

<sup>162</sup> CORREIO ELVENSE. Évora, 16 maio 1894. A. 5. N. 509. p. 1.; e 21 maio 1894. A. 5. N. 511. p. 1.

O olhar crítico sobre as autoridades governamentais era ainda lançado pela *Autonomia* que se referia aos “desastres do governo” que presidia “aos destinos” dos portugueses, marcados por diversos erros, inclusive a ruptura com o Brasil, a qual era considerada como um “acontecimento da mais alta gravidade para os interesses comerciais dos dois países”, sendo “principalmente funesto para Portugal”, que nele pusera “sempre as suas melhores esperanças para o restabelecimento das suas finanças”. A folha manifestava ainda ampla preocupação com a situação da colônia portuguesa em terras brasileiras e o possível recrudescimento de perseguições a ela dirigidas, a qual estaria desprotegida pelo governo que persistia em seus erros, tentando livrar-se das culpas que seriam apenas suas<sup>163</sup>.

O “conflito com o Brasil” era visto como uma “gravíssima questão” por *O Puritano*, o qual chegava a pregar a “necessidade da união” para, “não criando embaraços, superar dificuldades”. Entretanto, o periódico ressaltava que tal “propósito” convinha ao “próprio interesse da nação”, mas ela não poderia, “de forma alguma, assumir a responsabilidade dos graves erros cometidos” pelo “governo que, para a sua desgraça”, se encontrava “à frente da administração pública, porque isso importaria tornar-se a mesma nação cúmplice nesses erros”. Nesse sentido, tal periódico dizia que “a interrupção das relações” não era em relação ao “povo português”, que não tinha “culpa dos desastros e desacertos cometidos pelo governo”<sup>164</sup>. Na mesma direção ia o jornal *De Alcobaça*, segundo

---

<sup>163</sup> AUTONOMIA. Marinha Grande, 20 maio 1894. A. 5. N. 241. p. 1.

<sup>164</sup> O PURITANO. Almada, 20 maio 1894. A. 6. N. 474. p. 1.

o qual era “necessário dizer a verdade inteira e completa”, ou seja, diante daqueles “tristes tempos”, havia a necessidade extrema “de bem servir ao país”, com “uma atitude franca e decidida”, e, com base em tal parâmetro, tecia críticas ao governo que falhara “na questão brasileira”, sem conseguir que fossem “aplanadas as dissidências diplomáticas” e gastando altas somas para enviar “os insurretos brasileiros para a praça de Peniche”; além de ter ocasionado o fechamento dos portos brasileiros, o que veio “a agravar a crise econômica” portuguesa<sup>165</sup>.

Firme em tal posição esteve também o *Correio da Tarde*, ao declarar que estava confirmado “um novo desastre”, promovido pelo “governo, com sacrifício do prestígio, da dignidade e dos mais altos interesses da nação”. O periódico dizia lamentar “que a má sorte do governo preparasse à nação portuguesa mais esta dolorosa provação”, pois se refletia “no coração do povo português o golpe dirigido contra o governo”, que não soubera “zelar, como lhe cumpria, os altos interesses do país”, acentuando assim a sua “incompatibilidade” com “a nação”, que não estaria “solidária com ele em atos que, prejudicando os interesses”, atingiam “os seus sentimentos, e que, afrontando os brios”, vibrara um profundo golpe” naquilo que ela possuía “de mais desvanecedor e de mais cioso para o seu nobilíssimo caráter”<sup>166</sup>.

Ao abordar “a questão com o Brasil”, o *Correio da Tarde* afirmava que “o mal” estava “feito e nas piores condições, porque o governo, metendo-se em

---

<sup>165</sup> DE ALCOBAÇA. Alcobaça, 7 jun. 1894. A. 4. N. 157. p. 1.

<sup>166</sup> CORREIO DA TARDE. Lisboa, 15 maio 1894. A. 6. N. 1.563. p. 1.

aventuras”, tivera “a rara habilidade de não contentar ninguém e de concitar contra si toda a gente, indispondo-se com o governo legal do Brasil e com os insurretos” e até mesmo “com a oposição monárquica e com os próprios oficiais da marinha real portuguesa”. O periódico considerava uma “vergonha a série de documentos” publicada, enfatizando que já esperava um “desastre, mas não tão grande”, ficando “horrivelmente vexado com a leitura” daquela “demonstração de inabilidade, de ignorância e de incorreção”, pois ali haveria “lacunas grandes”, só sendo publicado o que o governo queria, “ocultando muitos dos despachos trocados e cortando muitas palavras”, mas, mesmo assim, ainda revelavam “coisas extraordinárias e funambulescas”. Ainda em relação às atitudes dos governantes, o jornal dizia que eles haviam despertado “má vontade e indisposição” as quais foram se “acentuando cada vez mais” da parte dos brasileiros<sup>167</sup>.

Na mesma linha, *O Círculo das Caldas* considerava o conflito brasileiro-lusitano como um “triste assunto”, que, “indiscutivelmente, bem funestas consequências” acarretaria para Portugal, aquele “pobre país, muito assoberbado com uma série de calamidades extraordinárias”. O periódico afirmava que a nação condenava “unanimemente o gabinete como o culpado” pela “quebra das relações”, com o país de maior comércio “e de onde advinha mais elementos de prosperidade e riqueza”. Explicava que a culpa era dos governistas, ainda mais pela “maneira parcial como a imprensa ministerial” se referia, “desde o começo

---

<sup>167</sup> CORREIO DA TARDE. Lisboa, 15 maio 1894. A. 6. N. 1.563. p. 1.; 16 maio 1894. A. 6. N. 1.564. p. 1.; e 19 maio 1894. A. 6. N. 1.567. p. 1.

da guerra do Brasil, à causa dos revoltosos”, caso que não passaria “despercebido ao governo brasileiro”. A folha sentenciava que o governo poderia dizer o que quisesse “para se livrar da tremenda responsabilidade” que pesava “sobre os seus ombros”, e, fizesse o que fizesse “para ocultar os seus loucos desmandos e a sua inepta diplomacia”, era somente a ele que o país pediria as “severas contas sobre o gravíssimo conflito” que levantara “com uma nação amiga” com a qual os lusos estavam “ligados pelos laços da mais fraternal amizade”<sup>168</sup>.

Antagônico às posições governamentais esteve ainda *O Louletano*, fazendo referências às acusações de que “a esquadilha portuguesa fundeada no Rio de Janeiro durante as hostilidades, protegia os revoltosos”, bem como que “a colônia portuguesa no Brasil era hostil ao governo regularmente constituído” e também que “a atitude de uma grande parte da imprensa de Portugal era manifestadamente favorável à revolução”, fatores que teriam levado à ruptura e diante dos quais o periódico apontava que era o governo quem deveria prestar esclarecimentos. A folha criticava a atitude dos situacionistas, não considerando satisfatórias as suas explicações, afirmando que o governo começara “por dar à publicidade todos os documentos”, mas, em seguida, retraiu-se, divulgando um “último despacho em extrato incompleto e oficioso”. Nessa linha, destacava que era “sabida a consideração que o governo” tinha “à representação parlamentar e à opinião pública”, de modo que, “oficialmente,

---

<sup>168</sup> O CÍRCULO DAS CALDAS. Caldas de Rainha, 27 maio 1894. A. 2. N. 73. p. 1.

nada” se viria “a conhecer”, pois aquela seria a “coerência nos governos absolutos”<sup>169</sup>.

Diante daquele “conflito grave”, caracterizado como “uma calamidade”, *O Combate* exigia que fossem punidos “severamente os indolentes ou coniventes nos motivos deste conflito”, em referência aos governantes que teriam permitido a “fuga de tanta gente”, numa alusão à dispersão de parte dos emigrados brasileiros. Segundo este jornal, era “cada vez mais desesperadora a situação” do “malfadado Portugal”, em quadro pelo qual, o rompimento com o Brasil atuava “fortemente para a sua ruína imediata, a desgraça iminente e o desprestígio futuro”, resultando numa situação “melindrosa”, cuja culpa era depositada naquilo que se chamava “governo”, no qual “o rei depositara confiança absoluta”, levando àquela “não pequena série de dissabores e reveses”<sup>170</sup>. Em tom crítico, ao referir-se ao “conflito brasileiro”, *A Lanterna* dizia que toda aquela “história mais tarde ou mais cedo se transformaria numa comédia”, mas deveriam todos “pensar maduramente nos resultados finais de toda esta brincadeira vergonhosa”, provocada pelo governo, cuja ação fizera com que “a situação da colônia portuguesa no Rio de Janeiro” ficasse “cada vez pior”, de modo que, da “comédia” se passaria à “tragédia”, e, em breve, o país viria a ter a “ocasião de apreciar os resultados fatais do procedimento dos seus governos na delicadíssima questão levantada com o Brasil”<sup>171</sup>.

---

<sup>169</sup> O LOULETANO. Loulé, 20 maio 1894. A. 2. N. 72. 1.; e 27 maio 1894. A. 2. N. 73. 1.

<sup>170</sup> O COMBATE. Braga, 20 maio 1894. A. 1. N. 9. p. 1.; 27 maio 1894. A. 1. N. 10. p. 1.; e 3 jun. 1894. A. 1. N. 11. p. 1.

<sup>171</sup> A LANTERNA. Lisboa, 6 ago. 1894. A. 1. N. 4. p. 3.

As folhas monárquicas que moviam oposição ao governo também o acusavam de uma péssima escolha de funcionários, elemento que viria a constituir um dos fatores motores da ruptura com o Brasil. Tecendo profundas críticas aos regeneradores no poder, *O Tribuno Popular* afirmava que, “para servir amigos e lisonjear a coroa”, o governo enviara “para o Brasil embaixadores e comandantes de navios mais papistas do que o papa, mas tão incapazes, que procederam de modo a fazer” o governo brasileiro acreditar na “conivência da coroa portuguesa com os revoltosos da esquadra daquele país”, e, dessa maneira, aniquilara “as esperanças da próxima ratificação do tratado de comércio” com o Brasil. Além disso, o jornal acusava os governistas de darem “lugar com a sua inépcia, com a sua dobléz e com as suas irresoluções e demoras, à fuga dos revoltosos”, ocasionando “que o governo brasileiro rompesse em consequência as relações com Portugal”, colocando-o “na situação terrível” em que se encontrava, “com o comércio paralisado, a colônia portuguesa no Brasil em sobressalto, os capitais retraídos e a própria segurança individual ameaçada”<sup>172</sup>.

As incompetências atribuídas aos homens públicos governistas eram também lembradas por *A Crença Liberal* ao denunciar que havia “muitos anos que no ministério dos negócios estrangeiros” não corriam “as coisas como fora para desejar e de acordo com a seriedade dos negócios que ali” eram tratados. A folha fazia sérias críticas ao citado ministério, referindo-se a “patronato, influências estranhas e favorecimento de afilhados”. Nesse sentido, dizia que a

---

<sup>172</sup> O TRIBUNO POPULAR. Coimbra, 23 maio 1894. A. 39. N. 3.983. p. 1.

ruptura de parte do Brasil só teria vindo a confirmar tais mazelas, argumentando que se os governistas “tivessem conservado à frente da legação um homem prudente, circunspeto, de espírito moderado e conciliador”, haveria a possibilidade dele ter-se entendido “com o marechal e evitado o rompimento das relações que a mocidade inexperiente” não soubera “poupar a Portugal”. Com base em tais episódios, o jornal manifestava o anseio de que tal caso servisse “de lição e o ministério dos negócios estrangeiros” soubesse “tirar dela proveito”<sup>173</sup>.

A visão crítica em relação às autoridades públicas regeneradoras eram ainda mais personalistas nas páginas de *O Ovarense* que dizia que, se os portugueses ainda estivessem “nos velhos tempos de credice”, haveriam “de concordar que um mau fado” perseguia “a nação quando Hintze Ribeiro” estava “no governo”, uma vez que ninguém seria “mais desastrado do que este infeliz ministro, célebre” por atos errôneos na política externa lusa e, por último, pelo conflito com o Brasil. O jornal manifestava o desejo de que os “erros diplomáticos” daquele ministro não tivessem “outras consequências, além de uma quebra de relações de alguns meses”, uma vez que, estando os lusos “apartados do Brasil”, de onde vinha “um manancial de riquezas, que os cofres do Estado” absorviam, “mal poderia continuar a vida de desregramentos e dissipações”, que constituíam, “infelizmente, a norma da administração” pública

---

<sup>173</sup> A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, 4 jul. 1894. A. 33. N. 3.061. p. 1.



lusitana, estando todos disso convencidos, menos aquele político que colocara o “país numa desgraçada situação”<sup>174</sup>.

As publicações de oposição também teceram críticas à presença da Grã-Bretanha como mediadora no conflito diplomático brasileiro-lusitano. *A Crença Liberal* foi uma das publicações que exteriorizou tal insatisfação, noticiando que “o ministro inglês aceitara a missão de proteger os interesses de súditos portugueses durante o rompimento diplomático”, diante do que o governo brasileiro teria aceitado “com prazer a mediação oferecida pelo governo britânico”. Perante tal circunstância, a folha dizia que os portugueses agora estavam “a braços com o Brasil”, e andavam “de chapéu na mão pelas chancelarias da Europa, pedindo a esmola das simpatias diplomáticas”, em um quadro pelo qual lá ia “o governo inglês fazer-se de medianeiro, e prestar serviços” que os lusitanos deveriam “pagar talvez com alguma larga concessão no ultramar, porque a Inglaterra” não dava “ponto sem nó”, e sabia cobrar muito bem<sup>175</sup>.

Com maior ênfase, a *Folha de Vila Verde* apontava que era “evidente que uma má estrela” estava “guiando os destinos da infeliz nação”, e ela estava a predizer isso daquele “cantinho da província, vaticinando futuras desgraças”, de maneira que “os últimos sucessos do Brasil” seriam “a dolorosa confirmação do seu triste vaticínio”. Para o periódico, compungia “a alma ante o deplorável estado de degradação a que deixaram arrastar” Portugal, chegando a um “estado

---

<sup>174</sup> O OVARENSE. Ovar, 20 maio 1894. A. 10. N. 557. p. 1.; e 17 jun. 1894. A. 10. N. 561. p. 1.

<sup>175</sup> A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, 1º jun. 1894. A. 33. N. 3.059. p. 1.; e 4 jul. 1894. A. 33. N. 3.061. p. 1.

de definhamento” que não permitia “uma desafronta condigna, e nem isso estaria” no ânimo dos portugueses “pelas conveniências que mutuamente” ligava-os ao “irmão d’além-mar”. Destacava ainda que pelo menos “seria consolador ver ruborizada a face do país, explodindo em um prudente, mas enérgico protesto” e, com certa ironia, dizia que se limitaria “apenas a noticiar que a Inglaterra” estava ao lado dos lusos, “e que o senhor presidente do conselho” jantaria “com o ministro inglês, como se, com isso”, os lusitanos pudessem ficar “limpos do enxovalho”<sup>176</sup>.

Diante das acusações feitas em relação aos governantes portugueses, imputando-lhes a plena culpa pelo rompimento diplomático com o Brasil, as folhas oposicionistas moveram forte campanha no sentido da queda do gabinete regenerador. Na concepção argumentativa dessas publicações a essência para a queda situacionista era a de que somente seria possível promover o reatamento das relações luso-brasileiras se não mais estivesse no poder o ministério que contava com a antipatia do governo brasileiro, sobre o qual era propalado que só viria a rever sua posição em tratativas com outros governantes. De acordo com tal intenção, *O Primeiro de Janeiro* afirmava que, perante a “questão do Brasil”, não se poderia “compreender que um governo, convencido de erros, e vendo que a sua estada no poder” dificultava “soluções pacíficas, honrosas e de interesse para a sua terra”, estivesse “renitente no seu

---

<sup>176</sup> FOLHA DE VILA VERDE. Vila Verde, 27 maio 1894. A. 9. N. 431.

propósito de agravar uma situação” da qual poderiam “resultar gravíssimos conflitos”<sup>177</sup>.

A ânsia pela queda do gabinete regenerador era também expressa por *O Alto Minho*, para o qual não era mais aceitável a continuidade da cisão brasileiro-lusitana, a qual só servia para agravar “as crises com que a fatalidade” amargurava os portugueses, sendo necessário o reatamento com aquele “vasto país da América, que tendo no céu estampado o cruzeiro do sul”, não poderia “deixar de ter estampado no solo o cruzeiro do bem, o cruzeiro da civilização, o cruzeiro da fraternidade”<sup>178</sup>. Mas, de acordo com o pensamento da folha, tal reaproximação tinha na permanência dos regeneradores no poder um fator praticamente impeditivo:

Segundo se depreende das notícias autorizadas, o presidente do conselho ao largar a pasta dos estrangeiros, que geriu com a sua costumada infelicidade, deixou a questão diplomática com o governo do Brasil nas mais deploráveis e graves circunstâncias.

Parece que o marechal Floriano não hostiliza o nosso país, nem vê com maus olhos a colônia portuguesa.

À sua queixa, os seus agravos, o seu profundo ressentimento são apenas contra o estadista funesto cuja permanência no poder se marca sempre com um traço negro nas páginas da nossa história contemporânea.

O presidente do conselho, pela sua falta de tato e pela carência de compreensão dos seus deveres nas relações oficiais com os países estrangeiros, é que comprometeu a dignidade nacional e que nos expôs às humilhações e aos perigos que nos há de trazer a continuação da hostilidade do gabinete brasileiro.

---

<sup>177</sup> O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 20 maio 1894. A. 26. N. 118. p. 1.

<sup>178</sup> O ALTO MINHO. Monção, 19 ago. 1894. A. 12. N. 13. p. 1-2.

Sempre a estrela funesta do Sr. Hintze Ribeiro a presidir aos casos mais graves da nossa história política dos últimos anos. (...)

É certo, pois, que, devido unicamente aos íntimos laços de amizade entre Brasil e Portugal, laços que os erros e as incoerências de um governo inepto não podiam quebrar, e nos bons ofícios da importantíssima e patriótica colônia portuguesa no Brasil, as boas relações oficiais entre os dois países se reatarão logo que a sombra do homem sinistro, a quem se deve a sua ruptura, lhe não fosse embaraço.

Resta agora saber se o marechal Floriano se contentará com a saída do Sr. Hintze Ribeiro da pasta dos estrangeiros ou se ainda se negará a tratar com um governo de que ele faz parte. No primeiro caso está finda a pendência ficando ainda assim o país salpicado da lama em que o governo se afundou. No segundo caso temos de esperar que esse governo seja escorraçado para outro que venha, livre das máculas deste, poder aceitar o amplexo que o Brasil quer oferecer dignamente a Portugal.

E eis aí como há de findar essa pendência, que terminada estaria, há muito tempo se o governo tivesse brio, ou ao menos a mais leve compreensão dos seus deveres para com o país. Preferiu, porém, cobrir-se de vergonha, sacrificar a dignidade, os interesses da pátria, o nome e a posição de distintos oficiais de marinha à sua egoísta conservação no poder. Aí tem o resultado: uma humilhação a mais para o seu chefe; mais uma nódoa no seu lamacento consulado, mais um desaire que faz refletir sobre a nação. Mesmo que se resolva agora a questão, não se lava, pois que mérito algum daí lhe vem. Afundou-se tanto no charco da ignomínia, que não tem meio de se tirar de lá!<sup>179</sup>

Na mesma linha, se manifestava *A Província*, segundo a qual “promover a queda do governo” constituiria “um ato de patriotismo em vista de todos os esforços nesse sentido, por parte de todos quantos ainda” tinham “vivo o sentimento do patriotismo”, não podendo “deixar de ser considerados como

---

<sup>179</sup> O ALTO MINHO. Monção, 23 set. 1894. A. 12. N. 18 p. 1-2.

relevantes serviços à pátria"<sup>180</sup>. Já o *Jornal de Penafiel* destacava que a ruptura de parte do Brasil, era uma “dolorosíssima surpresa”, constituindo o apogeu em “meio das já cruentíssimas amarguras de toda a espécie” em que labutavam os portugueses, apontando para “a desorientação” que levara “o governo português a provocar este desgraçadíssimo conflito”, que tanto envergonhara os lusos. Diante disso, este periódico lamentava que “o governo que se deveria demitir em face de mais esta decepção que o seu mau tino” provocara “à dignidade nacional”, parecia “resolvido a aguentar com as consequências dos seus atos irrefletidos”, aumentando ainda mais o “desgosto imenso no espírito público”, criando um ambiente “muito triste e profundamente desolador”<sup>181</sup>.

Uma das publicações oposicionistas que mais insistiu nesse tema foi *O Tempo* que buscava “acentuar bem claramente o parecer” de que com aquele “ministério o restabelecimento das relações com o governo brasileiro”, seria “difícil, senão impossível”, uma vez que fora com aqueles “ministros que se criaram as complicações”, de modo que não seria “com eles” que as mesmas poderiam “ser resolvidas”. O jornal enfatizava que “algumas folhas ministeriais” sustentavam que o governo deveria “continuar, porque não” convinha “abrir uma crise no momento, quando as dificuldades” deveriam “ser resolvidas com o singular bom senso” e qualificavam “de requintado facciosismo o pedido da queda do governo por motivo deste grave incidente”. A tais argumentações, o periódico rebatia, dizendo que era fundamental ao “constitucionalismo expor às

---

<sup>180</sup> A PROVÍNCIA. Porto, 22 maio 1894. A. 10. N. 116. p. 1.

<sup>181</sup> JORNAL DE PENAFIEL. Penafiel, 18 maio 1894. A. 8. N. 58. p. 1.

responsabilidades do rompimento diplomático”, bem alojadas nas mãos governistas. Para a folha oposicionista, “o governo pouco” perdia “com isso, mas a nação” sofria “profundamente nos seus interesses e nas relações” que precisava “manter com o Brasil, onde a primeira colônia de estrangeiros” era a portuguesa<sup>182</sup>.

Permanecendo na campanha pela queda dos situacionistas, *O Tempo* questionava as razões de o governo ter publicado “a correspondência relativa a uma questão pendente”, em uma atitude que ainda haveria “de trazer dissabores e amarguras ao país”. Dizia que não fora “decerto por um impulso de política larga e generosa” e sim “para obter louvores do povo” que lhe fazia “a corte” e “em obediência ao seu sistema de política caseira”, que o levava a “sacrificar os mais caros interesses nacionais ao aplauso dos seus amigos”. O periódico destacava ainda que a publicação daqueles documentos poderia “granjear elogios dos jornais ministeriais”, mas não adiantava “um ápice na questão do restabelecimento das relações oficiais com o Brasil”. Considerava que só com o afastamento do gabinete, seria viável que, “no mais curto prazo possível” fossem “reatadas as relações diplomáticas com o Brasil”<sup>183</sup>.

Nesse sentido, para *O Tempo*, com o ministério regenerador, seria, “impossível uma verdadeira reconciliação com o governo do Brasil”, acreditando que, “com os desatinos em que ia o governo”, ele mesmo se encarregaria “de se deitar abaixo”, mas salientava que não queria que ele levasse “consigo a nação”

---

<sup>182</sup> O TEMPO. Lisboa, 17 maio 1894. A. 6. N. 1.687. p. 1.

<sup>183</sup> O TEMPO. Lisboa, 19 maio 1894. A.6. N. 1.689. p. 1.

como um todo. O jornal explicava que “ao teimar em se conservar” os situacionistas colocavam “o país num terrível impasse”, pois não tinham “a precisa autoridade, para advogar a causa nacional perante as nações, cujo auxílio” solicitavam. Dessa forma, pregava que o rei teria “de demitir o governo, para facilitar as negociações, demonstrando por este fato, como chefe do país”, que não desejava “aceitar as responsabilidades do governo”. O periódico argumentava que “os interesses vitais do país” não poderiam ser sacrificados “à conservação de um governo, cujo sestro fatal” era “criar atritos e dificuldades, assim na política interna, como nas relações internacionais”; ou ainda à manutenção de um ministério que, “por si só”, seria “um obstáculo insuperável à harmonia de dois povos, tão irmãos pela história, como pelos interesses, pelos impulsos do coração e pelas recíprocas conveniências”<sup>184</sup>.

Também fez eco à campanha anti-governista *O Provinciano* para o qual, “no meio de todas as desgraças nacionais” e de “uma situação desesperada, o conflito inopinado com o Brasil” representava “a última e mais certa punhalada vibrada ao pobre país”. Na concepção da folha, tal estado adveio da “inépcia e do desvario arvorados em sistema governativo”, pois aquele ministério no poder estaria destinado a ser “o calisto fatal para a nacionalidade”. Considerava que, durante aquela gestão, surgira “este fatal rompimento de relações com a nação com que Portugal mais confiava para obter recursos com que acudir à sua crise econômica”. O periódico dizia não compreender “a autoridade com que o governo” pretendia “sustentar-se no poder”, já que, como

---

<sup>184</sup> O TEMPO. Lisboa, 20 maio 1894. A. 6. N. 1.690. p. 1.; e 23 maio 1894. A. 6. N. 1.692. p. 1.

era “certo que o conflito com o Brasil” nascera “por culpa ou imprevidência sua, o natural, o lógico, o verdadeiramente patriótico”, era que ele cedesse “o seu lugar a quem, livre das responsabilidades de fatos passados, pudesse entrar em negociações diretas com o Brasil”<sup>185</sup>.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, *O Puritano* defendia a queda do governo para “assegurar com a máxima brevidade o restabelecimento de relações entre os dois países irmãos”, argumentando que Portugal teria “unicamente como meio” para poder “alcançar alguma vantagem no desgraçado conflito que o leviano governo” criara, “a demissão do mesmo, que com a sua teimosia na permanência dos conselhos da coroa”, só conseguiria “avolumar as dificuldades, agravar a situação e irritar os ânimos”. Nesse sentido, tal periódico dizia que “confessados os erros e as leviandades cometidas, reconhecida a inépcia das ordens transmitidas e a fraqueza do governo português”, tudo contribuiria para que fosse “feita inteira justiça”, e o país visse “com satisfação terminado o desgraçado incidente”, de maneira que “a honra, a dignidade e o brio da nação portuguesa” exigiam “imperiosamente a demissão do governo”<sup>186</sup>. Essa opinião era compartilhada por *O Círculo das Caldas* que declarava estar certo de que “o povo português” não deixaria “passar sem o mais veemente protesto o grave erro que o gabinete” cometera e, como “acima dos governos dos países” estava “o povo”, este deveria mostrar “aos seus irmãos do Brasil” que reprovava “cabalmente o procedimento do ministério do seu país”, depondo “os

---

<sup>185</sup> O PROVINCIANO. Cartaxo, 20 maio 1894. A. 6. N. 263. p. 1.

<sup>186</sup> O PURITANO. Almada, 20 maio 1894. A. 6. N. 474. p. 1.; e 27 maio 1894. A. 6. N. 476. p. 1.



funestos homens que a fatalidade” levara “aos conselhos da coroa”, para assim, “as relações com o Brasil” continuarem “cordiais e afetuosas como o foram por tantos anos”<sup>187</sup>.

Desse modo, por ocasião da ruptura das relações diplomáticas promovida pelo Brasil em relação a Portugal, as publicações oposicionistas monárquicas centraram forças no combate à situação regeneradora. Para as oposições, o rompimento brasileiro-lusitano constituía um argumento de alto potencial, tendo em vista os efeitos amplamente negativos que poderia promover junto à combalida e frágil conjuntura lusa, de modo a imputar mais uma culpa em relação aos situacionistas, acusados como os maiores responsáveis pela crise que tomava conta do país. No seio da imprensa oposicionista de cunho monárquico alinharam-se nas críticas ao governo diferentes matizes partidários, com amplo predomínio dos progressistas, que buscaram utilizar-se das mesmas armas que os próprios regeneradores já haviam usado antes, no intuito de uma derrubada ministerial. Dessa forma, os jornais contrários ao governo buscaram estimular um clima de insatisfação que desestabilizasse o mesmo, culpando-o diretamente pelos desacertos diplomáticos<sup>188</sup>.

---

<sup>187</sup> O CÍRCULO DAS CALDAS. Caldas de Rainha, 27 maio 1894. A. 2. N. 73. p. 1.

<sup>188</sup> ALVES, 2012. p. 259.

## O periodismo republicano

Fora da órbita das oposições monárquicas, também combateram o governo regenerador no que tange à ruptura diplomática os jornais republicanos, que, além de lançar a culpa pelo rompimento ao gabinete situacionista, buscavam demonstrar que tais desentendimentos originaram-se também da forma de governo reinante. As folhas que sustentavam o ideário antimonárquico não pouparam críticas aos governantes, acusando-os não só de negligência, mas também de conivência nos fatos que levaram à desinteligência e à quebra diplomática. Os periódicos republicanos enfatizaram também a existência de um projeto denominado de sebastianista que visava a atingir o regime vigente no Brasil, através de um apoio ao movimento revolucionário. Tais publicações estabeleceram diversos paralelos comparativos entre as benesses do republicanismo em relação aos malefícios do monarquismo, criticaram com veemência a mediação inglesa e promoveram a ideia de que, no Brasil, a vitória governista sobre os insurretos fora um sinal da consolidação da forma de governo instalada em 1889<sup>189</sup>.

Um dos pontos essenciais de argumentação da imprensa republicana estava embasado em realizar contrapontos entre a República, simbolizada pelo Brasil e a monarquia, representada por Portugal. Desse modo, a ruptura luso-brasileira acabava por transformar-se em um pano de fundo para a discussão a respeito das formas de governo. Nesse quadro, o regime brasileiro aparecia

---

<sup>189</sup> ALVES, 2012. p. 259.

como generoso e justo, ao passo que o português era visto como falho e traiçoeiro. Dessa maneira se expressava *O Campino*, apresentando vários percalços da política exterior portuguesa e declarando que “os Estados Unidos do Brasil” esperavam “com a maior e mais piedosa magnanimidade que o governo português” provasse “não ter existido uma deslealdade ou uma traição, um crime ou uma infâmia – a maior de quantas um governo” poderia “praticar contra outro governo”, refletindo aquilo que caracterizara nos “últimos anos a vida externa de Portugal”<sup>190</sup>.

Era também a impressão de *O Século*, para o qual “as especialíssimas circunstâncias” em que se encontravam os lusos “impunham o dever de não” interferir “em quaisquer negociações entre os insurretos e o governo brasileiro, nem conceder aqueles favor algum que não fosse concedido também pelos comandantes dos navios das outras nações”. Segundo o jornal, “o governo português sabia que o do Brasil não simpatizava muito com ele” de modo que seriam necessários a “mais clara prudência” e o “mais elementar cuidado pelos interesses nacionais”, mas não fizera isso e, “num lance de leviandade”, originara um “pleito de funestas consequências”. O periódico considerava ainda que não deixava “de ser claro” que o ministério procedera “desastradamente quanto aos interesses nacionais, e que, sem a menor necessidade, antes contra as indicações do mais elementar bom senso”, provocara “deploráveis complicações”<sup>191</sup>.

---

<sup>190</sup> O CAMPINO. Vila Franca de Xira, 19 maio 1894. A. 16. N. 779.

<sup>191</sup> O SÉCULO. Lisboa, 21 maio 1894. A. 14. N. 4.426. p. 1.

Para a folha republicana, as ligações com aquela República sul-americana não poderiam ser suprimidas por preconceitos quanto à sua forma de governo. Nessa linha, *O Século* explicava que, “interrompidas as relações entre o governo de Portugal e o do Brasil, não mudaram, contudo, as circunstâncias” que tornavam “reciprocamente vantajosas as relações íntimas entre os dois países”. De acordo com tal ideia, o periódico sustentava que, “se a guerra civil na incipiente República” originara “desinteligências diplomáticas, não diminuiram as razões étnicas, e as puramente econômicas, do trato entre este recanto ocidental do Velho Mundo e a mais vasta nação da América do Sul”. O jornal também desacreditava as hipóteses de práticas mais radicais de um pan-americanismo anti-europeu de parte do Brasil, defendendo que as relações econômicas deveriam continuar, bem como mantido o destino para as massas de emigrantes lusos<sup>192</sup>.

A respeito do “conflito com o Brasil” o *Nove de Julho* chamava atenção para as vantagens em relação a Portugal advindas das boas relações com o Brasil e lastimava que tudo aquilo fora comprometido “criminosamente” pelo governo. Nessa linha, afirmava que a ruptura diplomática tratara-se, “sem contestação possível, de um ato criminoso que a inépcia governativa” cometera com a própria nação. A folha dizia que poderia até ser compreensível “que o rei de Portugal não gostasse da República” no Brasil, mas deveria prevalecer “acima das simpatias do monarca, os interesses da nação”. O periódico acusava que os “governantes lusos mostraram-se sempre” antagônicos para com a “jovem

---

<sup>192</sup> O SÉCULO. Lisboa, 4 jun. 1894. A. 14. N. 4.440. p. 1.

República, e a imprensa subsidiada nunca” perdera “ensejo de ser desagradável ao Brasil republicano, ao passo que expressava claramente as suas esperanças num Brasil monárquico e bragantino”<sup>193</sup>.

O paralelo entre as supostas magnanimidade republicana e a perfídia monárquica era também realizado por *A Evolução* quando noticiava o rompimento diplomático e afirmava que tal “derrocada” era previsível, sendo “de esperar este desfecho em vista da intervenção da imprensa monárquica de Portugal”, bem como “a dos seus agentes no Brasil conspirando contra a República, para serem agradáveis às majestades deste reino”. A folha dizia que prevenira “em tempo, acusando os governos por consentirem essa operação de descrédito que acarretaria a ruína de Portugal” e exporia “seus filhos naquela República a graves provocações e vinditas, depois de os terem cá explorado e expatriado”. Denunciava ainda que o Brasil, que deveria “ser a nação” com a qual Portugal mais estreitasse as relações, “porque à custa dela” vinha subsistindo, fora a que os governantes lusos “mais ofenderam e prejudicaram”<sup>194</sup>.

O mesmo periódico acusava ainda que “o governo de Portugal, órgãos officiosos e agentes conspiravam indiscretamente” contra o Brasil, de modo que seria “criminosa a ação do governo e dos seus delegados”. Dizia que um dos crimes seria relacionado ao “abrigo que deram aos sediciosos que metralharam a cidade, banquetando-se a bordo dos navios de guerra portugueses pelas vítimas e estragos” feitos; e, o outro, seria o “de deixarem fugir os quatrocentos

---

<sup>193</sup> NOVE DE JULHO. Beja, 23 maio 1894. A. 9. N. 465. p. 1.

<sup>194</sup> A EVOLUÇÃO. Angra do Heroísmo, 16 maio 1894. A. 9. N. 333. p. 1.

prisioneiros para irem engrossar” as forças rebeldes. *A Evolução* rebatia várias das asserções contidas na imprensa governista, acerca do procedimento do gabinete português durante os acontecimentos que levaram à ruptura diplomática, declarando que, na “tão séria questão do Brasil”, ficara comprovado “o quanto o governo” tramara contra a jovem República, junto de seus “órgãos assalariados para bem servirem à coroa portuguesa”, de modo que “Floriano Peixoto e a República em peso talvez não” quisessem “admitir outra reparação e penitência, senão a aclamação da República em Portugal”, para que só assim pudesse “ter confiança” que não se repetiriam “novas conspirações”<sup>195</sup>.

Foi também o procedimento do *Damião de Góis* ao denunciar que “quase toda a imprensa monárquica, em especial a governamental”, se referira “em termos incorretos e inconvenientes ao governo da República e ao seu presidente”, o qual “por muitas vezes” servira “de alvo à troça dos jornalistas avariados”. Segundo a folha, tais agentes “sonharam com uma restauração monárquica, e contavam tanto com a vitória dos insurretos que chegaram a publicar telegramas falsos anunciando vitórias dos seus afeiçoados”. As denúncias se destinavam também ao ministério, que deveria ter coibido “estes desmandos da imprensa para com o legítimo governo de uma nação amiga, mostrando assim que não era conivente com os detratores do governo

---

<sup>195</sup> A EVOLUÇÃO. Angra do Heroísmo, 30 maio 1894. A. 9. N. 334. p. 1.; e 13 jun. 1894. A. 9. N. 335. p. 1.

brasileiro”, entretanto, preferira “fechar os olhos e nada ver, tapar os ouvidos e não ouvir”<sup>196</sup>.

A descrição de “nações irmãs e amigas levantando entre elas uma barreira de ódios e vinganças” era a maneira como *A Luta* narrava a ruptura, imputando a culpa pela mesma ao governo monárquico. Dessa forma, denunciava que “a monarquia portuguesa e os seus lacaios abjetos, sempre em guerra aberta com os interesses do país, por amor dos seus interesses próprios”, timbraram em afastar aqueles dois países “sistematicamente, persistentemente, num empenho inglório e antipatriótico”, uma vez que “a realeza e os seus áulicos” avolumavam “cada vez mais a sua obra” de malefícios. A folha argumentava que “Portugal, que deveria partilhar a prosperidade e engrandecimento do Brasil”, vira-se “obrigada a desmamar desses úberes abundantes e nutrientes” que o alimentavam “no seu extremo debilitamento econômico e financeiro”. De acordo com o periódico, era “forçoso confessar” que, “ao governo brasileiro” sobrava “razão para assim proceder” tendo sido “simplesmente justo no seu desforço, porque ninguém” poderia “estreitar num doce e fraternal amplexo”, quem lhe atirava “um pontapé”, ou cuspiu “uma ofensa”. Criticava ainda a imprensa monarquista por imputar a responsabilidade ao governo brasileiro, “quando afinal a culpa” caberia “toda ao negregado governo da monarquia em Portugal e só a ele” que criara aquela “situação desgraçadíssima”<sup>197</sup>.

---

<sup>196</sup> DAMIÃO DE GÓIS. Alenquer, 20 maio 1894. A. 9. N. 348. p. 1.

<sup>197</sup> A LUTA. Funchal, 19 maio 1894. A. 7. N. 313. p. 2.

As comparações entre monarquia e república também se faziam presentes nas páginas de *A Vanguarda*, que se embasava nos elementos constitutivos de natureza econômica, ressaltando “as finanças do Brasil” e os seus “algarismos eloquentíssimos”, analisando um relatório da área fazendária brasileira, afirmando que era “muito interessante documento” que continha “dados preciosos, de uma eloquência absolutamente incontestável”, os quais serviriam “para mostrar como sob o regime republicano a riqueza brasileira” tinha se “desenvolvido prodigiosamente”. Diagnosticava que “o lamentável incidente da última revolta”, caso ocorresse “na Europa, causaria perturbações econômicas de larga duração”, mas não tivera grande efeito “naquele riquíssimo país que, na fecundidade prodigiosa de seu maravilhoso solo”, possuía “uma garantia de prosperidade que nem o império” pudera “sonhar, apesar da sua administração retrógrada, ferozmente centralista, perdulária e singularmente imprevidente”<sup>198</sup>.

A abordagem dicotômica entre as duas formas de governo era também entabulada por *O Futuro* que tecia várias críticas à situação vivida pela nação portuguesa, com ênfase aos erros governamentais em sua política externa, sofrendo Portugal reveses em várias frentes, ainda mais no que tange ao rompimento diplomático. Dessa maneira, dizia que estava “manifestamente provado que o governo” não conseguiria “minorar a miséria” que contaminava o país, demonstrando a “sua incompetência para resolver a questão do Brasil”. A folha denunciava que “os jornais afetos às instituições, que, durante a revolução

---

<sup>198</sup> A VANGUARDA. Lisboa, 15 jun. 1894. A. 4. N. 1.072. p. 1.



que devastara o Brasil, fizeram dela motivo para achincalhar o governo da República”, estariam “mudando de opinião”, clamando “por complacência” e pedindo “cordialidade, não se lembrando” que fora “a sua linguagem irrefletida” que contribuíra “para azedar os espíritos”. O periódico lastimava que aquele que mais sofreria seria o próprio país, quando tinham sido “os seus dirigentes, aqueles a quem fora confiada a sua imunidade”, que alastraram “o incêndio onde” se haveria “de contorcer a vítima”. Além disso, recordava que “a animosidade contra” os lusos “produzida no espírito público do Brasil” surgira a partir da “linguagem caluniosa da imprensa monárquica portuguesa, defensora do decaído império”<sup>199</sup>.

Nas palavras de *A Voz Pública*, ficavam bem demarcadas as perspectivas comparativas entre as atitudes dos dois países com suas respectivas formas de governo e a quem cabia a imputação da culpa pela ruptura:

Aqui estão deploravelmente confirmados os nossos alarmes. Eis que chegaram ao grau supremo e inultrapassável as responsabilidades do arranjo político que vem desgraçando esta nação. (...)

O rompimento das relações do Brasil com Portugal equivale a uma campanha perdida, e põe em perigo não já a autonomia da nacionalidade, mas o lume, a cama, o lar, a subsistência de cada cidadão. (...)

Ah! É lancinante este destino e causa frêmitos de revoltada indignação o pensar-se que tudo deve-se à maldita teima do conservantismo, que sacrifica um povo inteiro a interesses preferidos, a orgulhos intolerantes e a ambições atrozes. (...)

A nós que modestamente nos não cansamos de indicar os perigos, de aconselhar e de repreender; a nós que durante meses, desacompanhados e até suspeitos, servimos com honrada lealdade, escrupulosa e persistente, os interesses

---

<sup>199</sup> O FUTURO. Olhão, 20 maio 1894. A. 4. N. 163. p. 1.; e 10 jun. 1894. A. 4. N. 164. p. 1.

do nosso pobre Portugal, aos governos regeneradores e progressistas (pouco importa, o seu procedimento foi o mesmo, a sua responsabilidade é igual) recomendamos tino na circumspecta abstenção para com os negócios internos do Brasil, no que esses miríficos estadistas não faziam, aliás, mais do que cumprir um dever elementaríssimo; a nós, patriotas a sério e que timbramos em empregar a nossa inteligência com lisura e com probidade, assim como fomos os primeiros a advertir, corre-nos agora o sermos dos últimos a castigar, melindre que não nos tolhe, todavia, o jus de aquilatarmos dos fatos e de comentarmos dos homens.

Com dor profundíssima verificamos que acertaram as nossas previsões. Seria com desespero que houvéssemos de constatar a insistência no horror dos erros amontoados. (...)

Causa arrepios à espinha do país a situação macabra dentro da qual dançamos este fandango nacional desde as últimas e penúltimas tolices e asneiras (...) cometidas com notável descaramento e imprevidência. (...)

Erros, desmandos, asneiras, especulações e injustiças, eis o estendal tóxico das últimas décadas do governo. Julgo que os ministérios vão apostados em qual há de praticar maiores disparates, e nesta faina de cambalhotas, excedem-se sucessivamente uns aos outros.

A ruptura das relações diplomáticas com o Brasil é a maior das calamidades que nos podia acontecer.<sup>200</sup>

Na mesma linha, o *Panfleto* buscava identificar os responsáveis pelo rompimento brasileiro-lusitano, destacando que, ao serem investigadas “as causas desta violência inaudita, com dor e surpresa”, encontrava-se “Portugal conspirando contra as instituições de uma nação amiga”; estando “de mãos dadas com insurretos, a bordo de couraçados estrangeiros”; e “abrindo o portaló dos seus navios de guerra para deixar fugir prisioneiros que se comprometera a guardar”, constituindo tudo isso “um conluio” que infamava e “uma perfídia” que

---

<sup>200</sup> A VOZ PÚBLICA. Porto, 16 maio 1894. A. 5. N. 1.255. p. 1.; e 25 maio 1894. A. 5. N. 1.263. p. 1.

desonrava. O periódico constatava ainda que “a monarquia de Bragança, os seus homens e os seus agentes conspiravam” havia “muito contra as novas instituições brasileiras”, de modo que “o Portugal monárquico” fora “um dos mais graves acidentes do período de noviciado da República no Brasil”. Explicava que, com a insurreição brasileira, em “Portugal ganhava a realeza”, pois “sofriam as ideias republicanas” e “o insucesso da República era um desastre para as aspirações republicanas” portuguesas, já que “o espírito público ressentir-se-ia e a casa de Bragança poderia viver mais algum tempo desafogadamente”<sup>201</sup>.

Seguindo sua linha de pensamento, *O Panfleto* criticava a diplomacia lusa por associar-se aos revoltosos brasileiros e a imprensa monárquica por encetar “uma campanha contra o governo legal” brasileiro, criando-se “verdadeira conspiração e complô” contra ele, em um conjunto de atitudes que teria levantado a opinião pública no Brasil contra os portugueses. Dessa maneira, comentava que Portugal passara a ser visto “como um inimigo comum contra o qual não” resistiria não só “a República, mas o Brasil inteiro”, de modo que a ruptura com tal país, não se deveria à sua ação e sim a da “realeza que o ofendeu e ao governo que o traiçooou”. A folha dizia ainda que, naquele conflito diplomático, não haveria “uma afronta a considerar, mas um crime a punir e esse crime” praticara “a realeza e o seu governo”<sup>202</sup>.

---

<sup>201</sup> PANFLETO. Porto, 20 maio 1894. A. 1. N. 11. p. 1-2.

<sup>202</sup> PANFLETO. Porto, 20 maio 1894. A. 1. N. 11. p. 3-5.

Em tom exortativo, *O Liberal* se referia a “insultos a portugueses” praticados no Brasil, diante do que exclamava que “o único culpado destes tristes acontecimentos” era “o governo despótico” que regia os portugueses. Segundo o periódico, “a quebra das relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal” era previsível e fora a atitude “única e razoável que uma nação avançada e liberal” poderia “dar à intrigalhada infame de política mesquinha e à falta de diplomacia com que estava” pelos lusos “sendo tratado esse povo que, filho e irmão”, deveria ter nos portugueses “os primeiros a ajudar nas suas legítimas aspirações de liberdade” e não o contrário, como teria ocorrido. A folha acusava que, no Rio de Janeiro, o enviado lusitano, “um ministro inepto e desconceituado na opinião pública, alimentava a discórdia reinante na grande República, onde ele apenas” deveria “ser um neutral representante de um país monárquico”, olhando apenas “pela segurança dos súditos da nação que representava, e não se mostrar como um adversário das instituições daquele país e um denodado campeão da causa revolucionária”. O jornal enfatizava ainda o crescimento das dificuldades, com o fechamento dos mercados e a interrupção do envio de dinheiro, e, ironicamente, conclamava todos a lhe acompanharem num brado, não de viva a República, e sim: “Viva a monarquia! Viva o governo do sr. D. Carlos! Que, quando nós não tivermos o que comer, serão prontos em nos acudir para nos darem mais impostos e vilipendiarem-nos mais, desonrando-nos. Triste!!!”<sup>203</sup>.

---

<sup>203</sup> O LIBERAL. Lisboa, 22 maio 1894. A. 2. N. 10. p. 1.

Lembrando os tempos de apogeu da “civilização portuguesa”, *A Luta* considerava que chegara “à extrema decadência” de “um povo condenado pela imperícia dos governantes e pela indiferença dos governados”, estando o país ameaçado pelas potências europeias e vendo-se na necessidade de desculpar-se com o Brasil. Diante disso, concluía que, se naquele “regime desgraçado” não eram encontrados “os elementos indispensáveis para a regeneração”, seria necessário acabar-se “de vez com esta forma obsoleta” e implantar-se “o estandarte da liberdade, igualdade e fraternidade”, de modo que fossem recuperadas “a honra e a virilidade”<sup>204</sup>. Já *A Nova Luta*, ao anunciar que estavam “cortadas as relações diplomáticas com o Brasil”, constatava que, naquela “hora solene para Portugal, perante um conflito, cujas desastrosas consequências para a vida econômica do país” se poderiam “facilmente prever”, seria “dever do Partido Republicano acentuar e definir responsabilidades”. A partir dessa proposta, este jornal demarcava que “o conflito com o Brasil” era “obra exclusiva das camarilhas palacianas”, que, havia muito, vinham “conspirando contra as instituições da República”. De acordo com tal periódico, “desde a queda do império, o *sebastianismo* brasileiro” tinha “feito de Lisboa o seu quartel general” e, para “vergonha e desgraça” dos portugueses, “esses manejos imperialistas tiveram nas altas regiões o melhor acolhimento”<sup>205</sup>.

Ainda no sentido das comparações entre os regimes, observando as vantagens do republicano, a *Revista Portuguesa* publicaria artigos com visões

---

<sup>204</sup> A PLEBE. Lisboa, 20 maio 1894. A. 1. N. 16. p. 1.

<sup>205</sup> A NOVA LUTA. Viseu, 20 maio 1894. A. 1. N. 4. p. 2.

amplamente favoráveis à República no Brasil, informando que, mesmo “fatigada, após três anos de um combate incessante” o seu futuro seria “o mais auspicioso, mais largo de horizonte, mais iluminado de sol, mais rico de pomos de ouro” que se pudesse imaginar. De acordo com tal perspectiva a previsão otimista devia-se ao fato de que “a República precisava desse período batalhado e revolucionário, na sua formação, para firmar solidamente as suas bases na consciência nacional” e “para ter um futuro próspero, seguro e sereno”. No mesmo sentido, dizia que tudo levava a crer que o Brasil prosperaria, readquirindo “o seu antigo crédito” e, “decorridos alguns anos de paz, a República” estaria “consolidada”<sup>206</sup>.

Além de demarcar a culpabilidade do rompimento brasileiro-lusitano à forma de governo reinante em Portugal, as publicações antimonárquicas também teciam críticas ainda mais particularizadas àquele grupo que então estava no poder, representado pelos regeneradores, apontado o mesmo como culpado pelos eventos que levaram ao conflito diplomático. *O Século* foi uma das folhas republicanas que mais se ocupou com tal tema, lembrando a ação das gazetas “afetas ao governo” luso, que tanto se bateram “contra o governo constituído no Brasil”, contribuindo decisivamente para os desacertos entre ambos os países. De acordo com o jornal, o ministério deixara de evitar “toda a pendência desagradável entre as duas nações”, cometendo “graves faltas” e não prevenindo “por acertadas ordens a pendência”, que, “infelizmente não soubera evitar”. Referindo-se ao “desacerto do procedimento” dos governantes lusitanos,

---

<sup>206</sup> REVISTA PORTUGUESA. Porto, 25 dez. 1894. A. 1. N. 1. p. 40.; e 25 jan. 1895. A. 1. N. 2. p. 78.

dizia que a nação deveria condená-los e, assim fazendo, contribuiria “eficazmente para que não se confundisse os erros do governo com o sentir do país”. Considerava ainda que estava “claro que o gabinete” cometera “gravíssimo erro lançando-se em tal questão diplomática sem a menor necessidade”, bem “quando todas as circunstâncias lhe aconselhavam ou ordenavam que a evitasse com o máximo cuidado”, de maneira que se tornava “muito pesada a sua responsabilidade”, de maneira que sobrevivia “inconstitucionalmente, mas com a plena confiança da coroa”<sup>207</sup>.

Persistindo em sua campanha contrária ao governo, *O Século* afirmava que tudo aquilo era “extraordinário” e confirmava o que já dissera “tantas vezes acerca do pessoal diplomático” luso que havia ocasionado aqueles “lamentáveis acontecimentos”, que representavam “uma vergonha para Portugal”. A partir da análise dos documentos oficiais, o periódico republicano destacava que o governo fora “muito mal servido pelos seus agentes, que todos pareciam apostados” em comprometê-lo, “tomando os mais contraditórios e imprudentes compromissos e depois não se preparando devidamente para os cumprirem”. Perante tais fatos, concluía que era “responsável o governo de Portugal”, uma vez que “o marechal Floriano dera provas evidentes do sincero desejo de manter e desenvolver a amizade entre o Brasil e Portugal” e, “com vivo pesar” se vira “na obrigação de suspender as relações diplomáticas com o governo português”. Além disso, a folha cobrava atitudes das autoridades públicas, enfatizando que o

---

<sup>207</sup> O SÉCULO. Lisboa, 16 maio 1894. A. 14. N. 4.421. p. 1.; 21 maio 1894. A. 14. N. 4.426. p. 1.; e 28 maio 1894. A. 14. N. 4.433. p. 1.

governo não poderia “continuar no silêncio nem a iludir o povo, fazendo-o supor, que tudo” caminhava “às mil maravilhas”<sup>208</sup>.

Em manifestação breve, *O Povo de Aveiro* censurava a ação da imprensa governista que buscava isentar o gabinete da culpa no caso da ruptura, lamentando que “infelizmente o verdadeiro desastre” pesava “mais sobre o país do que sobre os ministros”, bem como acusava “o governo português” de ter “fechado os olhos à ação imprudente dos que o representavam na capital brasileira”<sup>209</sup>. *O Damião de Góis*, por sua vez, também imputava ao governo a culpa pelo rompimento, enfatizando a inação do mesmo diante das atitudes de seus representantes no Brasil, demarcando que tais “leviandades do governo”, advinham da “sua falta de tino”, originando-se aquele “momento grave”, de maneira que, não podendo os membros do gabinete “resolver o conflito satisfatoriamente e sem quebra de honra, brio e dignidade da nação portuguesa”, deveriam largar “imediatamente as pastas”, para evitar o agravamento daquele “lamentável desastre”<sup>210</sup>.

De acordo com tal perspectiva, *A Vanguarda* dizia que estavam os portugueses “num dos momentos mais graves da sua história contemporânea”, no qual seria “indispensável definir bem todas as responsabilidades”, de maneira que, “lá fora” se soubesse “que o país não” era “cúmplice” de um

---

<sup>208</sup> O SÉCULO. Lisboa, 31 maio 1894. A. 14. N. 4.436. p. 1.; 13 jun. 1894. A. 14. N. 4.449 p. 1.; e 13 set. 1894. A. 14. N. 4.541. p. 1.

<sup>209</sup> O POVO DE AVEIRO. Aveiro, 20 maio 1894. A. 13. N. 738. p. 1.

<sup>210</sup> DAMIÃO DE GÓIS. Alenquer, 20 maio 1894. A. 9. N. 348. p. 1.



governo e da monarquia, que comprometeram “os seus mais sagrados interesses numa aventura desvairada, num sebastianismo epiléptico de final de história”. A folha lembrava que, “desde o princípio da insurreição brasileira” vinha “protestando contra a atitude do governo e da sua imprensa”, de forma que se julgava constituída “no dever de dizer ao país tudo” o que pensava, “sem uma única restrição e sem uma única concessão a um falso patriotismo”. Para o periódico, “a vitória de Floriano” era também “a vitória da política norte-americana e anti-europeia”, de modo que as “circunstâncias” fariam com que a “política econômica do Brasil” fosse “precisamente anti-portuguesa”, gerando uma contingência segundo a qual, as atitudes governamentais acabariam por levar à “morte nacional”<sup>211</sup>.

Ainda a respeito da “ruptura de relações diplomáticas com o Brasil”, *A Vanguarda* fazia menção à expressão de que não era “possível descer mais”, considerando-a como “uma frase banal, mas de uma verdade intensa, como sintoma de degenerescência política”. Na concepção da folha, naquele momento “a decadência” tocara “o fundo”, não sendo “possível descer mais”, pois estaria “esgotada a escala das humilhações”. Considerava que não havia “no exemplo das relações internacionais nem na possibilidade da mais ampla e imaginosa previsão, caso idêntico” àquele enfrentado por Portugal, “com as relações diplomáticas rotas, uma ruptura violenta e com a expulsão do seu representante” do Brasil, sem que fosse obtida “uma explicação”. Segundo o periódico republicano as atitudes dos governantes lusos compreendiam em si

---

<sup>211</sup> A VANGUARDA. Lisboa, 16 maio 1894. A. 4. N. 1.042. p. 1.

“uma vergonhosa estupidez”, não havendo “na história imoral do regime monárquico representativo” uma “maior vergonha” do que aquela<sup>212</sup>.

Outro elemento bastante discutido pela imprensa republicana portuguesa por ocasião do conflito diplomático brasileiro-lusitano foi a mediação britânica, vista sob um prisma profundamente crítico pelas folhas antimonárquicas que estavam entre as mais veementes no combate ao imperialismo britânico que avançava sobre as possessões coloniais portuguesas na África. De acordo com tal visão, *O Século* destacava “toda a amargura” que sentia e “toda a indignação ao ver a leviandade ou a insensatez do governo, escolhendo para medianeira na questão com o Brasil a Inglaterra”, a mesma que esbofeteara “vilmente” os portugueses e depois arrebatara, “por um vergonhoso tratado, feito e refeito, e aprovado de assalto pelo parlamento português, uma parte importante dos domínios africanos”. O periódico afirmava que “só o governo se lembraria de fazer” os lusos passarem “por mais essa vergonha”, arrojando “mais essa afronta à face de um país, cujos sentimentos de honra e de dignidade, os ministros deveriam ser os primeiros a acatar e respeitar”<sup>213</sup>.

Ainda debatendo o tema da mediação britânica, *O Século* dizia que o governo português fora “leviano e insensato, para não empregar um epíteto mais duro e talvez mais bem merecido, lançando” o país “outra vez nos braços da Inglaterra”. Na opinião do jornal, o governo luso agarrara “com ambas as mãos o momento” que tanto “a ele como à Inglaterra”, se afigurara “oportuno,

---

<sup>212</sup> A VANGUARDA. Lisboa, 28 maio 1894. A. 4. N. 1.054. p. 1.

<sup>213</sup> O SÉCULO. Lisboa, 8 jun. 1894. A. 14. N. 4.444. p. 1.

para restaurar a velha aliança”, pela qual Portugal tinha “sido sempre a vítima”. Para o periódico, “o conflito com o Brasil” trouxera “prejuízos consideráveis, sem dúvida, mas a mediação da Inglaterra” haveria “de sair ainda muito mais dispendiosa”, e, com ironia, arrematava, dizendo que seria “mais um favor que Portugal” ficaria “devendo ao governo”<sup>214</sup>. No mesmo sentido, manifestava-se *A Evolução* ao reclamar dos monárquicos que, “a par da inépcia do governo e confissão da sua falta de senso comum”, promoveram “o escândalo da covardia, pedindo a intervenção da Inglaterra”, que havia “usurpado o melhor das suas possessões, para intervir” perante o Brasil, de modo que pedia “perdão e absolvição para os carrascos, que não hesitaram em sacrificar ao ódio brasileiro seus filhos e parentes”, que constituíam “a imensa colônia portuguesa”<sup>215</sup>.

A intermediação britânica era também criticada por *A Vanguarda*, segundo a qual era “uma vergonha que depois do ultimato, o governo português solicitasse a mediação da Inglaterra, para se resolver o conflito provocado pela política” daqueles “que em Portugal aplaudiram os planos monárquicos” dos rebeldes brasileiros. Em tom de denúncia, o jornal afirmava que, “conduzido pelo inglesismo da dinastia” que sempre vivera “de funestas transações com a soberba e insolente Albion, e por certo desejoso de se mostrar sobranceiro ao parlamento e à opinião pública, o desastrado” ministério lançara-se “nos braços da única potência a que não poderia recorrer para ser medianeira” junto ao Brasil e “para proteger os cidadãos portugueses residentes no território da

---

<sup>214</sup> O SÉCULO. Lisboa, 8 jun. 1894. A. 14. N. 4.444. p. 1.

<sup>215</sup> A EVOLUÇÃO. Angra do Heroísmo, 30 maio 1894. A. 9. N. 334. p. 1.

República”. A publicação questionava o motivo pelo qual o governo não recorrera a uma outra potência para fazer a mediação, dentre as tantas que ele mesmo afirmava que apoiaram suas ações na questão com o Brasil. Perguntava também quais “razões especiais” da “injúria de mostrar” o país “novamente à Europa protegido pela Inglaterra, talvez por querer “seguir as tradições da casa de Bragança, promovendo aquela “tristíssima política que em nada” se importava “com os grandes interesses morais do país”<sup>216</sup>. Na mesma direção, *O Futuro* considerava inaceitável a mediação da “eterna espoliadora” dos lusos, que haveria “de querer pagar-se e bem, dos seus serviços, visto que nunca” dava “ponto sem nó”, prevendo o quanto seria alta a sua “rapina” em pagamento de tal ação<sup>217</sup>.

De acordo com tal perspectiva, a imprensa republicana portuguesa encontrou na ruptura diplomática brasileiro-lusitana mais um ponto de combate tanto à forma de governo quanto aos governantes que a representavam em Portugal. Tal jornalismo apresentou uma série de estratégias discursivas que visavam a mostrar ao público leitor que o governo e a monarquia eram os maiores responsáveis pelo rompimento de relações entre ambos os países, bem como pelo cabedal de consequências daí advindo<sup>218</sup>. A oportunidade se revelava mais uma vez favorável à causa do republicanismo que acusava as autoridades públicas de terem apoiado um projeto restaurador-sebastianista em relação ao

---

<sup>216</sup> A VANGUARDA. Lisboa, 2 jun. 1894. A. 4. N. 1.059. p. 1.

<sup>217</sup> O FUTURO. Olhão, 10 jun. 1894. A. 4. N. 164. p. 1.

<sup>218</sup> ALVES, 2012. p. 267.

Brasil e por isso estariam enfrentando a animosidade de parte dos governantes brasileiros. Dessa maneira, tornava-se uma ocasião extraordinária para recrudescer as críticas ao aparelho governamental, apontando seus erros, culpas e possíveis conivências que teriam levado ao conflito diplomático e às dificuldades em direção a um reatamento, o qual viria a ser intermediado pela Grã-Bretanha, acirrando ainda mais a oposição dos republicanos.

### As folhas caricatas e satírico-humorísticas

Os desacertos e embates que resultaram no rompimento de relações diplomáticas do Brasil para com Portugal foram também abordados pelos caricatos e satírico-humorísticos. A repercussão não seria a mesma da época da proclamação da República, mas houve mais incursões do que aquelas do ano anterior, por ocasião do espocar da guerra civil brasileira. As folhas caricatas ainda mantiveram certos cuidados na expressão de seu conteúdo crítico, o qual ficou centrado em direção às autoridades públicas lusitanas. Os satírico-humorísticos também lançavam seu olhar jocosos sobre os governantes lusos, mas ainda restavam algumas poucas farpas apontadas para o Brasil. Tal comportamento calcado em certa prudência, nada característico desses tipos de publicação, advinha da própria insegurança quanto aos alcances e às sequelas daquela querela diplomática.

Ainda que voltado ao humor e mantendo pitadas jocosas, os temores pelas dificuldades advindas da ruptura com o Brasil em relação ao futuro de

Portugal, também ficavam expressos nesse gênero jornalístico. Era o caso do *Charivari* que comparava a situação nacional a uma tempestade, afirmando que “o céu azul da apatia política do país” parecia “começar a toldar-se”, já não se tratando “dos pequenos cúmulos partidários que por vezes se acastelaram no firmamento límpido” e “sim de pesados nimbos” que, para os lusos “seria uma grande coisa o desvanecerem por completo”. A folha destacava que não estava dentre aqueles que se assustavam “mais facilmente com as agitações” que no mundo houvesse, quando elas se limitavam a umas descomposturas “de políticos descontentes, ou a questões particulares rematadas a murro, ou a trocas de comunicados persuasivos, ou a qualquer outra espécie de agitações” que não chegavam “a movimentar-se mais do que a curiosidade indígena”<sup>219</sup>.

Mas tal periódico caricato pressentia que, sob aquela circunstância, os problemas mudavam de figura, destacando que, além daquelas “agitações mais comezinhas, outras mais graves pareciam acastelar-se ao longe” e, diante delas, “cada um” lhe dera “o colorido apropriado às suas conveniências políticas”, uma vez que, “até para a demonstração de medo” haveria política naqueles tempos. O *Charivari*, com ironia, manifestava o desejo de que “infundados fossem todos os sobressaltos dos que viram notícias tétricas de complicações diplomáticas, como infundados eram os receios de epidemias asiáticas e de micróbios devastadores”. Persistindo no tom, o semanário dizia que “para os medrosos” em relação às doenças, “havia um grande recurso, o da desinfecção, o dos lazaretos; enquanto que para os medrosos das complicações” que não eram “intestinas,

---

<sup>219</sup> CHARIVARI. Porto, 19 maio 1894. A. 9. N. 9. p. 2.

nem intestinais”, não havia “lazaretos, desinfetantes ou quarentenas”. A publicação dizia ainda que, “se pudesse erguer um para-raios que protegesse a todos dos coriscos do sobressalto”, essa seria a sua ambição e o seu ideal, de modo que os leitores pudessem ver “que não havia motivos para receios agudos”. O hebdomadário afirmava que “faria a doce figura dos profetas antigos, com exclusão do suplício das fornalhas ardentes”, mas como não tinha condições de levar em frente tais intentos, indicava que se limitaria “a fazer sinceros votos pelo pronto restabelecimento da pátria”<sup>220</sup>.

A ruptura era também retratada no texto intitulado “E o que lhes parece?”, publicado por *O Folião*, no qual o periódico bem demonstrava o sentido da pequena imprensa de reproduzir falares do cotidiano lusitano, inclusive demonstrando os sotaques e, no caso, referindo-se a um dos lugares de encontro das pessoas no cenário citadino. Embora o artigo tenha por inspiração palavras de oposição à atitude brasileira, o cerne de sua crítica voltava-se em direção às autoridades públicas portuguesas:

*“Vamos ou não vamos para o Brasil, infringir o castigo àquele sôr Floriano, que cortou agora as relações com o nosso Pórtugal?”*

*“Não foi feita a sua descoberta por um pórtugues?”*

Estas palavras, que nós aqui reproduzimos como cronista, eram ditas por um dos membros do Clube do Largo da Lapa, na ocasião em que um dos membros com uma bota descalçada, dava certo alívio a um joanete, que já estava transformado num calo enorme.

Nós meditamos pausadamente naquelas frases, e elas em verdade causaram-nos tanta impressão, tanto desalento, que estivemos prestes a ficar mortos de raiva,

---

<sup>220</sup> CHARIVARI. Porto, 19 maio 1894. A. 9. N. 9. p. 2.

de cólera, de ira, de furor, de frenesi; mas raiva sem hidrofobia, porque então essa era muito pior; e livre-nos Deus dela, porque nós iríamos morder de preferência o Sr. Hintze e os restantes da sua panelinha, e isto só pela bondade deles, só pelo bem das suas finanças, só pela glória e vanglória da sua gerência, e só por gáudio do seu nome e renome.

Mas lá se nos ia o fio da conversa, e ficávamos já de ventas no ar, a ver em que altura tínhamos deixado o nosso Clube... o Clube, sim senhores.

Ora nós que não somos políticos, nem queremos tampouco saber de política, nem de coisa nenhuma, vamos passar a outro assunto mais transcendente.<sup>221</sup>

A visão jocosa e crítica acerca do conflito diplomático também esteve presente nas páginas de *O Piparote*, que, em uma de suas "*piparotadas*", fazia referência às manifestações que a oposição dirigia ao rei, nas quais diziam que "a pátria" se achava "agonizante, que os sangradores do governo, ou o governo dos sangradores", lhe picavam "desumanamente as artérias, e o sangue" corria, sem que fosse "possível vedá-lo". O periódico destacava ainda que as oposições haviam pintado "com as mais negras cores, o quadro da decadência nacional", demonstrando que ninguém tinha "brios nesta terra corrupta, a não ser eles" próprios. A percepção da folha era a da imobilidade dos homens de Estado, pois afirmava que o rei ouvia "com toda a gravidade e atenção", aquela "arenga, e num gesto augusto de majestade suprema", mandava "todos, muito decentemente, às favas". Segundo o jornal satírico, os progressistas berravam, "mas o governo ria a bom rir, de tanto pregarem no deserto", de maneira que, "os brasileiros muito vaidosos do seu Floriano e arrufados" com os portugueses, os

---

<sup>221</sup> O FOLIÃO. Braga, 19 maio 1894. A. 1. N. 16. p. 2.



mandaram “ao diabo”. Considerava que isso pouco importava, pois a Inglaterra já tinha “procuração bastante do governo português, para acabar com todos os arrufos e amuos”, sem que os lusos precisassem se incomodar, podendo “descansar das fainas eleitorais e, rindo e folgando, esperar melhor alguma bofetada sem mão” que os pusesse “a cara à banda, ou algum coice tremendo” que os estendesse “de papo para o ar”. Diante de tal quadro de desesperança quanto à inação da sociedade, *O Piparote* concluía com uma evocação chistosa: “Vá! Meninos e meninas, senhores e senhoras, governantes e governados, toca a brincar. Viva a folia. Dançar, dançar”<sup>222</sup>.

Para parte do periodismo português voltado ao humor, os maiores responsáveis pelos desentendimentos diplomáticos luso-brasileiros eram os governantes lusitanos e seus agentes consulares e militares que teriam levado em frente atitudes consideradas errôneas que acabariam por desencadear a ruptura. Nesse sentido, *O Pimpão* publicava um texto no qual misturava tiradas da imprensa jocosa, com dizeres dos comportados representantes do jornalismo dito sério, fazendo inclusive citações de um outro periodista. A essência do artigo publicado pelo periódico satírico era a realização de uma crítica aos homens públicos que ocupavam o poder em Portugal naquele momento, fosse por suas ações, ou pelas más escolhas dos funcionários que compunham seu aparelho administrativo e diplomático:

---

<sup>222</sup> O PIPAROTE. Fundão, 3 jun. 1894. A. 1. N. 5. p. 3.

Observa o Mariano de Carvalho que são importantíssimos os laços morais e materiais que nos unem ao Brasil e que, portanto, deve ser cautelosa a escolha do nosso funcionalismo naquela República.

Deve enfiar a carapuça o Paço d'Arcos, e, se o não faz, cá lhe a enfiamos todos nós – os habitantes de Lisboa que ele “incivilmente” governou. Creio que “visconde de Paço d'Asnos” lhe chamou o Mariano, à conta das tropelias do almirante nas águas da Parreirinha. Mas, enfim, o que lá vai lá fica, e é apenas recordado para frisar o são juízo da nossa gente em coisas de superior governação. Tenho ideia de ouvir a um sujeito que também foi presidente de conselho: - “Aquele Paço d'Arcos é mais monárquico que o próprio filho de D. Luiz I”. Foi essa, pelos modos, a sua recomendação para nosso ministro no Brasil – que acabava de despedir a monarquia e que não destruíra ainda os elementos de conspiração imperialista. Com as prendas de “moderação”, de “delicadeza” e de “alta inteligência” do ex-governador incivil de Lisboa, imaginou-se logo como os “laços morais e materiais” se apertariam entre a nova e grande República e a pátria do Arlequim Júnior!

Sai o homem, a contento de nacionais e estrangeiros – a contento pela saída, bem entendido, – e vai o conde de Paraty para encarregado de negócios. Todo palaciano, e em diplomacias – coisa nenhuma, como quase todos os nossos diplomatas. Soma: incompetência absoluta para apertar os “laços” e sua queda sentimental para desfazê-los. Mas, o lugar do ministro continuou e continua vago, e um encarregado de negócios dá menos nas vistas e assume responsabilidades inferiores. Tornava-se indispensável “apertar os laços” pelos processos cá da terra, e a insurreição do Boulanger de pé fresco – vulgo Custódio qualquer coisa – foi mina para os especialistas lusitanos.

Nomeado para o comando da *Mindello*, o Augusto Castilho, de quem toda a gente que o conhece diz ser ele um cavalheiro inteligente e dedicado e um oficial da marinha assaz distinto. Outros me participam, que o aludido oficial é filho do José Feliciano de Castilho, um erudito português, – irmão do poeta Castilho, – que viveu e morreu no Brasil e que foi amigo íntimo do imperador – que Deus o tenha. Estes “laços” de afeto entre famílias estavam mesmo indicando o oficial Castilho para a melindrosíssima e espinhosíssima missão de assistir – neutral e impassível – aos episódios da luta, limitando-se a garantir a proteção aos seus compatriotas residentes no Rio. De um lado o governo da República, do outro lado os conspiradores monárquicos: e imediatamente o governo português escolhe para

espectador neutral e imparcial um amigo da família ex-reinante. Daí se explica a informação que eu recebi há dias de um recém-chegado do Brasil: – Que os oficiais brasileiros rebeldes visitavam os navios portugueses, na mais cordial camaradagem...

Era dos livros, já se deixa ver!

Vem contra os usos da casa uma transcrição, mas cai a talho de foice, porque a questão é justamente a que consta do período a transcrever. Vejam-me isto, com olho atento, e lidem por torná-lo perspicaz. Fala o Mariano, que está com o atual governo – o que oxalá torne profícuos seus circunspetos dizeres:

“Mas pensar em malquistar-nos com os brasileiros, insinuar ou afirmar até que Portugal é hostil à forma do governo porque eles se regem, fantasiar que a opinião pública em Portugal exalta o império de D. Pedro II e reprime a República a do marechal Deodoro ou do marechal Floriano, isso é que não é utopia nem quimera, porque patriotas portugueses o têm chegado a escrever e a mandar escrever para o Brasil!”

Bem dito, – apesar da demora! Mas, há mais:

“O que é verdade é que Portugal deseja que o Brasil prospere e se engrandeça sob a forma de governo que mais lhe apraza e mais feliz o torne; é-lhe inteiramente indiferente que governem os ministros de um imperador ou de um presidente, logo que uns e outros contribuam para a felicidade do Brasil e para a manutenção e desenvolvimento das relações comerciais que ligam os dois países irmãos. Mas se para esta manutenção e desenvolvimento é indispensável a boa vontade dos governos brasileiros e da nação brasileira, não é menos certo que é também indispensável que o governo português, seja representando naquele país por funcionários prudentes, circunspetos e zelosos, que em vez de levantarem ou fornecerem pretextos a incidentes, possam pela sua prudência e circunspeção evitá-los antes de tais incidentes se produzirem, ou saber desfazê-los quando se produzam”.

Por outra: é preciso que os governos desejem o que Portugal deseja. Podem-nos fazer essa fineza?...<sup>223</sup>

---

<sup>223</sup> O PIMPÃO. Lisboa, 15 maio 1894. A. 19. N. 1.044. p. 1.

Ainda direcionando suas críticas aos governantes lusitanos e seus agentes, *O Pimpão* buscava garantir que “o povo português” não tinha “culpas no cartório” e apontava para “a culpabilidade deste governo”. Segundo o jornal, “esta coisa do Brasil” tinha “de resolver-se, moral e materialmente, pela ‘sinceridade’”, que até então faltara, tanto no “conselho de guerra”, como “no honrado apuro de todas as responsabilidades e na divulgação delas”. Considerava que, para os portugueses, nem “o perigo, nem a vergonha” estaria “nas explicações, mas sim no mistério e nas conclusões a que ele” obrigava. As censuras deste periódico estendiam-se também ao comandante Augusto de Castilho, como ao contar uma historieta na qual o militar errara, ao entender mal um aceno de cabeça de Floriano, quanto a aquiescência ou não na sua forma de proceder, diante do que a folha concluía ironicamente que tal episódio provava que estavam os lusitanos com “sorte em negociações e arranjos fora de portas, não menos que no amanhã caseiro”<sup>224</sup>, demarcando sua visão negativa quanto à política governamental interna e externamente.

O comandante Castilho foi também alvo de ataques por meio da caricatura, sendo apontado com um dos responsáveis pelo incidente diplomático luso-brasileiro. Nesse contexto, a folha caricata *Pontos e Vírgulas* publicou um incisivo desenho em relação ao comandante das naus lusas que levaram os asilados brasileiros, deixando-os fugir no Prata. Na caricatura, cujo cenário se dava à beira da praia, um personagem representando o povo buscava

---

<sup>224</sup> O PIMPÃO. Lisboa. 27 maio 1894. A. 19. N. 1.048. p. 1.; e 3 jun. 1894. A. 19. N. 1.050. p. 1.

impedir que o militar pisasse em terra firme, afirmando: “Não consinto que desembarque! Era a marinha a única coisa que eu tinha de bom, e você maculou-a torpemente!”. Segundo o jornal, o militar português fora negligente e conivente com os rebeldes brasileiros de modo que, mais uma vez, dava voz ao “povo luso” que exclamava para o comandante: “Arreda! Volte lá para o Saldanha e mais para os insurretos a quem protegeu! Não se dirá que onde Vasco da Gama desembarcou cheio de glória, pôs você pé em terra, cheio de opróbrio”<sup>225</sup>.

Apontando para as incompetências que atribuía às autoridades governamentais, o *Charivari* apresentava caricatura, na qual mostrava as amplas dificuldades que Portugal vinha enfrentando em sua política externa. Nela aparecia o cavaleiro, símbolo do país ibérico, sempre às voltas com uma galinha, que designava o governo luso em suas supostas falhas na política exterior, perante outros países com os quais vinha tendo dificuldades em termos de política internacional. Ali estavam o presidente da França, com a qual havia uma questão quanto à concessão de serviços férreos, o imperador da Alemanha, com a qual havia disputas territoriais na África e o presidente Floriano Peixoto que, dedo em riste, chutava os fundilhos e escorraçava Portugal. A figura “galinácea” era um misto de galinha preta e corvo, com toda a carga negativa representada por tais animais. Tal desenho era intitulado “A constante galinha” e contava uma historieta, na qual o “engalinhado” país encontrava “no seu caminho” a França que o agarrava “pelo gasganete” e o obrigava “a engolir o

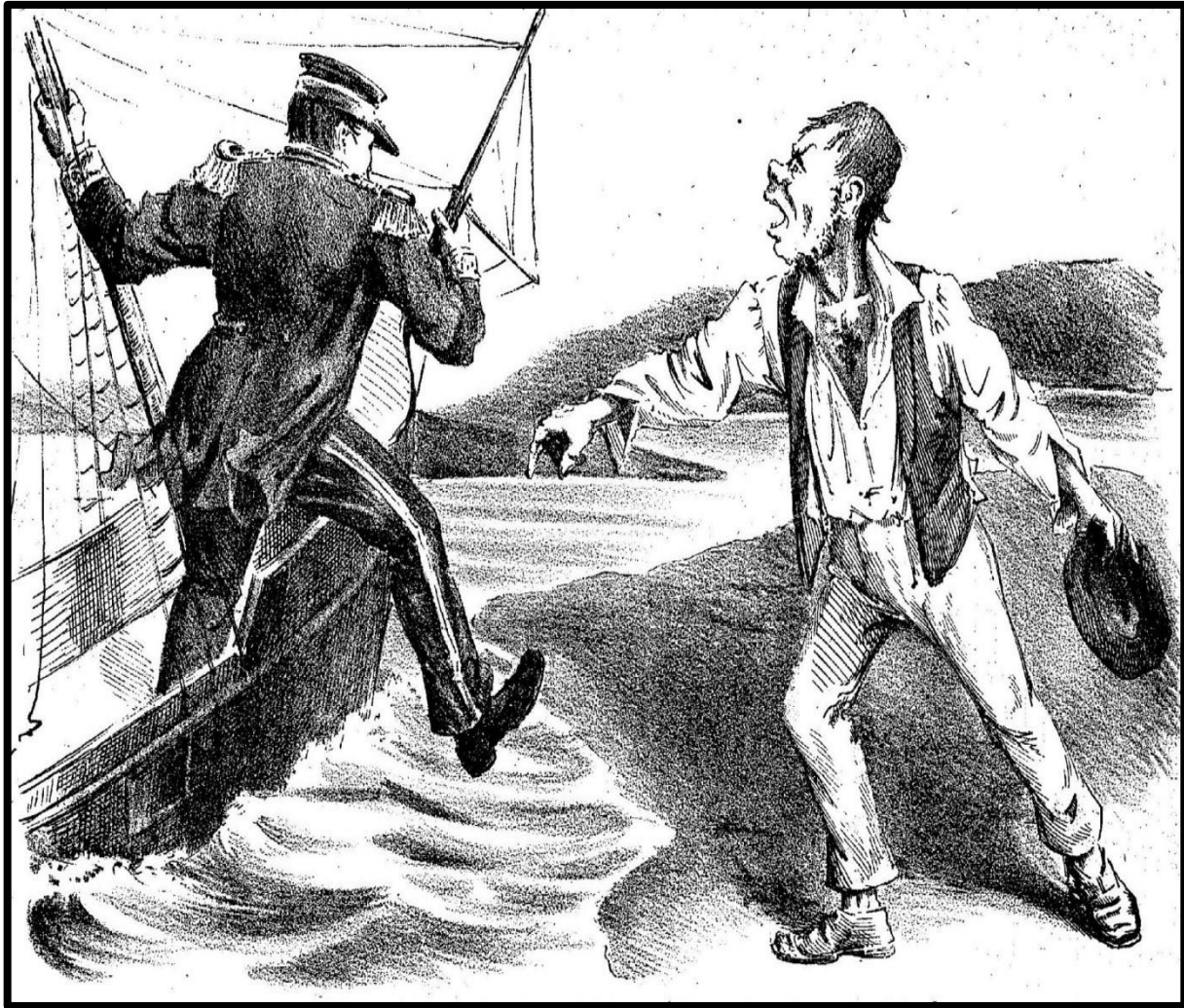
---

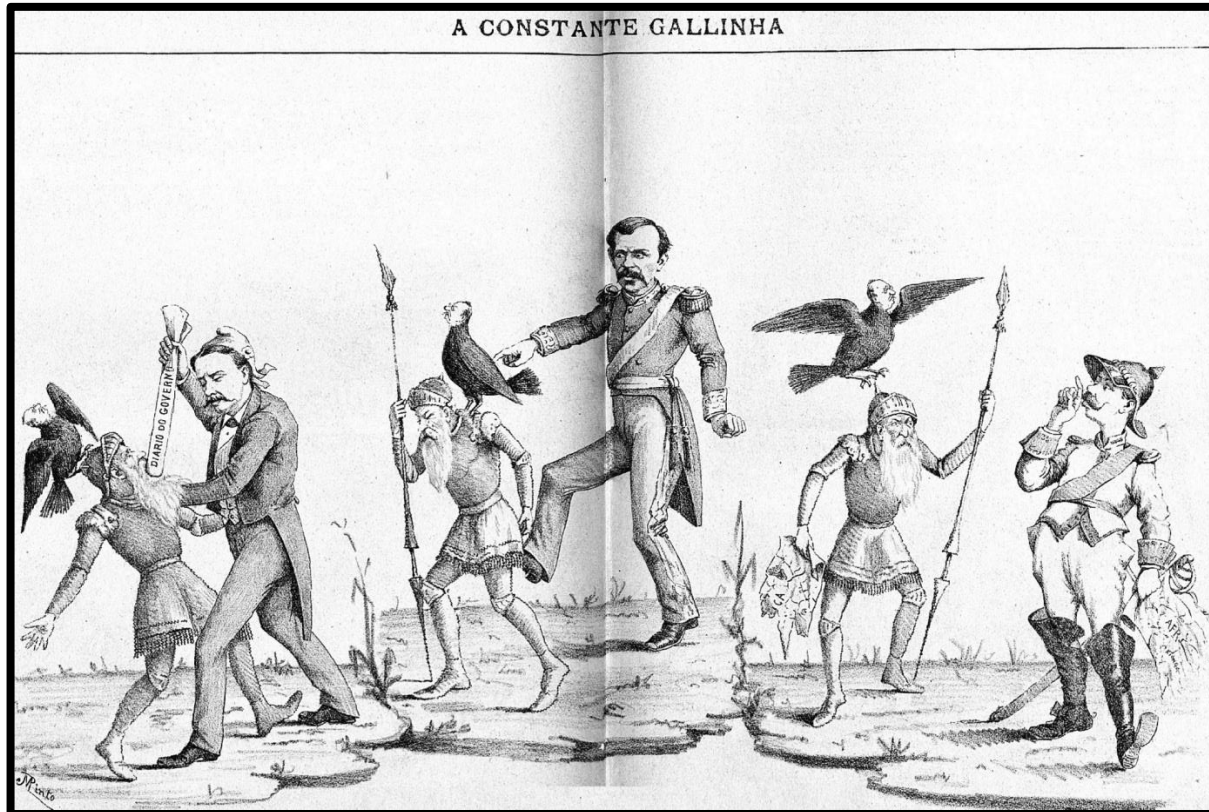
<sup>225</sup> PONTOS E VÍRGULAS. Porto, 27 maio 1894. A. 1. N. 33. p. 8.

decreto da organização da Companhia dos Caminhos de Ferro". Era ouvido "um cacarejar... é a galinha". O Brasil a ameaçava "de a correr e de pô-la no andar da rua". E ouvia-se outro "cacarejar... é ainda a galinha". A Alemanha questionava "com o país uns *terrenozitos* que ele tinha na África, para semear os seus *nabais* e o seu *cebolo*." E era ouvido um outro "cacarejar... É sempre a infernal galinha!<sup>226</sup>.

---

<sup>226</sup> CHARIVARI. Porto, 22 set. 1894. A. 9. N. 27. p. 4-5.





O olhar mordaz da imprensa portuguesa voltada ao humor destinou-se também a promover uma certa crítica interna ao próprio jornalismo e ao espírito de exortação pública, ao alarmismo e ao partidarismo adotado por várias publicações. De acordo com tal perspectiva, *O Pimpão* fazia graça com as



informações/opiniões expressas por outros periódicos, dizendo que parecia “demonstrado, com indignação das oposições políticas, que o mundo civilizado” dava razão a Portugal, “contra o Brasil”, e que não lançava “à conta do governo, nem do país, as manobras dos amigos do império”, de modo “que a hostilidade contra os portugueses” fora “tomada pelos outros europeus como hostilidade para com todos” e que não havia “perigo para os residentes lusos em terras do Brasil, protegidos pela poderosa Inglaterra” e, finalmente, que aquele país teria “muito a perder no seu rompimento”. Era uma clara alusão da folha satírica à posição das publicações governistas, sobre a qual ela não deixava de realizar sua apreciação crítica, considerando que “todas estas ponderações deveriam ser um estímulo para os brios nacionais, no sentido de responder ao Brasil” libertando os lusitanos “da velha mandria, de lucros certos e rápidos”, entretanto, “tudo, pelo contrário”, fizera “alvorecer uma nova esperança dos ‘patriotas fim de século’”, não havendo mudanças, nem “vida nova”<sup>227</sup>.

As críticas à própria ação da imprensa, considerada excessivamente alarmista perante a questão com o Brasil, vindo a despertar o terror em meio à população foi realizada também por *A Chacota* que, no texto “As coisas *di lá*”, com humor, fazia algumas considerações sobre a sociedade lusitana e o comportamento de seus jornais:

Havemos de concordar que temos um feitio especial para o terror e para as iras. Como isto pode casar-se com o outro feitio não menos especial que nos distingue, qual é o de respirarmos indiferença por todos os poros justamente nos

---

<sup>227</sup> O PIMPÃO. Lisboa, 24 maio 1894. A. 19. N. 1.047. p. 1.

momentos supremos – a que os políticos chamam *a brandura dos nossos costumes* – como nós podemos reunir ao mesmo tempo duas qualidades tão contrárias, não o sabemos nós, nem o profundaremos. Há coisas em que não merece a pena bulir. Tratemos agora apenas de concordar que somos extraordinários na fúria, e que, nesse excesso em que não se conhecem competidores, sabemos guindar-nos às culminâncias do ridículo.

Isto basta para que regulemos o critério acerca da última questão política. O Brasil ameaça-nos de guerra ou de morte. Não indagamos bem, mas é pelo menos assim que se expressam as folhas cá da terra, em espalhafatos de fazer sair fora de si o santo mais taciturno. Lá porque o governo português mandou uma tábua de salvação a meia dúzia de insurretos, e lá porque a páginas tantas arribou um barco luso ao Rio de Janeiro, já nos gritam as gentes liberais brasileiras, dando um piparote na orla do barrete frígio, à laia de fadistas dispostos a riscar com o pagode, e já nos mostram a naifa com que entenderam cortar as negociações políticas. Francamente quem não manga conosco, é porque não quer divertir-se um pouco.

Se formos a ajuizar pelo que nos esganiçam as folhas de quase todas as cores partidárias, a coisa está séria. O governo andou mal e nós temos que sofrer as consequências da sua leviandade. Se formos a fazer obra pelo que dizem as folhas restantes, a coisa não tem importância nenhuma. O governo procedeu com toda a correção e no apuro das responsabilidades de certo não será ele que se há de ver em calças pardas.

De maneira que o nosso povo que vai sempre pelas impressões piores, na tal tendência a que aqui nos referimos de terrorista *non plus ultra*, põe as mãos na cabeça sem saber como há de descalçar a bota, impugnando o governo, gritando contra os oficiais que governaram as embarcações, acreditando, enfim, que estamos em vésperas de uma revolução tremenda. Nós, porém, que somos de outra têmpera ficamos no meio das duas opiniões. No meio é que está a virtude. Longe de vermos os *capoeiras* a pular diante de nós, e a democracia do povo *irmão* a engatilhar armas contra a nossa provadíssima inocência; longe de descrermos em absoluto da *boa vontade dos repúblicos di lá*, nós temos cá dentro a consciência a dizer-nos que o caso não é tanto para sustos nem tanto para quietações como o fazem supor os órgãos da imprensa.<sup>228</sup>

---

<sup>228</sup> A CHACOTA. Lisboa, 20 maio 1894. A. 3. N. 101. p. 1.

O desejo pelo reatamento diplomático também ficaria manifesto em tais publicações portuguesas, naquele já tradicional jogo de estratégias discursivas pelas quais havia uma mescla entre o sério e o jocoso. Nessa linha, *O Antônio Maria*, como praticamente só a caricatura poderia fazer, se antecipava ao tempo e, ainda em 1894, anunciava o fim próximo da ruptura e, inclusive, apresentava o novo enviado diplomático luso no Brasil, chegando até mesmo a entrevistá-lo. O hebdomadário editava uma caricatura na qual, jocosamente, adiantava quem viria a ser o futuro ministro de Portugal no Brasil, afirmando que “Tomás Ribeiro, achando o cavaleiro de pau um meio de transporte impróprio para um diplomata”, resolvera “montar o Pégaso, e assim galgar à distância” que separava “a torre de Belém do bem conhecido Pão de Açúcar”. No citado mítico cavalo alado, o intelectual lusitano era representado num misto de homem moderno e clássico, trajando vestes contemporâneas e da antiguidade, portando a coroa de louros e tocando a lira, em alusão aos seus pendores artísticos e literários<sup>229</sup>.

---

<sup>229</sup> O ANTONIO MARIA. Lisboa, 18 out. 1894. A. 10. N. 405. p. 1.



Esse mesmo hebdomadário dava continuidade à historieta sobre uma imaginária viagem do representante diplomático luso ao Brasil, explicando que era “incalculável o número de pessoas” que naquele “momento solene” se entregava “às mais complicadas cogitações”, para ver se adivinhavam “os motivos porque ainda” não teriam sido “restabelecidas as relações” entre ambos os países, de modo que ninguém o sabia, nem a Europa, nem “o próprio governo”, pois os governos teriam “por norma nada saberem” do que se passava. Mas a folha esclarecia humoradamente dizendo que o reatamento não se realizara tendo em vista que “o marechal Floriano Peixoto, querendo dar um público e solene testemunho do alto apreço e consideração” em que tinha “o ilustre poeta Tomás Ribeiro”, desejava “que a audiência de recepção do maviOSO enviado de Portugal” estivesse “por todos os modos à altura” de sua própria obra<sup>230</sup>.

Daí em diante, *O Antônio Maria* passava a descrever como seria o ensaio da “famosa audiência” e, em síntese, o diálogo entre o presidente e o diplomata se resumiria ao primeiro fazendo perguntas sobre várias questões pertinentes à vida lusa e europeia, ao passo que o segundo apresentava respostas evasivas, na forma de versos, buscando demonstrar uma certa incapacidade do enviado luso, ou ainda a perspectiva portuguesa de evitar assuntos mais polêmicos, daí os subterfúgios rimados atribuídos ao poeta/diplomata. Para arrematar o texto que era ilustrado por desenhos, mantendo o tom irônico e chistoso, o semanário completava a historieta, dizendo que “o marechal Floriano, para melhor provar a sua simpatia pelo notável poeta e pelo país que lhe foi berço”, encarregara “o

---

<sup>230</sup> O ANTONIO MARIA. Lisboa, 18 out. 1894. A. 10. N. 405. p. 2-3.

ministro do Brasil na Grécia de subir expressamente ao monte Parnaso, e de convidar as musas para assistirem àquela festa”, entretanto, “as nove deusas, em consequência de seu estado de decrepitude, não puderam aceitar o convite”. Segundo a folha caricata, os médicos das musas, “Homero e Virgílio, declararam ao ilustre diplomata brasileiro, que não se responsabilizavam pelas consequências de uma longa viagem por mar”. Mantendo o tom de matéria jornalística séria, embora de fundo jocoso, o semanário anunciava que, “de outros pormenores” que tivesse conhecimento, daria “desenvolvida notícia aos leitores”<sup>231</sup>.

---

<sup>231</sup> O ANTONIO MARIA. Lisboa, 18 out. 1894. A. 10. N. 405. p. 2-3.

18 DE OUTUBRO DE 1894 O ANTONIO MARIA

## Variações

O sr. Thomas Ribeiro tem tido varias conferencias com o sr. ministro dos negocios estrangeiros. Conta que muito breve serão restabelecidas as relações com o Brasil.

(Noticia indigena)

É incalculavel o numero de pessoas que n'este momento solenne se entrega... As mais complicadas cogitações, para ver se adivinham os motivos porque ainda não foram restabelecidas as nossas relações com o Brasil.

Ninguém o sabe! Não o sabe a Europa; não o sabe o proprio governo, pois os governos tem por norma nada saberem do que se passa...

Mas sabemos-o nós! E vão saber-o todos os leitores do *Antonio Maria*,—pela modesta quantia de 80 réis. Por este numero de excepcional importancia diplomatica, nem sequer pedimos mais dez réis. A nossa generosidade—quando ella está para ahí voltada—não tem limites!

Ainda não foram restabelecidas as nossas relações com o Brasil, porque a. ex.º o marechal Floriano Peixoto, querendo dar um publico e solenne testemunho do alto apego e consideração em que tem o illustre poeta sr. Thomas Ribeiro, deseja que a audiência de recepção do mavioso enviado de Portugal, esteja por todos os modos á altura do *D. Jayme*.

O actual presidente e o futuro ministro estudam com todo o alicoo os seus papeis. Quando o marechal disser de lá:—já sei!...—e o poeta responder de cá:—Tambem sei!...—então o poeta cavalgará o Pégaso (vide l.º pagina) que o governo mandou alugar á cocheira do Parnaso—á ala para o Brasil!...

Ha quem diga que o theatro de D. Maria ainda não abriu por causa das obras a que se está procedendo em todo o edificio. Disfarea! Mentira!... O theatro ainda não a brio—porque o sr. Thomas Ribeiro ainda ali não terminou os seus ensaios. Esta é que é a verdade.

\* \* \*

Ansiosos de conhecermos algumas scenas capitais da famosa audiencia, tivemos arcos para illustrarmos a vigilancia dos guardas, e assistimos a um canal d'ó sa que será tão fallada cerimonia.

Chegámos mesmo ao principio. A scena representava a entrada do palacio em que habita o marechal Floriano. Cedemos agora a palavra ao ensalador:

..... numerosa cavalgada  
apoi-se ao portão;  
limpa-se da poeira, sobe a escada,  
entra pelo salão. (*mutação á vista*)

.....  
É um vasto salão; cupula altiva;  
espaldares de sola almofadados;  
tres janellas inundam de luz viva  
negros, nobres bafetes torreados;  
serpentina de prata em cada mesa;  
A sobre brasileira gentilisa.

Apenas introduzido n'este salão onle vai ter lugar a audiencia, o poeta do *D. Jayme* exclama:


—O senhor Floriano Peixoto?—  
—Eu sou—the diz o ancão;  
levanta-se e corteja.—

Feito connhecimento, conforme as praxes do cerimonial usado em circunstancias d'estas, o marechal Floriano affim de mostrar os seus desejos e sympathia para com o nosso pais, exclama:

—Eu nunca vi Lisboa e tenho pena;  
mãe de sabios, de heroes, crime e virtude;  
golfinho de riso e dôr, que ora serena,  
ora referte e escuma em sanha rade!—

O sr. Thomas Ribeiro logo responde:

—De Lisboa os monumentos  
quem vos podera pintar!  
as igrejas, os conventos,  
o Tejo, as torres, o mar  
bordado de naus aos centos  
de mil diversas bandeiras!  
(o poeta transportado e commovido)




•Meu Portugal, meu herço d'innocente;  
lha estrada que andei debil infante;  
variado jardim do adolecente,  
meu laranjal em flor sempre adorante,  
minha tarde de amor, meu dia ardente!  
.....  
•Jardim da Europa á beira-mar plantado!.....  
.....

FLORIANO, desejando saber noticias do movimento republicano na peninsula.

—Que novas nos dais da Hespanha?


O POETA, fugiado á armadilha.

—Oh que soberbas mulheres!  
valem milhões as malditas!  
morenas, olhos de lume,  
seios de fogo, amor profundo...  
Aí é um gosto ver o gesto  
com que bailam as *Chiquitas*  
o fandango mais perfeito  
que Deus deixou n'este mundo!



18 DE OUTUBRO DE 1894 O ANTONIO MARIA

FLORIANO, querendo informar-se dos grandes problemas europeos.



—E a questão social?...

O POETA, tremulo de indignação.

—O jantar social é uma orgia;  
cada logar, um leito de impureza;  
cada riso, um baldão!...  
onde faz de bacchante uma Diquesma;  
onde faz de comparsa a mediania;  
E um Rei faz de histrião!

(Floriano escuta espavorido.)

«Preside á mesa o sordido egolamo,  
cortejando as paixões dos seus convivas  
na torpe bacchazal,  
onde transborda em gotas corrosivas  
o veneno lethal do mundanismo,  
das taças de crystal.»

FLORIANO, mudando de conversa.

—E que novas me dais do nosso Vieira da Silva?...

O POETA, eravando os olhos no tecto

—As flores d'alma que se alteiam bellas,  
puras, singellas, orvalhadas, vivas,  
tem mais aromas, e são mais formosas,  
que as pobres rosas, n'um jardim captivaa!

FLORIANO

—E de Saldanha da Gama, tendes ouvido fallar?...

O POETA


—A hera, filha do muro,  
foi-se encostando, e cresceu;  
a cada cantinho escuro  
uma raiz se prendeu!  
.....  
nem já rajadas do vento  
lhe podem causar temor!

FLORIANO

—E que mais tendes para me dizer? ...

O POETA

—A vida é o mar; luzes fosforicas  
á tona d'agua; mil bandieiras  
ao norte e ao sul; d'auras ligeiras  
do mar á flor, bando sutil.  
Debaixo, occultos, monstros horridos;  
odios mortaes, sangrentas guerras;  
abaixo mais, rochas e serras;  
e em todo o fundo, o lodo vill!...



FLORIANO, paternalmente

—Vamos, poeta, mais tarde  
virão tormentos e dôr:  
limpa da frente o suor  
d'essa agonia, e caminha! (mudando de tom)

.....

Senhor Ministro, obrigado!...  
Se o meu coração dissesse  
a dita que agora sente  
pelo bem que me fazes,  
de vos seria contentel!

O poeta dirige-se para junto d'um piano. FLORIANO baixo aos seus ministros.

—Que bella farda bordada!  
que lindo chapéu listrado!  
que meigo riso de fada  
d'entre o bigode doirado!

O POETA ao piano

—Que idade florida e bella  
a dos vinte annos!... Não é?!

.....

Que é dos olhos com que eu via  
em cada cerro um jardim?  
em cada gruta encantada  
linda moura namorada  
com thesoiros para mim?  
.....

Que idade florida e bella  
a dos vinte annos?—Não é?

(Cae o panno)

.....

E aqui tem os leitores do Antonio Maria,—segundo todas as probabilidades e conforme se pôde concluir d'uma rapida leitura do D. Jayme—o que será a audiencia para a recepção do futuro ministro de Portugal no Rio de Janeiro.

O marechal Floriano, para melhor provar a sua sympathia pelo notavel poeta e pelo paiz que lhe foi beryo, encarregou o ministro do Brazil na Grecia de subir expressamente ao monte Parnaso, e de convidar as Musas para assistirem áquella festa.

As nove deusas, em consequencia do seu estado de decrepitude, não puderam aceitar o convite. Homero e Virgilio, sem meditos assistentes, declararam ao illustre diplomata brasileiro, que se não responsabilizavam pelas consequencias d'uma longa viagem por mar.

De outros promeneiros de que formos tendo conhecimento, daremos desenvolvida noticia aos nossos leitores.

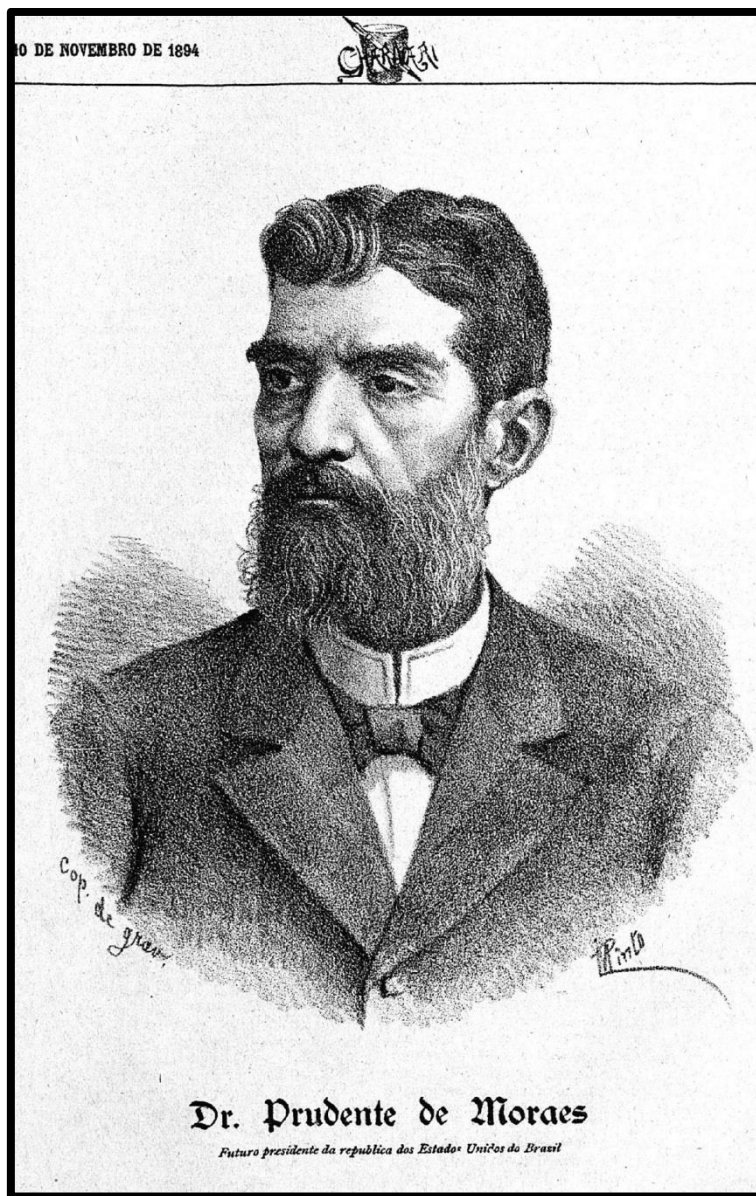


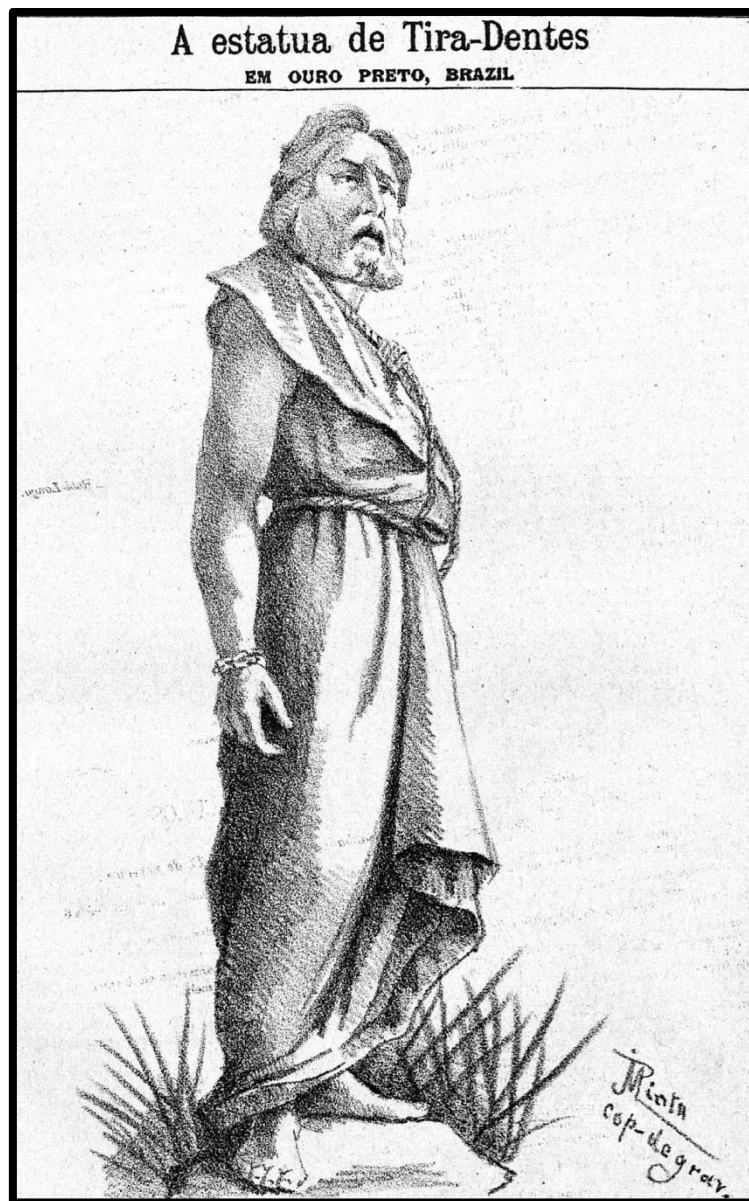
O também caricato *Charivari*, bem ao contrário do que se poderia esperar de um representante da pequena imprensa, manteria sua circunspeção e um quase silêncio que já adotara em 1893, de modo que suas referências à revolta no Brasil foram escassas e, por ocasião da ruptura diplomática brasileiro-lusitana, tal postura em pouco foi alterada, restringindo-se àquele comentário de 19 de maio, sem maior teor crítico para, posteriormente, retomar o silêncio discursivo. Além da guerra, o próprio desentendimento diplomático constituiu um fator inibidor ao humor nas páginas de tal semanário. Ao longo de 1894, ocorreriam ainda três referências ao Brasil, uma tinha um caráter informativo-publicitário, anunciando um “Álbum de vistas da Revolução no Brasil”, mostrando uma cena de batalha; a outra apresentava o retrato de Prudente de Moraes e a terceira, a gravura de uma estátua de Tiradentes, de modo que, com estas últimas, o jornal demonstrava a esperança no breve reatamento, mostrando o futuro primeiro presidente civil brasileiro, que representava o final do governo de Floriano, com o qual se dera a ruptura e um dos “mitos republicanos” que os governantes da jovem República estavam unguindo como novo herói nacional<sup>232</sup>.

---

<sup>232</sup> CHARIVARI. Porto, 20 de outubro de 1894. Ano 9. N. 31. p. 6.; e 10 de novembro de 1894. Ano 9. N. 34. p. 1 e 8.







Nesse quadro, a imprensa caricata e satírico-humorística também refletiu através de seus textos e desenhos sobre alguns dos fragmentos referentes à ruptura das relações luso-brasileiras. Comedidos, desde o início da guerra civil no Brasil, os caricatos igualmente amenizaram sua tonalidade crítica por ocasião do conflito diplomático, ao passo que os satírico-humorísticos ainda se permitiram manifestações um pouco mais expansivas. Mesmo assim, permanecia uma certa prudência na conduta dessas folhas voltadas ao humor, tanto que seu olhar crítico ficaria praticamente restrito à realidade portuguesa, atingindo o próprio periodismo e, mormente as autoridades governamentais. Já o Brasil e seus protagonistas no campo governativo foram quase sempre poupados, revelando que ainda pairava muito receio no ar, de modo que, mais uma vez, ficava revelado que até para a abordagem calcada no humor havia limites.

### A imprensa operária

Os periódicos lusitanos voltados à defesa das causas operárias não deixariam de também fazer algumas referências aos embaraços diplomáticos que redundaram no rompimento de relações entre Brasil e Portugal. A abordagem do tema mantinha-se a contento com as peculiaridades da imprensa operária, não sendo analisada a ruptura em suas minudências e de maneira descritiva e sim, contextualizada em um âmbito mais largo, envolvendo as conjunturas nacional e internacional, bem como o foco da atenção daquelas

publicações voltado ao papel dos trabalhadores na sociedade. Mais uma vez ficava demarcada a perspectiva de uma consciência de classe nos enfoques sobre a querela diplomática, não deixando as folhas de se utilizarem daquela discussão específica para abordar assuntos intrínsecos à vida do operariado como o espírito de associação e as estratégias de manifestação e defesa de seus interesses.

Uma das grandes preocupações da imprensa operária se referia à crise geral que cercava a sociedade portuguesa, com indeléveis reflexos na vida dos trabalhadores, e, de acordo com tais publicações, a ruptura brasileiro-portuguesa iria agravar ainda mais tal circunstância. Nesse sentido, *A Federação* dizia que havia “muito que o país não” se encontrava “numa situação tão grave”, em que necessitasse de “tanta decisão e em que todos” se viam “tão falsamente colocados”. Segundo a análise do periódico, “o romantismo do governo pessoal, suposto meio de salvar o Estado”, achava-se “colhido entre a *agonia* do constitucionalismo e a bancarrota das finanças nacionais”, avançando “com gestos herói-cômicos, como uma criança atrevida, nas fantasiosas guerras escolares”, nas quais “erguia majestosa a espada de folha de flandres” e expunha “o peito defendido pela couraça de papelão pintado”<sup>233</sup>.

O mesmo jornal, mais especificamente acerca dos desentendimentos com o Brasil, destacava que era “fácil aos partidos opostos castigar a falácia” dos que proclamavam “a guerra no momento em que os mais sagrados deveres” reclamavam “concordia, e quando o povo aflito e esfaimado” estendia “as mãos

---

<sup>233</sup> A FEDERAÇÃO. Lisboa, 13 maio 1894. A. 1. N. 19. p. 1.

suplicantes a quantos” se propunham “a salvá-lo”. De acordo com a folha, tais partidos estavam “faltos de autoridade” e moviam-se “a medo, receosos de si próprios”, porque eram “inimigos” e sabiam “que as paixões partidárias” predominavam sobre “os deveres cívicos”, somente “invocados como pretexto”. Ainda mais detidamente a respeito da ruptura diplomática, a publicação destinada ao “povo operário” declarava que “o Estado” encontrava-se “envolvido nas mais graves dificuldades políticas e financeiras, internas e externas”<sup>234</sup>.

O descrédito para com as instituições tradicionais era pleno, segundo as concepções das folhas operárias que não mais acreditavam em soluções nos moldes do *status quo* reinante. Ao referir-se às discussões parlamentares em torno da questão do rompimento diplomático, *O Partido Operário* afirmava que “a reunião do parlamento” era “o assunto de toda a cavaqueira nos centros onde” concorriam “políticos, ou onde pelo menos” se falava “um pouco das coisas mais ou menos propriamente chamadas políticas”. No que tange aos destinos do gabinete, sustentado pelas publicações governistas e atacado frontalmente pelas oposicionistas, o periódico operário destacava que “as opiniões” se dividiam, esperando “uns que o governo” caísse, ao passo que “outros, mais otimistas”, acreditavam “que o governo” venceria “todas as dificuldades”. Independente de tais discussões, o periódico operário considerava, “como de bom augúrio”, ao menos “a terminação da pendência com o Brasil”<sup>235</sup>.

---

<sup>234</sup> A FEDERAÇÃO. Lisboa, 13 maio 1894. A. 1. N. 19. p. 1.; e 20 maio 1894. A. 1. N. 20. p. 1.

<sup>235</sup> O PARTIDO OPERÁRIO. Lisboa, 30 set. 1894. A. 1. N. 4. p. 1.

Mantendo o enfoque voltado à conjuntura que envolvia o conflito luso-brasileiro e a crise dele proveniente, *A Federação* argumentava que o Estado pretendia se aproveitar daquela situação de colapso para empregar ainda mais força e promover o cerceamento da sociedade. De acordo com tal pensamento, afirmava que, diante da crise, o Estado “para sair dos embaraços” que o rodeavam, buscaria “recorrer a um ato de força”, que lhe permitisse “inteira liberdade de ação”. Como arauto dos trabalhadores, o jornal pregava que deveriam “as associações operárias estarem preparadas para todas as eventualidades, tendo em vista o resolvido” em seu “*congresso nacional*”, de modo a “continuarem firmemente a sua ação, sem ato algum” que pudesse “justificar a intervenção da força pública”<sup>236</sup>.

Para a mesma publicação, naquele momento, “o governo pagaria a peso de ouro um movimento revolucionário que pudesse esmagar sob as patas dos cavalos da guarda”, pois, “esse triunfo dar-lhe-ia pretexto para ficar inteiramente livre das peias da opinião pública”. Segundo *A Federação*, era isso que precisava ser evitado “a todo custo”, de modo que o operariado deveria ser extremamente cuidadoso, não dando ouvidos àquelas “cabeças ocas”, que faziam “a propaganda de cometimentos arrojados, em que apenas se veriam envolvidos os homens de boa fé”, já que “os vermelhos agitadores, teriam o cuidado de ficar em casa, logo que a situação se tornasse rubra”. O jornal explicava que todos sabiam que não seria “com medidas de caráter pacífico” que se haveria “de conquistar toda a justiça para o povo operário”, entretanto,

---

<sup>236</sup> A FEDERAÇÃO. Lisboa, 20 maio 1894. A. 1. N. 20. p. 1.



enquanto não estivesse “fortemente disciplinada pela *ideia* e pela *associação*, todas as empresas de grande fôlego” produziriam “simplesmente a perda das regalias obtidas”<sup>237</sup>.

Ainda de acordo com a concepção de *A Federação*, “para que a classe trabalhadora” pudesse se “impor de peito aberto”, faltava “ainda muito a fazer”, e evoluir, uma vez que, “mais poderosas, incomparavelmente mais fortes”, eram “as organizações do operariado na Alemanha, na Inglaterra, na Bélgica e em outros países, sem que ali ninguém” pensasse “em engajar uma luta decisiva”. Nesse sentido, considerava que pregar tal tipo de enfrentamento em Portugal, seria “mais do que um crime”, ou seja, seria “uma tolice” que despertava “o riso” e atrasava “a verdadeira revolução”. O jornal fazia inclusive referências às estratégias governamentais para atirar os trabalhadores e depois reprimi-los, denunciando que, “no fundo”, era isso que se pretendia, “atirando para o seio do povo com elementos dissolventes e provocadores, que obstando todos os dias a uma concentração vigorosa do operariado”, pretendiam que ele se abalançasse “a empresas para que nenhuma nação” tinha “ainda força de executar”<sup>238</sup>.

O “órgão das associações federadas” exigia que deixassem “em paz o povo operário”, de maneira que ele pudesse seguir “pacífica e nobremente a sua obra, toda de justiça e equidade” e fruir “todas as regalias” a que tinha direito. Na sua opinião, a partir disso, “as espingardas da municipal” ficariam “às moscas, mas o *coração* desta sociedade bastarda” sentiria “picadas atroztes, em represália aos

---

<sup>237</sup> A FEDERAÇÃO. Lisboa, 20 maio 1894. A. 1. N. 20. p. 1.

<sup>238</sup> A FEDERAÇÃO. Lisboa, 20 maio 1894. A. 1. N. 20. p. 1.

seus ataques, às suas prepotências e à sua tirania". *A Federação* pregava que "a classe trabalhadora" tinha "de manter uma rigorosa *neutralidade armada*", dizendo que se servia "da frase tão repetida pelos estadistas", de forma que não houvesse espaço para "tibiezas, irresoluções e descanso", perante os adversários, não havendo, portanto, pretextos para que o Estado conseguisse perpetrar seus planos de fomentar a agitação para, com ela, promover a repressão<sup>239</sup>.

Segundo *A Federação*, o Estado vinha fazendo "ao operariado todo o mal possível", pois "as suas palavras doces" eram "impregnadas de veneno", ferindo "à traição" e perseguindo "sem piedade os mais dedicados apóstolos do povo trabalhador". A folha acusava que, "nas associações de classe e no Partido Socialista", os governantes vinham introduzindo "uma cáfila de agentes, que nenhum esforço" poupava "para destruir, aniquilar, por em debandada as hostes proletárias". Diante disso, o periódico operário avisava que o Estado não deveria se cansar mais e não cantasse "a vitória", naquele momento em que andava "pregando a revolução, para arranjar *matança gorda*". Como porta-voz de uma causa, o jornal garantia que "as associações operárias de classe e outras", não cairiam "na rede", pois, "o povo consciente" se negaria "a escutar os agentes provocadores", e não sairia "da ação legal", até então seguida, sabendo "também manter a sua organização e prosseguir na conquista dos seus direitos"<sup>240</sup>.

Tal publicação operária tinha consciência e reiterava que, a partir da questão com o Brasil e mesmo após o reatamento, as dificuldades

---

<sup>239</sup> A FEDERAÇÃO. Lisboa, 20 maio 1894. A. 1. N. 20. p. 1.

<sup>240</sup> A FEDERAÇÃO. Lisboa, 20 maio 1894. A. 1. N. 20. p. 1.

recrudesceriam e os operários teriam de redobrar seus cuidados para enfrentá-las, mantendo-se atentos para os enfrentamentos atinentes à luta de classes:

O atual rompimento com o Brasil, devido aos erros dos estadistas portugueses, vem agravar ainda mais a miséria do país.

Ninguém se iluda.

A *desinteressada* intervenção da Inglaterra restabelecerá, decerto, em breve, as *relações diplomáticas* entre o nosso país e a sua antiga colônia; mas as *relações comerciais* ficarão mais frouxas e precárias do que estavam; e a situação da colônia portuguesa no Brasil, continuará a sentir-se cada vez pior.

O movimento operário português trabalha já por atenuar esta situação, salvaguardando os *interesses operários*, mas não deve esquecer de preparar o terreno de ataque aos *interesses burgueses*, para *quando for preciso*.<sup>241</sup>

Existia entre as folhas operárias uma certeza de que, por maiores que fossem as discussões em torno do que acontecera nas relações entre Brasil e Portugal, não haveria modificações substanciais, e a sociedade lusa permaneceria intocável em suas estruturas. Referindo-se aos debates entabulados na imprensa, *O Partido Operário* destacava que ficava claro naquele caso, “como em todos os mais”, que cada um formulava “as suas opiniões consoante os desejos” que tinha, e conforme se inclinava “mais ou menos para uma ou outra das parcialidades” em que se dividia “dentro da monarquia a preponderância política”. A folha constatava que, “quanto ao país” como um todo, “na sua maior parte”, ninguém tinha “interesse para a abertura das

---

<sup>241</sup> A FEDERAÇÃO. Lisboa, 20 maio 1894. A. 1. N. 20. p. 1.

câmaras” e os temas ali discutidos, inclusive aquele referente ao conflito com o Brasil<sup>242</sup>.

Mantendo o tom de denúncia pelo desestímulo quanto à vida política nacional, este mesmo periódico salientava que “as eleições, viciosas na sua origem”, vinham desinteressando “o povo do regime parlamentar” e “as câmaras” mantinham-se “quase exclusivamente como campo de torneio para as querelas entre governantes e opositores, sendo a opinião geral que da sua reunião nada” adviria que pudesse influir “sensivelmente na marcha das coisas públicas”. A folha fazia referência à pressão que os opositores realizavam pela queda do ministério como única forma de obter o reatamento com o Brasil, e diante disso, declarava a desesperança de que, ficasse ou não “o governo, a situação geral não” melhoraria. Dessa maneira, *O Partido Operário* dizia que “o ato solene da abertura das cortes” era “recebido friamente, quase como uma coisa sem importância, provocando falácias apenas entre os loquazes da política”, que seriam “os únicos preocupados no caso, como se a vida nacional estivesse apartada desses velhos grupos” que conduziam “a seu sabor os negócios coletivos”<sup>243</sup>.

O descrédito da imprensa operária nas instituições nacionais era tanto que não acreditavam sequer que uma revolução de natureza burguesa pudesse dar certo. Nessa linha, referindo-se às manifestações contrárias ao governo, tendo em vista a querela com o Brasil, *A Federação* explicava que, “à frente” dos

---

<sup>242</sup> O PARTIDO OPERÁRIO. Lisboa, 30 set. 1894. A. 1. N. 4. p. 1.

<sup>243</sup> O PARTIDO OPERÁRIO. Lisboa, 30 set. 1894. A. 1. N. 4. p. 1.

que protestavam encontravam-se “dedicados servidores do rei”, podendo ser “o general que muitas vezes” passeara com “o louro infante nos braços”, tendo ele se tornado “chefe supremo da nação”; podendo estar também “o preceptor que, durante anos”, tivera “o monarca por discípulo”; e, sobretudo, estariam “muitos” que tinham “as ambições e a vida ligadas às instituições vigentes e que nunca” arriscariam “um passo onde a coroa” se pudesse “fazer em migalhas”. Assim, segundo tal concepção, não havia ainda espaço para uma ruptura com a forma de governo vigente<sup>244</sup>.

Nutrindo a pauta de discussões, esta publicação operária garantia que “o fervor da revolta” que agitava “as fileiras monárquico-oposicionistas” não era “menos posição que a impavidez governamental, e os combatentes” visavam, “apenas, a um efeito cênico”, que impressionasse “o paço”. Com certa ironia, o jornal destacava que, “como praxe”, naquele “país de tradições guerreiras, os monárquicos coligados em defesa das instituições que todos eles” vinham arrastando “pelas cavalaria da guarda, vão *protestar energicamente* num manifesto de papel barato, ricamente adornados das mais preciosas flores de retórica”. As críticas de *A Federação* também se dirigiam aos republicanos que, naquele cenário, formariam “ao fundo, vestidos de farricocos, para serem mostrados a tempo oportuno, por entre golpes de *tam-tam* e ao som do coro plangente da melopeia juvenil”, dizendo: “*Oh! papão...*”<sup>245</sup>.

---

<sup>244</sup> A FEDERAÇÃO. Lisboa, 13 maio 1894. A. 1. N. 19. p. 1.

<sup>245</sup> A FEDERAÇÃO. Lisboa, 13 maio 1894. A. 1. N. 19. p. 1.

A abordagem em tons tragicômicos do “órgão das associações federadas” permanecia construindo aquela cena, na qual ainda poderia surgir, “por último, os autos de fé da papelada, a avermelhar as noites de algumas populações sertanejas com o clarão do incêndio das repartições de fazenda”, quando “os sinos dessas vilas submissas, burgos inconscientes dos lavradores ricos”, tocavam “descuidados a rebate”, numa referência a que tal pseudo-revolução se espalhasse pelo país. Na concepção da folha, tal movimento só serviria para fortalecer o poder monárquico, pois enquanto fossem transmitidas “notícias téticas”, haveria a reunião em torno do poder real, surgindo “o talismã muitas vezes experimentado, como infalível – a *monarquia*, quer dizer, a teta da nação”. Diante disso, *A Federação* considerava que, perante o “perigo, a composição” seria “certa”, havendo “lágrimas, protestos de fidelidade, provas de abnegação, manifestações de patriotismo e, sobretudo, muito amor pela casa augusta de Bragança”<sup>246</sup>.

Frente à crise, o jornal até admitia que seria possível que houvesse “mutação na cena”, ou seja, “que os regeneradores” descessem “e os progressistas” subissem, “mas provavelmente” viria “um governo de concentração, extrapartidário, a contento de todos os partidos, interregno para novas intrigas das facções políticas”, que se acoitavam “nas antecâmaras da morada dos reis”, ou que se espraiavam “pelas repartições públicas, pilhando empregos, devorando concessões, acabando com o resto da riqueza nacional”. Nesse contexto, as críticas de *A Federação* mais uma vez destinavam-se ao

---

<sup>246</sup> A FEDERAÇÃO. Lisboa, 13 maio 1894. A. 1. N. 19. p. 1.

republicanismo que, segundo ela, andava, “como sempre, desastradamente”, tendo até “boa fé e as melhores intenções”, mas não tiraria “de tudo isso outro proveito que o diminuir de volume o mar de esperanças, oceano imenso, onde o povo” navegara “à sua voz e de onde ia fugindo, triste, horrorizado, de tanto lodo e cachopo que o fundo” apresentava “a descoberto”. As censuras tinham também por alvo os socialistas, considerados como “hostes dispersas pelas metralhas da insânia”, que formariam “quadrado esperando a investida de todos”, defendendo-se “e nada mais” e permanecendo sós”<sup>247</sup>.

Nesse sentido, em linhas gerais, as publicações operárias observavam a imutabilidade da sociedade, restando sempre o pior tratamento para os trabalhadores, como definia *A Federação*, ao dizer que, nas disputas dos partidos, se “a oposição fosse vencida”, haveria “agressão certa” e, se “ficasse vitoriosa, a agressão lenta” continuaria, “sem interrupção”. Pregando uma revolução mais profunda de acordo com seus interesses de classe, tal folha declarava que “todos, monárquicos, republicanos e socialistas” se encontravam “mal colocados, porque o povo inconsciente” não tomava “uma resolução decidida, fazendo pender a vitória” para um dos lados, de maneira que assim continuaria, “por muito tempo, este estado dúbio”, que anulava “os esforços da gente honesta” e favorecia “os pescadores das águas turvas”<sup>248</sup>. Na mesma linha, *O Partido Operário* dizia que andava “com a maior parte da opinião”, não esperando “nada de útil desse parlamento, formado de políticos e para os

---

<sup>247</sup> A FEDERAÇÃO. Lisboa, 13 maio 1894. A. 1. N. 19. p. 1.

<sup>248</sup> A FEDERAÇÃO. Lisboa, 13 maio 1894. A. 1. N. 19. p. 1.

políticos”. E, quanto a queda ou não do governo por causa da questão brasileira, este jornal destacava que talvez fosse até bom que não caísse, pois poderia “vir pelo caminho outro pior” do que aquele que estava no poder, afinal, diante da “caduquice dos partidos burgueses” não seria possível “ressalvar esperanças que logo” se transformariam “em decepções”<sup>249</sup>.

Dessa maneira, desesperança e descrédito eram as palavras de ordem expressas nas construções discursivas das publicações operárias portuguesas, que acabariam por adotar uma postura à parte diante das discussões em torno da querela diplomática Brasil – Portugal. Mesmo assim, tal temática serviria como pano de fundo ou ainda como pretexto para que a imprensa vinculada aos trabalhadores discutissem outros assuntos mais afeitos aos seus interesses e ao despertar de uma consciência coletiva. Na opinião de tais folhas, não interessava qual o grupo político que estivesse à frente do Estado, uma vez que para o operariado não haveria melhorias e os riscos de repressão continuariam constantes. Mas, diante do rompimento das relações luso-brasileiras restava ao menos uma certeza para esses jornais, a de que a crise se avolumaria e, por conseguinte, as dificuldades e incertezas dos segmentos sociais que representavam se redobriariam proporcionalmente.

\*\*\*\*\*

---

<sup>249</sup> O PARTIDO OPERÁRIO. Lisboa, 30 set. 1894. A. 1. N. 4. p. 1.



Partindo de 1889, os episódios de 1894 teriam o significado de um verdadeiro epílogo daquele devir histórico de constante desgaste ocorrido nas relações luso-brasileiras e os jornais trariam em suas páginas os reflexos de tal processo. O pensamento proeminente junto à imprensa portuguesa por ocasião da ruptura diplomática entre Brasil e Portugal foi o de caracterizar tal acontecimento como um evento deplorável que não deveria ter jamais ocorrido, ainda mais, de acordo com tal jornalismo, por tratar-se de duas nações unidas por laços fraternos históricos, linguísticos e tradicionais. Mesmo que houvesse essa abordagem generalizada, as interpretações acerca do tema apresentariam matizes diferenciados e, em linhas gerais, houve um intento de buscar apurar responsabilidades diante dos elementos constitutivos que levaram ao desentendimento<sup>250</sup>.

Nesse contexto, as folhas noticiosas e moderadas afincaram-se com ainda mais esmero em suas posturas de busca da manutenção da imparcialidade informativa. Outra parte do periodismo acusou as autoridades públicas brasileiras como causadoras do incidente diplomático. Um outro segmento da imprensa permaneceu ardorosamente ao lado do governo luso, eximindo-o de qualquer culpa. Formando uma oposição de cunho monárquico, outros periódicos atacaram frontalmente os governantes portugueses, culpando-os de modo peremptório pelas desavenças<sup>251</sup>. Com veemência, o jornalismo republicano lançou as responsabilidades pelo rompimento não só

---

<sup>250</sup> ALVES, 2012. p. 290-291.

<sup>251</sup> ALVES, 2012. p. 291.

em direção aos homens públicos lusitanos que estavam no poder como também à forma de governo vigente. Os caricatos e satírico-humorísticos intentaram manter suas perspectivas crítico-jocosas, mas, refreados pela delicadeza da situação, acabariam por imprimir certas restrições a tal espírito, atingindo mais diretamente os governantes portugueses. E a imprensa operária observou com desânimo aquela situação, pressentindo que as estruturas nacionais permaneceriam intactas, mas a crise poderia agravar as condições de vida dos trabalhadores. Assim, o processo histórico de 1894 constituiria a culminância dos tempos de ruptura entre Brasil e Portugal.

A REAPROXIMAÇÃO LUSO-  
BRASILEIRA E A IMPRENSA  
ILUSTRADA E HUMORÍSTICA  
CARIOCA

Após mais de dez meses de relações diplomáticas cortadas, em março de 1895, elas foram reatadas, momento em que passou a se encetar um processo de tímida reaproximação luso-brasileira<sup>252</sup>. A ruptura das relações prendeu-se muito às questões diplomáticas, sem maiores interferências no contexto econômico. Ao longo de tal suspensão, foram os interesses brasileiros protegidos em Portugal pelo ministro dos Estados Unidos e os portugueses, no Brasil, pela Legação Britânica. Passado o momento de maior embate, as negociações para o reatamento dos laços diplomáticos foram mediadas pela Inglaterra que apresentou as justificativas do governo português no intento do restabelecimento das relações. Em seus argumentos, os lusitanos afirmavam que teriam visto com pesar que à concessão do asilo que naus lusas deram à rebeldes brasileiros não tivera por correspondência a lealdade dos asilados, bem como, diante de atos que submetera aos tribunais judiciais, acabara por estabelecer-se uma situação internacional que não poderia constituir precedente. A diplomacia portuguesa defendia que o asilo fora um ato de humanidade e não meio de favorecer hostilidades, assim como justificava que Portugal só fizera cessar a detenção dos asilados que desembarcaram em território português quando esteve convencida de que não abusariam da

---

<sup>252</sup> GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro. Ressonâncias em Portugal da República no Brasil (1889-1895). In: HOMEM, Amadeu Carvalho et al (coord.). *Progresso e religião: a república no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. p. 127.

liberdade para continuar a luta contra o governo brasileiro, considerando-se assim relevado da responsabilidade que voluntariamente assumira<sup>253</sup>.

Perante as diversas negociações diplomáticas, o governo brasileiro concordou com o reatamento das relações com Portugal, declarando que aceitava com prazer a declaração feita pelo governo português e considerava satisfatoriamente terminado o incidente entre os dois países, de modo que como ato formal de sincera reconciliação, providenciava a nomeação do representante que devia continuar as relações diplomáticas entre as duas nações. Nesse sentido, o restabelecimento das relações foi realizado concretamente ao nomearem-se e assumirem os postos, os ministros plenipotenciários em cada país. Ficavam designados dois indivíduos ligados à política e à intelectualidade, para o Brasil, o português Tomás Antônio Ribeiro Ferreira e, para Portugal, o brasileiro Joaquim Francisco de Assis Brasil<sup>254</sup>.

Uma vez “restabelecidas as relações diplomáticas entre” os “dois países e, apesar das diferenças de regimes políticos e de algumas manifestações antiportuguesas de núcleos nativistas, ambos os governos” viriam a procurar “restaurar o clima de entendimento e confiança existente entre eles antes da ruptura de relações”. A escolha do ministro luso para servir no Brasil chegou a ser considerada como “uma atitude de particular deferência”, recaindo sobre

---

<sup>253</sup> ALVES, Francisco das Neves. As relações Brasil – Portugal no século XIX: dois momentos de ruptura. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Brasil 2000 – quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas*. Rio Grande: FURG, 2000. p. 42.

<sup>254</sup> ALVES, 2000. p. 42-43.

“uma personalidade de grande prestígio nos meios intelectuais e políticos de Portugal, o poeta Tomás Ribeiro Ferreira”, que fora “várias vezes ministro em governos regeneradores e era autor de vasta obra poética na qual se destacava o poema *D. Jaime*, muito popular em Portugal e no próprio Brasil”. Tal “representante diplomático português foi cordialmente recebido”, apesar de certas manifestações do nativismo jacobino. Já “o governo brasileiro acreditou junto ao governo português, também uma figura de elevado prestígio intelectual e político – Assis Brasil”, que “se tratava de um jornalista e escritor, que fora deputado e governador do Rio Grande do Sul, e que já exercera funções de ministro em Buenos Aires e na China”. Ele foi recebido “com excepcionais manifestações de apreço e simpatia”, sendo “homenageado com uma recita de gala no teatro D. Amélia, um banquete que teve lugar no Teatro S. Carlos, especialmente decorado pelo artista Rafael Bordalo Pinheiro”, caricaturista que dirigia o jornal *O Antônio Maria*, “e um espetáculo em sua honra no Coliseu”<sup>255</sup>.

O simbolismo da recepção aos ministros plenipotenciários bem representava a intenção da reaproximação entre ambos os países e a imprensa brasileira viria a refletir tal processo. Foi o caso dos periódicos cariocas e, dentre eles, aqueles voltados ao gênero ilustrado e humorístico. À época do reatamento diplomático luso-brasileiro circulavam no Rio de Janeiro dois de seus mais importantes representantes do jornalismo voltado à difusão da caricatura. Ambos foram iniciativa do prócer da arte caricatural brasileira, Ângelo Agostini,

---

<sup>255</sup> MAGALHÃES, José Calvet de. O século XX. In: ALVES, Dário Moreira de Castro. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)*. Brasília: Ed. da UnB, 2000. p. 255-257.

o qual se tornou um verdadeiro referencial nessa forma de expressão artística. A *Revista Ilustrada* circulou entre 1876 e 1898, ficando sem a presença de Agostini a partir da década de 1880, quando ele ausentou-se do Brasil, passando, em seu retorno, a publicar o *Dom Quixote*, editado entre 1895 e 1903. Caracterizados pelo primor gráfico para os padrões da época, pelas práticas crítico-opinativas e pela conciliação entre o conteúdo imagético e textual na profusão do enfoque humorístico, sem deixar de abordar temáticas também pela óptica joco-séria, tais semanários marcaram a vida jornalística brasileira<sup>256</sup>.

Em termos iconográficos, a *Revista Ilustrada* optou por estampar os retratos de Assis Brasil e de Tomás Ribeiro, apresentados como “os novos ministros de Portugal e do Brasil, nomeados após o ato do restabelecimento das relações diplomáticas”. Tal quadro de reaproximação era complementado com a presença de um buquê de flores e uma faixa com o nome dos dois países, como símbolos daquela confraternização binacional<sup>257</sup>. Entre as abordagens contidas em sua “Crônica”, colocada em posição de editorial, a revista hebdomadária se referiu ao reatamento luso-brasileiro, dando ênfase ao papel desempenhado pela Inglaterra nas negociações, assim como, de acordo com a postura

---

<sup>256</sup> Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 217-219.; LOBATO, Monteiro. A caricatura no Brasil. In: *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1955. p. 18.; TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. São Paulo: Documentário, 1976. p. 10-12.; MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Gala Edições, 2012. p. 196 e 208.; e COSTA, Carlos Roberto. *A revista no Brasil, o século XIX*. São Paulo: USP, 2007. p. 272.

<sup>257</sup> REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, mar. 1895. A. 20. N. 680. p. 8.

altamente governista do periódico, imputou toda a culpa pelo rompimento diplomático às autoridades portuguesas:

Desde sábado estão reatadas as relações entre o Brasil e Portugal, interrompidas pelo asilo dado em nossas águas territoriais aos revoltosos de 6 de setembro.

Mais uma vez a Inglaterra, a *pérfida Albion*, como lhe chamam em Lisboa, veio meter-se nos negócios de Portugal, levando-o a fazer uma declaração, que serviu de base ao governo brasileiro para considerar como terminado esse incidente.

Nessa nota, que a Inglaterra se encarregou de transmitir-nos, o governo português diz que, só deu asilo aos revoltosos por sentimento de humanidade, quando está provado pelo Sr. Castilho que ele foi oferecido muito antes, quando o Sr. Saldanha da Gama não se havia declarado ainda.

O futuro dirá se Portugal fez bem aceitando essa insinuação do país com quem há pouco estava em grande hostilidade, dando uma desculpa e uma satisfação, que podia ter evitado com a espera de mais algum tempo, pois só as suas autoridades é que eram responsabilizadas pelos brasileiros e não o povo português, que, todos nós sabíamos, nada tinha com a revolta.

Depois, se a quebra das relações enfraquecia de qualquer modo a monarquia portuguesa, não era, à República Brasileira que competia dar-lhe auxílio, com tanta pressa.

Enfim, como houve uma satisfação, nada temos a dizer. Se ela exprime a verdade, porém, e se os bons ofícios da Inglaterra foram úteis a Portugal o futuro ainda uma vez o dirá.

E pensamos assim, porque nós, assim como a maioria do povo português, não vamos bem com os ingleses.<sup>258</sup>

---

<sup>258</sup> REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, mar. 1895. A. 20. N. 679. p. 2.





O “restabelecimento das relações entre Portugal e o Brasil” foi imagetivamente representado pelo *Dom Quixote*, em alegoria na qual se encontravam representantes diplomáticos brasileiros, inglês e português, assim como o Presidente brasileiro e o Rei de Portugal, que trocavam um aperto de mão, sob os auspícios da Rainha da Inglaterra. O conjunto alegórico era moldado pelas bandeiras brasileira e portuguesa entrelaçadas, e, ao fundo, havia a presença do povo que saudava o ato de conciliação. Servia de legenda para a gravura: “Graças aos bons ofícios do governo de S. M. Britânica e às notas de cordial afeto trocadas entre os respectivos ministros de Portugal e Brasil”, estavam “a 16 de março de 1895 reatadas, com honra para ambas, as relações diplomáticas entre as duas nações irmãs”. Em coluna textual, o periódico apresentou o editorial intitulado “Brasil – Portugal”<sup>259</sup>:

Estão reatadas as relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal.

Este fato tem dado lugar a manifestações de sentimentos de fraternidade, que muito nos honram e constituem prova irrefragável da nulidade dos esforços de certos espíritos atrabiliários e fúteis, que andaram por aí a pregar e a endeusar a nossa discórdia com os povos, pretendendo impor-nos a famosa panaceia do americanismo à Monroe.

Estas manifestações de afeto e regozijo pelo reatamento das nossas relações diplomáticas com a velha metrópole, representam de algum modo o protesto contra as injustiças de que foi vítima a colônia portuguesa, durante a revolta de 6 de setembro.

De fato, nesse período tenebroso da nossa história, não houve insinuação malévol, não houve calúnia vil, que assacada não fosse contra a gente laboriosa, que para aqui vem, aqui trabalha, aqui constitui família e aqui morre.

---

<sup>259</sup> DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 28 mar. 1895. A. 1. N. 9. p. 2 e 4-5.

Sob o estribilho de – auxílios aos revoltosos – atribuiu-se à colônia portuguesa a responsabilidade de coisa, que, de direito, cabia a outras nacionalidades mais fortes...

A consequência foi que o português era olhado com desconfiança e odiado como pessoa inimiga (...).

Dando-se o 13 de março, e o caso de ser o asilo aos revoltosos brasileiros concedidos nos navios portugueses, é fácil imaginar-se como os sentimentos de hostilidade recrudesceram contra a pátria de nossos avós e pessoalmente contra a colônia aqui estabelecida...

Houve uma violenta explosão de ódios.

Um grupo numeroso de patriotas, tendo à frente um Sr. senador bastante conhecido, desceu a Rua do Ouvidor, aos gritos de: – *à Mindelo! à Mindelo!*

Falou-se em represálias, em meter a pique as pobres corvetas lusitanas, quando saíssem à barra...

Enfim, o nosso eminente colega da *Gazeta de Notícias*, disse há dias nas suas “Coisas políticas”, que o rompimento das relações fora talvez, uma espécie de satisfação moral dada pelo governo de então aos defensores da legalidade, cuja exaltação poderia dar lugar a uma violência “que nos poria em posição muito esquerda aos olhos do mundo civilizado”.

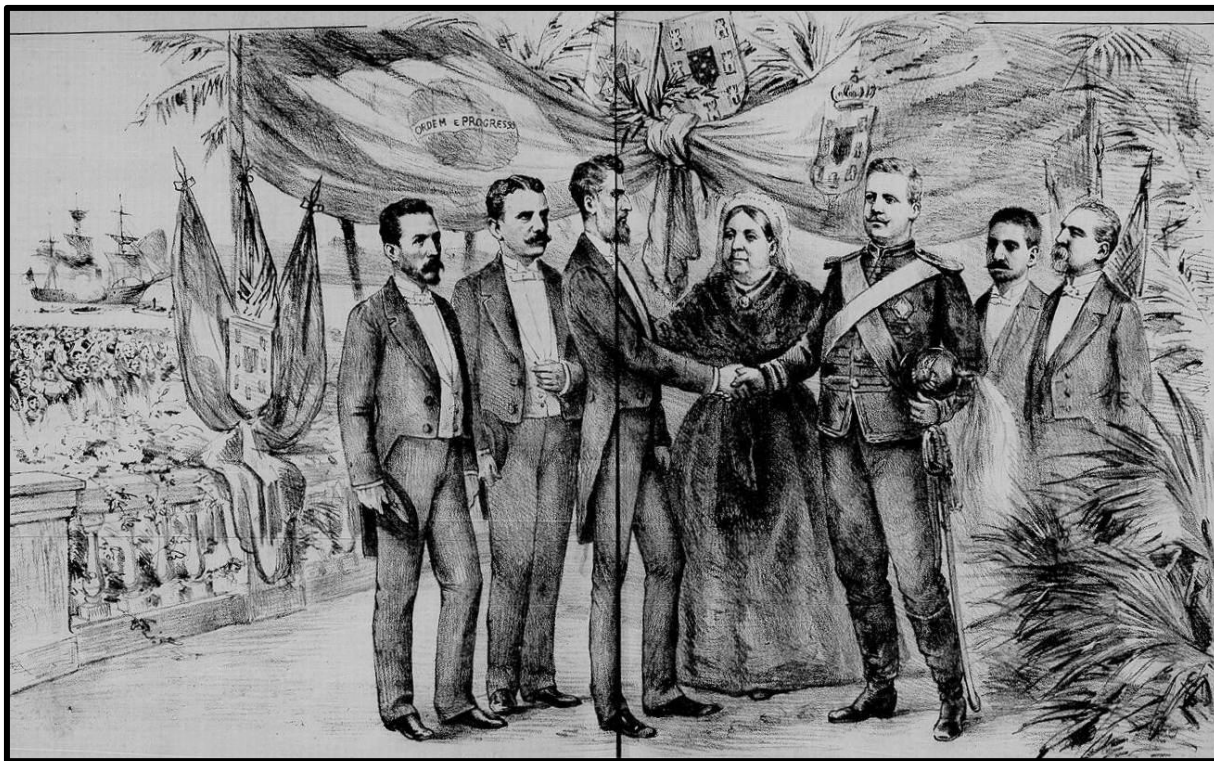
O governo português agiu nesta emergência, com a possível correção e, se alguma falta cometeu, foi largamente resgatada pela declaração sincera por ele feita ao governo inglês, documento esse que serviu de base às negociações diplomáticas do ilustre representante da Inglaterra.

Diante dessa declaração solene que afirmava uma coisa de que aliás todos nós estamos convencidos, isto é, que o asilo fora concedido a quinhentos brasileiros unicamente por espírito humanitário, não era lícito duvidar de que as relações entre os dois governos, por um ano interrompidas, seriam, por fim, como foram, reatadas.

E dizemos entre os dois governos – porque a verdade é que só entre eles se fez sentir a interrupção.

Os povos continuaram irmãos com dantes e como sempre, apesar dos excessos lamentáveis a que acima nos referimos.

O reatamento das relações entre o Brasil e Portugal foi, pois, a consagração oficial de uma vera amizade, que jamais cessou, nem cessará de existir entre os dois povos.



Assim, *Revista Ilustrada* e *Dom Quixote* saudaram o reatamento diplomático luso-brasileiro como um acontecimento fundamental para a retomada das históricas e tradicionais inter-relações entre os dois países, congratulando-se com a recuperação da harmonia binacional. Ainda que indo na mesma direção, as duas revistas tiveram abordagens diferenciadas quanto a tal processo histórico, bem de acordo com as posturas respectivas que à época assumiam. Enquanto a *Revista Ilustrada* desde a instauração da República

assumira uma posição abertamente governista, aplaudindo incondicionalmente os atos dos homens públicos na esfera federal, *Dom Quixote*, ainda que também republicana, não abandonou seu comportamento profundamente crítico, de modo que não poupou nem mesmo os novos detentores do poder. Nesse sentido, ao passo que o primeiro periódico insistia em atribuir toda a culpa pelo rompimento às autoridades governamentais lusas, dando plena razão às brasileiras, o segundo atenuava tal circunstância e manifestava preocupação para com as perseguições sofridas pela colônia lusitana residente no Brasil. No que tange às representações imagéticas, a *Revista* preferiu uma versão mais oficialista, trazendo os retratos dos dois representantes diplomáticos dos países que retomavam os bons ofícios, já a outra publicação ilustrada e humorística carioca teve por opção o caminho alegórico, imaginando um encontro entre as partes interessadas. Nessa linha, cada uma a seu modo, as duas folhas caricatas viriam a contribuir com os primórdios da caminhada em direção à reconquista da concórdia entre Brasil e Portugal.



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



# Coleção Documentos

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

